



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação

Direitos da Criança: Conceções e Práticas

Margarida de Jesus Carlos

Orientadoras

Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes

Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho

Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social Escolar, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

setembro de 2020

Composição do Júri

Presidente do Júri

Doutor Ernesto Candeias Martins

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Vogais

Doutora Paula Cristina Rosado Godinho

Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja (arguente)

Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes

Professora Adjunta Aposentada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (orientadora)

Agradecimentos

Primeiro que tudo gostaria de agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho, pela dedicação e disponibilidade. Obrigada por me fazerem sentir que nunca estive sozinha nesta caminhada.

Em segundo, quero agradecer ao Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva por me deixar desenvolver o meu Projeto na sua Escola, sem me esquecer da ajuda essencial da Professora- Bibliotecária Carla Nunes.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus pais por serem as pessoas que mais acreditam em mim e me ensinam que, com empenho e dedicação, conseguimos tudo!

Resumo

O presente trabalho tem como intuito analisar, através da voz das crianças, o conhecimento que um grupo de crianças do 2º ciclo do Ensino Básico revela sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção e defesa desses direitos.

Neste sentido, para obter respostas a este objetivo, formulou-se um conjunto de questões de investigação: a primeira é “As crianças conhecem os seus direitos e reconhecem que a Escola os promove?”; a segunda corresponde à “Em que medida o projeto educativo da Escola inclui os Direitos da Criança?”; por fim, a última é “Em que medida a Escola valoriza o Papel da Família na promoção dos Direitos da Criança?”.

Para responder a estas questões, delineou-se um processo de recolha de dados adequado à metodologia utilizada, isto é, a metodologia qualitativa. A recolha de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2020, com recurso a técnicas variadas designadamente: as notas de campo obtidas através da observação de aulas da unidade curricular da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, as três sessões de *focus group* com as seis crianças do 2º ciclo do Ensino Básico, e as entrevistas semiestruturadas realizadas aos encarregados de educação e à professora-bibliotecária do Agrupamento de Escolas onde o estudo se desenvolveu.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as crianças que integram a amostra conhecem os seus direitos e reconhecem-se como titulares de direitos. Valorizam o papel da Escola e das práticas educativas na educação e promoção dos Direitos da criança, assim como da importância do exercício dos mesmos. Através da entrevista à professora-bibliotecária conclui-se que a Escola desenvolve projetos no âmbito da defesa dos Direitos da Criança e, sublinhando o papel da Família na vida e socialização da criança, sugere que a família é parceira essencial no processo de ensino-aprendizagem, na defesa dos Direitos da Criança e na promoção do seu bem-estar.

Palavras-chave: Direitos da Criança; Defesa e Promoção; Criança; Escola; Família.

Abstract

The present study aims to analyse, through the voice of middle-school children, the extent of their knowledge on the topic of Children's Rights and the role which they attribute to School and Family as institutions in the promotion and defence of these rights.

With this goal in mind, to obtain answers on this matter, a set of research questions was created: the first one is "Do children know their rights and recognise that the School promotes them?"; the second one corresponds to "In what way are Children's Rights implemented in education?"; and finally, the last one is "In what way does School value the role of Family in the promotion of Children's Rights?".

To answer these questions, a data collection process suitable to the qualitative approach used in the methodology was elaborated. The data collection was carried out throughout the months of February and May of the year 2020, and made use of various tools, including the on-site notes obtained through the observation of lessons from the class "Citizenship and Development", the three focus group sessions with the six middle-school children, and the semi-structured interviews with parental guardians and with the Professor and Librarian from the school where the study was developed.

The results obtained from the research allowed me to learn that the children from the chosen sample know their rights and recognise themselves as subjects of rights. They value the role of School and educational practices in the promotion of Children's Rights, as well as the importance of these rights. From the interview with the Professor, we learnt that the School develops several activities concerning the defence of Children's Rights, highlighting the role of Family in the life and socialisation process of children and suggesting that Family is essential for the learning process, for the defence of Children's Rights and for the promotion of their well-being.

Keywords: Children's Rights; Defense and Promotion; Children; School; Family.

Índice

Composição do Júri	III
Agradecimentos	IV
Resumo	VI
Abstract	VII
Índice de Tabelas	XI
Lista de Abreviaturas e Siglas	XII
Lista de Apêndices	XIII
Introdução	1
Capítulo I- Enquadramento Temático	3
1. Contextualização do Estudo	3
2. Enquadramento do Estudo na Atualidade	4
3. Objetivos e Questões do Estudo	5
Capítulo II- Enquadramento Teórico	7
1. Perspetiva Histórica	7
1.1.Valorização da Infância	7
2. A Convenção dos Direitos da Criança	9
3. Portugal e a Convenção dos Direitos da Criança	12
4. Relação Escola e Família	14
4.1.Constrangimentos na relação entre a Escola e a Família	17
4.2.Benefícios da Relação entre a Escola e a Família	20
Capítulo III- Estudo Empírico	22
1. Metodologia de Investigação	22
1.1.Metodologia do Estudo	22
2. Objetivos e Questões de Investigação	24
3. Caracterização do Contexto de Campo de Realização do Estudo	24
4. Participantes do Estudo	25
5. Instrumentos de Recolha de Dados	26
5.1.Notas de Campo	26
5.2.Sessões de Focus Group	27
5.3.Entrevista	30

Capítulo IV- Apresentação e Análise de Dados _____	33
1. Apresentação e Análise das Notas de campo _____	33
2. Apresentação das Sessões de Focus Group _____	36
2.1. Análise das Sessões Focus Group _____	39
3. Apresentação e Análise da Entrevista à Professora _____	73
4. Apresentação e Análise das Entrevistas aos Encarregados de Educação _____	79
5. Triangulação e Conclusão da Análise dos Resultados _____	87
Capítulo V- Plano de Intervenção _____	92
1. Plano de Atividades _____	92
Capítulo VI- Conclusões _____	95
1. Constrangimentos _____	99
Referências Bibliográficas _____	101
Webgrafia _____	104
Apêndices _____	106

Índice de Tabelas

- Tabela 1- Dados Demográficos da Amostra;
- Tabela 2- Calendarização das Aulas de Observação;
- Tabela 3- Calendarização das Sessões de *Focus Group*;
- Tabela 4- Análise da 1ª Sessão com as Crianças de 5º ano;
- Tabela 5- Análise da 1ª Sessão com as Crianças de 6º ano;
- Tabela 6- Análise da 2ª Sessão com as Crianças de 5º ano;
- Tabela 7- Análise da 2ª Sessão com as Crianças de 6º ano;
- Tabela 8- Análise da 3ª Sessão com as Crianças de 5º ano;
- Tabela 9- Análise da 3ª Sessão com as Crianças de 6º ano;
- Tabela 10- Análise da Entrevista à Professora;
- Tabela 11- Análise da Entrevista aos Encarregados de Educação.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AA- Aluno A;

AJ- Aluno J;

AL- Aluno L;

AM- Aluna M;

AS- Aluna S;

AT- Aluno T;

CDC- Convenção dos Direitos da Criança;

OIG's- Organizações Intergovernamentais;

ONG's- Organizações Não Governamentais;

ONU- Organização das Nações Unidas;

SDN- Sociedade das Nações Unidas;

UNESCO- *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*;

UNICEF- *United Nations Children's Fund*.

Lista de Apêndices

Apêndice I- Guião das Atividades das Sessões de *Focus Group*;

Apêndice II- Autorização ao Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;

Apêndice III- Autorização Formal aos Encarregados de Educação;

Apêndice IV- Observação da Aula do dia 3 de fevereiro;

Apêndice V- Observação da Aula do dia 4 de fevereiro;

Apêndice VI- Transcrições das Sessões de *Focus Group*;

Apêndice VII- Guião das Perguntas das Atividades das Sessões de *Focus Group*;

Apêndice VIII- Figuras das Sessão da Atividade A;

Apêndice IX- Cartões dos Deveres;

Apêndice X- Cartaz da Sessão da Atividade B;

Apêndice XI- Cartões da Sessão da Atividade B;

Apêndice XII- *PowerPoint* da Sessão da Atividade C;

Apêndice XIII- Nuvem de Palavras;

Apêndice XIV- Escola dos Meus Sonhos;

Apêndice XV- Questionário de Avaliação;

Apêndice XVI- Entrevista à Professora;

Apêndice XVII- Consentimento Formal à Professora;

Apêndice XVIII- Entrevista aos Encarregados de Educação;

Apêndice XIX- Cronograma das Atividades do Projeto;

Apêndice XX- Autorização para a Realização da Entrevista aos Encarregados de Educação;

Apêndice XXI- Ofício ao Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

Introdução

No âmbito do Mestrado em Intervenção Social Escolar, da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco, foi proposta a concretização de um Trabalho Projeto, de cariz individual, devendo ser desenvolvido com a finalidade de obtenção do grau de mestre.

O presente documento pretende articular o trabalho teórico que emergiu da pesquisa feita durante o ano letivo, e trabalho prático desenvolvido no Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva em Castelo Branco.

Tendo já realizado alguma investigação no contexto dos Direitos da Criança, decidimos optar por este tema, uma vez que nos interessa analisar, através da voz das crianças do 2º ciclo do Ensino Básico, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção e defesa desses direitos.

Deste modo, optámos por fazer um estudo que responda às questões sobre os Direitos da Criança e o papel da Escola e Família na promoção desses direitos.

Assim, o presente trabalho está dividido em seis capítulos:

- O *Capítulo I* diz respeito ao *Enquadramento Temático*, pretende-se explicar e contextualizar o conceito do estudo nos dias de hoje e indicar quais os objetivos do estudo em questão;
- A seguir, o *Capítulo II* é dedicado ao *Enquadramento Teórico*, onde se procura informação, através de fontes bibliográficas credíveis, e depois faz-se uma seleção da mais importante e concreta para a investigação. Este capítulo é importante na ajuda e procura de conhecimento, tendo em conta que tal conhecimento nos ajuda na compreensão e análise dos dados recolhidos;
- De seguida, o *Capítulo III: Estudo Empírico*, apresenta uma breve introdução sobre a metodologia e os instrumentos de recolha de dados utilizados;
- O *Capítulo IV* corresponde à *Apresentação e Análise de Dados*. O que se deseja nesta parte, como indica o título, é apresentar os dados recolhidos durante a parte prática deste trabalho e analisá-los devidamente;
- O *Capítulo V* diz respeito ao *Plano de Intervenção*. Disponibilizamos um conjunto de sugestões para um possível plano de atividades;
- Por último, o *Capítulo VI* são as *Considerações Finais* do trabalho, realiza-se uma análise fundamentada a todo o processo do estudo e da parte investigativa. E, por fim, indicam-se os constrangimentos na elaboração do mesmo.

No final dos capítulos mencionados, surgem as Referências Bibliográficas utilizadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, os Apêndices realizados pela mestranda no campo de ação.

Capítulo I- Enquadramento Temático

1. Contextualização do Estudo

O presente trabalho tem como título: “Direitos da Criança: Concepções e Práticas”. Este estudo é uma compilação da pesquisa teórica elaborada e do trabalho prático, desenvolvido no Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

Na Fundamentação Teórica pretende-se aprofundar leituras que se referem aos Direitos da Criança. A parte teórica tem como intuito a seleção, a interpretação e a capacidade de discutir, através de fontes fidedignas, o tema abordado. Isto, é bastante importante para que a parte teórica funcione como uma orientação para a análise e interpretação dos dados recolhidos na parte prática do Trabalho de Projeto.

Para além disto, quando se começa a construir um trabalho desta extensão é natural que as ideias ainda não estejam claras. Deste modo, as concepções teóricas respondem a essas questões e, ao longo da seleção da literatura, os conceitos tornam-se mais nítidos para concretizar as atividades práticas.

A parte empírica do Trabalho Projeto integra o processo de investigação desenvolvido, o qual se concretizou através de um estudo de investigação-ação, sustentado na observação participante de duas aulas da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento e no recurso a técnicas de investigação como a entrevista e as sessões de *focus group*.

As Observações Participantes das aulas têm como objetivo o conhecimento mútuo dos participantes no estudo e da própria investigadora. Por outras palavras, a presença da investigadora nas aulas permite que as crianças, ao participarem nas sessões de *focus group*, se sintam mais confortáveis com a investigadora.

O intuito das sessões passa por perceber e analisar, através da experiência com as crianças, mais concretamente, pela voz das mesmas, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção desses direitos.

As três atividades foram criadas sobre o contexto dos Direitos da Criança. Relativamente à sua duração foram especialmente concebidas para três sessões de 45 minutos. A amostra é composta por seis crianças do 2º ciclo do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

De salientar que, independentemente, das sessões mencionadas anteriormente, serem gravadas em registo áudio, a confidencialidade e o anonimato dos participantes são sempre salvaguardados.

Portanto, todos os procedimentos a ser tomados são em prol da realização do estudo “Direitos da Criança: Concepções e Práticas”, no âmbito dos Direitos da Criança.

2. Enquadramento do Estudo na Atualidade

Sabemos que, atualmente, a temática dos Direitos da Criança é bastante valorizada, tendo em conta que a criança é reconhecida como um sujeito ativo de direitos. A criança é um ser único e em desenvolvimento, deste modo deve ter direitos que assegurem e salvaguardem o seu bem-estar a todos os níveis.

Sabemos que nem sempre foi assim, visto que o processo de reconhecimento da criança e da sua infância tem sido gradual. Apenas em 1989 é que a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) foi assinada. Entendemos que vai sempre ser um marco muito grandioso na história dos direitos. No entanto, em muitos países, ainda vivem crianças em condições de total desrespeito pela sua dignidade e proteção, onde presenciam, todos os dias, cenários de guerra e de violência e onde as suas necessidades e direitos fundamentais não são salvaguardados.

Apesar da Convenção sobre os Direitos da Criança ter sido adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1989, e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, sabemos que ainda há muitas crianças cujos direitos não estão a ser respeitados e garantidos e que estas os desconhecem, bem como os seus pais e cuidadores. Embora os documentos legais existam e sejam frequentemente mencionados nas investigações, na prática percebemos muitas vezes a ausência do seu cumprimento.

Devido à importância que este assunto tem tomado, acreditamos que o estudo que nos propomos realizar sobre a perceção que as crianças têm sobre os seus Direitos e qual o papel que atribuem à Família e à Escola na promoção e caracterização desses direitos irá satisfazer as motivações da mestranda: dar voz às crianças e contribuir para as capacitar na defesa e promoção dos seus direitos, e para os colocar em prática em todos os contextos através da educação formal e não formal.

Para além disto, cremos que as crianças são o futuro da sociedade e que esta deve comprometer-se a garantir a proteção e os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e bem-estar, assegurando sempre o seu interesse superior. A Convenção dos Direitos da Criança (1989) assegurou os direitos fundamentais da criança, pelo menos do ponto de vista jurídico e simbólico. A Convenção veio proteger e salvaguardar estes Seres Humanos, sendo importante que estes os conheçam, bem como se mantenham informados das suas responsabilidades.

A problemática a ser abordada tem uma complexidade imensa, uma vez que estamos a analisar e a trabalhar com crianças, com a Escola onde estudam e com a sua Família. Deste modo, e como em qualquer trabalho de investigação, é necessária uma certa exigência com os aspetos éticos, nomeadamente as autorizações e os consentimentos.

Na verdade, temos como intuito contribuir para o estudo dos Direitos da Criança, realizando a investigação no âmbito do trabalho do mestrado: “Os Direitos da

Criança: Concepções e Práticas”, procurando perceber se as crianças conhecem os seus direitos, não esquecendo também os seus deveres, e qual a função que concerne às duas instituições mais próximas de si: Família e Escola.

Por fim, para além do que já foi descrito, esperamos que o nosso estudo contribua para enriquecer o conhecimento na área dos Direitos da Criança.

3. Objetivos e Questões do Estudo

A problemática em questão, atualmente, assume particular relevância por parte de várias estruturas sociais e políticas. Porém, nem sempre foi assim. As perspetivas sobre a infância e a criança têm sido alvo de alterações ao longo do tempo. Durante muito tempo vigorou uma concepção de menoridade da infância (Sarmento, 2007).

Com o evoluir da sociedade, assistimos a uma mudança de mentalidades, favorecedora de alterações legislativas, que nos permitem afirmar hoje que as crianças e os jovens estão mais protegidos, com mais direito a participar nos assuntos que lhes digam respeito, deixando de ser consideradas seres “menores”, independentemente de terem ou não atingido a maioridade civil (Gonçalves & Sani, 2013). A consciencialização de que as crianças são seres iguais aos adultos, no que se refere aos direitos e à sua dignidade, é relativamente recente.

Por isso, sabemos também que, apesar do assunto principal do presente trabalho já ter o seu marco há alguns anos na história, e já haver bastantes respostas para questões sobre o tema, ainda temos perguntas e inquietações que gostávamos que fossem respondidas.

Portanto, a pergunta de partida: “Será que as crianças do ensino básico se reconhecem como titulares de direitos?” constitui-se como o problema/ tema deste estudo. Neste sentido, delineou-se um conjunto de objetivos que estão associados à pergunta de partida:

- Identificar o conhecimento das crianças sobre os seus direitos;
- Saber se a Escola, enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude, desenvolve práticas que promovem os Direitos da Criança e reconhecem a importância do exercício dos mesmos;
- Compreender o elo entre a Escola e a Família para uma educação baseada nos Direitos da Criança.

As questões de investigação estão, automaticamente, relacionadas com os objetivos do presente trabalho. Assim, definimos as seguintes questões do estudo:

- As crianças conhecem os seus direitos e reconhecem que a Escola os promove?
- Em que medida o contexto escolar estudado inclui os Direitos da Criança?

- Em que medida a Escola valoriza o papel da Família na promoção dos Direitos da Criança?

Concluindo, tanto as questões como os objetivos do estudo estão, inevitavelmente, interligados. Assim sendo, procuramos responder às questões de investigação e atingir os objetivos definidos para este estudo. No capítulo seguinte faremos uma abordagem teórica dos pontos que consideramos mais relevantes sobre o tema em análise.

Capítulo II- Enquadramento Teórico

1. Perspetiva Histórica

1.1. Valorização da Infância

No presente subtema iremos explicar quando e como é que houve uma crescente ascensão da valorização da infância e, conseqüentemente, da criança. Explicaremos como sucedeu este processo, ao longo dos tempos, de reconhecimento da criança e dos seus direitos.

Ao longo dos séculos as crianças eram consideradas seres inferiores e propriedade dos seus pais, não lhes sendo atribuídos quaisquer direitos ou garantias. A valorização da criança como um ser humano com direito a ser respeitado, como veremos de seguida, tem evoluído muito até aos dias de hoje. Os Estados começaram a intervir cada vez mais na vida familiar para garantir os direitos às crianças e supervisionar a educação que os pais concediam aos seus filhos (Monteiro, 2002).

No século XIX as famílias permitiam que as crianças trabalhassem, de forma a ajudar a economia familiar. Com isto, a exploração do trabalho infantil agrava-se na ERA industrial.

Todavia, em 1842, em Inglaterra, foi criado um diploma legal que proibia o trabalho infantil. Esta lei não permitia que as crianças, com menos de nove anos, pudessem trabalhar, limitando o seu horário de trabalho a menos de dez horas, obrigando-as a frequentar a Escola, pelo menos, duas horas por dia (Junior & Vasconcelles, 2017).

Na Prússia, em 1839, e em França, em 1841, foram aprovadas leis com algumas semelhanças com a mencionada anteriormente (Monteiro, 2010, p.28).

No período de 1850 a 1880, desenvolveu-se o conhecimento da figura da criança, e por isto a própria medicina infantil teve alguns progressos. É neste contexto de súbito enaltecimento da criança que o autor *Ellen Key* lançou um texto- "*O Século da Criança*" - onde afirmava que as crianças são seres que possuem direitos e deveres tão fundados como os dos seus progenitores (Monteiro, 2002).

Ainda no século XIX, o conhecimento sobre a criança e a medicina infantil progrediram: a Associação Internacional para a Proteção da Infância realiza o seu primeiro Congresso, em 1883, em Paris; e em 1890, na Europa e na América começa um movimento para uma Educação Nova e Escola Nova (Monteiro, 2010).

As representações sociais da infância foram alterando ao longo dos anos: no início do século XX, surgiu um surpreendente interesse científico pelo estudo do desenvolvimento da criança e pelo conhecimento e valorização das suas necessidades específicas. Ao longo deste século, um conjunto de documentos

legislativos foram construídos e desenvolvidos com o objetivo de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos.

Segundo Queloz (1990) “(...) *da descoberta da infância e do seu afastamento do mundo dos adultos, na sociedade como no direito penal (séculos XVI-XVIII), à descoberta da protecção à infância (fim do século XIX-XX), à descoberta dos direitos do homem (fim do século XVIII, e, sobretudo, segunda metade do século XX, depois à descoberta dos direitos das crianças e dos jovens (como aplicação dos direitos do homem aos menores, nos últimos 20 anos do século XX)*” (Queloz, 1990, p. 55).

No ano de 1919, a Sociedade das Nações criou um Comité de Protecção da Infância. Dois anos mais tarde, foi criada a Associação Internacional para a Protecção da Infância, que já tinha sido discutida na mesa da Assembleia em Bruxelas, em 1913 (Monteiro, 2002).

Deste modo, começaram a aparecer organizações não governamentais que tinham como intuito a defesa e a protecção da criança. A Sociedade das Nações Unidas (SND) foi uma dessas organizações que, uns anos mais tarde, teve bastante destaque.

Pela primeira vez, a 26 de setembro de 1924, foi aprovada a *Declaração dos Direitos da Criança da Sociedade das Nações Unidas*, mais conhecida por *Declaração de Genebra* (Monteiro, 2002). A partir deste documento, ficou estipulado que os adultos deveriam oferecer à criança protecção e bem-estar, sendo considerado um marco importante na construção e consolidação da ideia das crianças como sujeitos de direitos.

No ano de 1946, o Conselho Económico e Social apresentou um conjunto de medidas que tinham como objetivo atualizar a Declaração dos Direitos da Criança da Sociedade das Nações Unidas. Uma das medidas enunciadas tinha como propósito a criação de um órgão que tratasse de questões relacionadas com a protecção das crianças. Ficou assim conhecido como “*UNICEF- United Nations Children's Fund*” (Monteiro, 2002, p.96-p.97).

A Declaração de 1924 foi retificada numa segunda versão, em 1948. De uma forma geral, a principal alteração permitiu que se partisse das necessidades da criança e não o contrário: enumera aquilo que a humanidade deve proporcionar à criança, mas, como primeira inovação, fá-lo a partir da criança: não indica “*a humanidade deve ajudar, alimentar*”, mas “*a criança deve ser ajudada, alimentada*” (Saunier, Francis, s.d, p.14 citado por Monteiro, 2006, p.118).

Em 1948, mais concretamente, a 10 de dezembro, a Assembleia Geral da *ONU* (Organização das Nações Unidas) incluiu os Direitos Humanos no Direito Internacional. Neste documento, constava uma pequena referência ao Direito da Criança, o que não foi apreciado por vários críticos. Visto que houve algumas questões levantadas relativamente, ao que foi indicado anteriormente, e à validade

da Declaração anterior, proclamou-se, assim, a 20 de novembro de 1959, a Declaração dos Direitos da Criança da *ONU*.

Desde 1924 até 1959, muitas mudanças aconteceram na sociedade, isto é, verificaram-se pequenas evoluções na forma de pensar e agir o que resultou num aumento do reconhecimento da criança. Assim, era também necessária uma renovação dos Direitos da Criança.

Portanto, a Declaração de 1959 possuía dez princípios em prol da criança e da sua infância, e a sua aplicação continuava a ser de carácter obrigatório, pelos seus oito Estados membros.

Tal como a Declaração de 1924 foi criada para ajudar as crianças lesadas da 1ª Guerra Mundial, também a segunda reformulação da Declaração, de 1959, serviu para ajudar e proteger as crianças da 2ª Guerra Mundial. Podemos afirmar que as crianças que presenciaram o sofrimento da 1ª Guerra são os adultos que testemunharam a 2ª Guerra Mundial (Monteiro, 2006).

A Convenção de 1989, precisamente, 30 anos depois da proclamação da última Declaração da *ONU* de 1959, compilava, então, uma ideia mais consciencializada e mais preocupada pelo bem-estar das crianças, como veremos de seguida.

Todavia, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 representou, para a época, uma grande prova revolucionária sobre este assunto: “*A causa das crianças conquistou a opinião pública e internacionalizou-se.*” (Monteiro, 2002, p.98).

2. A Convenção dos Direitos da Criança

Neste subtema iremos fazer referência a alguns marcos históricos que estiveram na base da criação da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 e analisá-la de uma forma breve.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1976, respondendo às propostas das Organizações Não Governamentais das crianças marcou o ano de 1979 como o “*Ano Internacional da Criança*” (Monteiro, 2002, p.103). Com o objetivo de contribuir para esta comemoração, o governo polaco apresentou um projeto que, mais tarde viria a ser a Convenção dos Direitos da Criança, fundamentado na Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (Monteiro, 2010). O que se pretendia era divulgar este projeto no Ano Internacional da Criança. O desenvolvimento deste texto centrava-se na consciencialização das nações e das situações pouco dignas a que algumas crianças estavam sujeitas.

A Polónia, antes de apresentar este projeto, já era considerada uma referência para a infância, tendo em conta que, em 1783, tinha sido o primeiro país na Europa a proibir os castigos físicos na Escola. Ainda assim, foi alvo de algumas críticas e, por isto, acabou por apresentar um novo projeto de Convenção, elaborado em 1980. Este

projeto determinou que a base do Grupo de Trabalho seria de composição ilimitada (estava aberto à participação dos Estados representados na Comissão dos Direitos Humanos, dos Estados Membros das Nações Unidas, das *OIG's* e das *ONG's* como consultores do Conselho Económico e Social das Nações Unidas) para a concretização da Convenção, criada pela Comissão dos Direitos Humanos (Monteiro, 2010).

No entanto, em 1983 surgiram críticas relativamente à demora da realização da Convenção. Deste modo, as *ONG's* organizaram-se e formaram um *Grupo Ad Hoc*, apoiado pela *UNICEF* e pelo secretariado pela *Défense des Enfants- Internacional* (Monteiro, 2010).

Assim sendo, a Convenção dos Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal a 21 de setembro de 1990 (*UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança: Edição revista, 2019*). De acordo com a *UNICEF*, ao ser incorporada na legislação nacional, a CDC torna-se vinculativa para as instituições públicas e pode ser aplicada pelos tribunais (Monteiro, 2010). Os governos que a ratificaram comprometem-se a permitir às crianças o desenvolvimento das suas capacidades sem fome, pobreza, violência, negligência ou outras injustiças e dificuldades, respeitando simultaneamente os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos.

A Convenção, dada a multiplicidade de direitos que integra, é constituída por 54 artigos que podem ser divididos em 3 partes: a primeira parte abrange os artigos do 1º ao 41º, onde constam os direitos que são reconhecidos às crianças, bem como as obrigações dos Estados Membros (Monteiro, 2002); a segunda parte integra os artigos compreendidos entre o 42º ao 45º, e corresponde às disposições alusivas à aplicação da Convenção (Monteiro, 2002); e a terceira e última parte, os artigos compreendidos entre o 46º ao 54º, designando “(...) *disposições diversas relativas à assinatura, ratificação, entrada em vigor, propostas de alteração, reservas, denuncia, depositário e línguas oficiais da Convenção.*” (Monteiro, 2010, p. 39).

Este documento começa por definir o conceito de criança (artigo 1.º) e, ao longo do seu desenvolvimento, estabelece critérios de orientação e de ação política, para que os países integrantes executem os princípios definidos, como referido antes (*UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança: Edição revista, 2019*).

Os princípios visam o desenvolvimento individual e social da criança. Cada país tem a obrigação de evidenciar esforços no cumprimento dos artigos da Convenção, e, ainda, divulgá-la para os seus cidadãos (artigo 42.º) (*UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança: Edição revista, 2019*).

Temos de destacar que os Direitos da Criança, expressos na Convenção, não são estratificados. Por outras palavras, a distinção entre estes não pode gerar uma hierarquia de direitos. Como indica Sarmiento & Pinto (1997): “*Com efeito, a interdependência dos diferentes direitos é a condição da sua própria realização. Não se vê, por exemplo, como garantir a participação das crianças nas políticas de Escola*

e na definição das respetivas lógicas de ação, se se não garante a provisão educacional aferida por critérios de qualidade, em que o principal é, precisamente, a garantia do direito de participação em condições reais de igualdade e não discriminação.” (Sarmiento & Pinto, 1997, p.5).

Segundo Monteiro (2010) os Direitos da Criança podem ser sumariados em três P's:

- *“Prestação/Provisão: direitos relativos à satisfação das suas necessidades básicas e de desenvolvimento”* (exemplo: direito a condições de saúde, assistência e direito à educação, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura);

- *“Proteção: direitos relativos à prevenção e reparação da violação dos seus direitos”* (exemplo: direito contra a discriminação, direito contra os maus-tratos, etc.);

- *“Participação: direitos relativos à expressão e valorização da sua opinião em todas as decisões que lhe digam respeito”* (exemplo: direito na decisão relativa à sua própria vida e à direção das instituições em que atua) (Monteiro, 2010, p.40).

Os países membros devem apresentar um relatório sobre as medidas adotadas ao Comité dos Direitos da Criança (artigo 44.º) - criado para supervisionar o cumprimento dos parâmetros estabelecidos na Convenção-, este é constituído por 10 elementos, selecionados a partir de uma votação direta onde consta uma lista formada com os nomes indicados, por cada cidadão de cada país, para um mandato de 4 anos (artigo 43.º) (UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança: Edição revista, 2019).

O Comité, por sua vez, é avaliado na Assembleia Geral das Nações Unidas através do Conselho Económico e Social, a cada dois anos, e deverá apresentar um relatório com as suas atividades (Monteiro, 2002).

O Comité, deve ainda, incentivar e acompanhar os países a implementar a Convenção. Para além disto, este pode convidar outras organizações para a cooperação na ajuda na defesa das crianças (Monteiro, 2002).

Portanto, os países que aderem à Convenção, comprometem-se a respeitar a identidade, a nacionalidade das suas crianças e as relações familiares, dando-lhes auxílio e proteção, de forma personalizada, para que o seu bem-estar seja sempre assegurado.

Os Estados-Membros comprometem-se a apresentar ao Comité dos Direitos da Criança, relatórios sobre os progressos alcançados no exercício desses direitos e as medidas tomadas em prol da aplicação dos direitos criança reconhecidos pela Convenção (UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança: Edição revista, 2019).

Posto isto, o Comité, na sua primeira sessão em 1991, adotou um conjunto de orientações, ou seja, a forma e o conteúdo dos relatórios iniciais que os Estados Membros deveriam apresentar. Estas orientações devem estar de acordo com o

artigo 44.º da Convenção e devem estar subentendidos os princípios gerais da mesma: “A não discriminação (artigo 2.º); O interesse superior da criança (artigo 3.º); o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6.º); o respeito das opiniões da criança (artigo 12.º).” (Monteiro, 2010, p. 45).

É importante referir que, apesar dos Estados estarem citados na Convenção, como responsáveis por salvaguardar os Direitos da Criança, a Família ocupa sempre o primeiro lugar neste cargo. A Família, mas mais especificamente os pais, ou os responsáveis pela criança, devem ter em consideração os seus direitos, visto que a responsabilidade dos progenitores é algo que está subentendido no exercício da paternidade e maternidade. O Estado deve apenas, respeitar e apoiar a Família nas suas decisões. Se, por alguma eventualidade, os Direitos da Criança estão a ser violados, o Estado deve intervir de modo a preservar o interesse superior da criança.

Qualquer das formas, juridicamente e politicamente, os responsáveis pelos Direitos da Criança, e inevitavelmente, pelos Direitos Humanos são os Estados, autores e destinatários do Direito Internacional (Monteiro, 2010).

Apesar da Convenção ter constituído um grande esforço para as crianças atualmente serem considerados seres com direitos, também sabemos que estes nem sempre são respeitados. Inevitavelmente, isto associa-se às variáveis económicas, sociais e culturais, ou seja, o desenvolvimento de um país está intrinsecamente relacionado com os direitos: “O nível de desenvolvimento económico de um país, está, em geral, positivamente correlacionado com a satisfação dos direitos básicos.” (Sarmiento & Pinto, 1997, p.5).

Relativamente ao caso português, este foi um dos primeiros países a aceitar a Convenção e a implementar novas medidas de proteção dos Direitos da Criança, como veremos de seguida.

3. Portugal e a Convenção dos Direitos da Criança

O presente subtema tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o modo como a Convenção foi aceite por Portugal e o que foi instituído para proteger as crianças e para salvaguardar os seus direitos.

Foi a partir dos anos 90 do século XX que, efetivamente, a infância, a defesa dos seus direitos e a promoção do seu bem estar assumiu particular importância, e por isso em Portugal se tem prestado atenção a fenómenos que colocam as crianças em condições particularmente difíceis, como: pobreza infantil (Sílvia, 1990 *citado por* Sarmiento & Pinto, 1997), o trabalho infantil (Instituto de Apoio à Criança, 1996 *citado por* Sarmiento & Pinto, 1997), os maus-tratos infantis (Almeida, 1997 *citado por* Sarmiento & Pinto, 1997) e os direitos da criança (Comité dos Direitos da Criança, 1996, *citado por* Sarmiento & Pinto, 1997).

Posto isto, outros indicadores divulgaram a forma como as preocupações da infância se alastraram, tais como: a criação de um lugar de Provedor(a) da Criança e os progressos televisivos que depositaram uma importância mediática nas crianças (Sarmiento & Pinto, 1997).

Portugal, desde 1987, participa ativamente na elaboração da Convenção. Para comprovar esta afirmação sabemos que a jurista que chefiou a delegação portuguesa nos trabalhos preparatórios da Convenção foi um dos primeiros membros do Comité dos Direitos da Criança.

Como tal, Portugal foi um dos primeiros países a aderir à Convenção, tendo assinado a 26 de janeiro de 1990. Depois de aprovada pela Assembleia da República, foi ratificada pelo Presidente da República e publicada no Diário da República a 12 de setembro de 1990, entrando em vigor a 21 de outubro de 1990 (Monteiro, 2002).

Como os Estados- Membros tinham de apresentar um relatório anual, como referido anteriormente, Portugal não foi exceção. Contudo, o Governo português não entregou de imediato o seu primeiro relatório o que só aconteceu dois anos depois da data de entrega, em 1994.

Em 1996, a Comissão Nacional dos Direitos da Criança foi criada pelo Gabinete da Alta-Comissária para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, reunindo representantes de vários Ministérios e de *ONG's* para criar o segundo relatório, apresentado em 1998 (Monteiro, 2010).

Uma das preocupações do governo português é a infância, a adolescência e a juventude. Deste modo, em Portugal, existe um conjunto de programas direcionados a esta população:

- “ ‘Projeto Nascer Cidadão’ visa a inscrição imediata no registo civil, nas maternidades e hospitais;
- ‘Programa de Apoio à Primeira Infância’, através de creches e de amas;
- ‘Programa ser Criança’ para promover as condições favoráveis ao desenvolvimento das crianças carenciadas e em risco de exclusão;
- ‘Projeto de Apoio à Família e à Criança’, dirigido às crianças maltratadas no seio familiar;
- ‘Programa Escola Segura’ para a prevenção e redução da violência e insegurança no ambiente escolar.” (Monteiro, 2010, p.111-112).

Para além disto, de forma a salvaguardar as crianças, o Estado português tem a seu dispor alguma legislação que tem em vista a proteção de crianças e jovens, tais como:

- A Convenção sobre os Direitos da Criança¹;

¹ Disponível em: https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo² (Lei nº147/99 de 1 de setembro), tem em vista a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens;
- Lei Tutelar Educativa³ (Lei nº 166/99, de 14 de setembro), para todas as crianças, entre os 12 e os 16 anos de idade, que sejam acusadas de ter praticado crimes;
- Organização Tutelar de Menores⁴ (Decreto-Lei nº314/78, de 27 de outubro), orienta os processos de adoção, poder paternal, alimentos, entrega judicial, inibição e averiguação da maternidade ou parentalidade (Monteiro, 2010).

4. Relação Escola e Família

A Escola é vista como o primeiro espaço de socialização onde as crianças são o espelho do contexto familiar e, conseqüentemente, da sua Família. Assim sendo, a Escola e a Família são uma preparação para as crianças desenvolverem, experienciarem e socializarem diferentes situações e relações. Estas instituições preparam a criança para enfrentar desafios na sociedade onde estão inseridas: *“Escola e Família são o espelho em que nos refletimos e descobrimos, o mundo em que vivemos e comungam do facto de prepararem as crianças/jovens para o desempenho de diferentes papéis numa sociedade competitiva, tecnológica e democrática.”* (Mateus, 2016, p.2).

A Escola e a Família são duas instituições que devem funcionar como uma extensão uma da outra. O Ministério da Educação reconhece o papel crucial da cooperação entre a Escola e a Família, uma vez que estes dois sistemas promovem, nas crianças, a socialização, o sucesso escolar, autoestima, atitudes positivas face à aprendizagem. Deste modo, quer a família quer a Escola devem ser um espaço onde se respeita os direitos da criança, onde as crianças sejam consideradas como parte ativa, com direito a ter voz, a ser ouvidas e a ver a sua opinião tida em conta nas negociações, planificações e/ou propostas familiares e educativas.

Tal como os adultos têm o direito de poder dar a sua opinião, também a participação das crianças nas suas decisões ou nos assuntos que lhes dizem respeito devem ser tidas em consideração. É fundamental ouvir a voz da criança para que, assim, as pessoas responsáveis por esta consigam protegê-la. A Família, bem como a escola, como mencionado antes, são os principais responsáveis por conseguir proteger as crianças, deste modo é necessário que estas saibam incentivar a criança

² Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>

³ Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/166/1999/p/cons/20150303/pt/html>

⁴ Disponível em: <https://dre.pt/pdf1s/2003/08/193A00/53135329.pdf>

a ter voz ativa nos seus assuntos, uma vez que quando a criança participa aprende a comunicar e a tomar decisões, sentindo que a sua opinião é valorizada.

Para os pais conseguirem acompanhar e supervisionar se os direitos dos seus filhos são ou não respeitados é muito importante que tenham tempo livre, conhecimento sobre a temática, vontade e gosto para ajudar (Carvalho, 2004). Conhecer os Direitos da Criança já é uma vantagem para saber respeitar e conseguir defendê-los. Os progenitores que se identificam como predispostos a ajudar tornam-se um apoio para os seus filhos.

Para isto, a Escola e a Família devem ir ao encontro uma da outra, ultrapassando as diferenças e não utilizar práticas diferentes. Pode ser através da relação entre a Família e a Escola que os encarregados de educação consigam vigiar se os seus direitos estão a ser cumpridos.

As crianças passam a maior parte do seu dia na escola, deste modo os estabelecimentos de ensino têm uma vantagem sobre o seio familiar. A comunidade escolar, mais especificamente, os docentes e os auxiliares de educação são privilegiados, no sentido em que conseguem observar e detetar situações ou comportamentos, quer na sala de aula quer no recreio, de desrespeito dos direitos da criança: *“Os profissionais da educação enquanto pessoas de referência para as crianças e conhecedores das características das várias etapas do seu desenvolvimento, podem ser excelentes observadores para a deteção de eventuais comportamentos ou atitudes que possam indicar situações de perigo.”* (Direção-Geral da Educação-Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo, s.d, p.89).

Se, por alguma circunstância, acontecer o contrário, isto é, se for no seio familiar que se desenvolvem situações de incumprimento dos Direitos da Criança, também a comunidade escolar pode tentar entender, através das atitudes da criança e até mesmo por algumas condutas impróprias da sua Família, se existe algum problema com a criança e denunciar ou resolver junto das entidades competentes.

De salientar que cada uma destas instituições- Escola e Família- é indispensável ao crescimento e desenvolvimento das crianças. Por esta razão, cada uma tem a sua função: nem a Escola pode realizar as tarefas da Família, nem esta pode desempenhar as atividades, habitualmente, associadas à Escola. As tarefas destas instituições devem funcionar como complementares, e nunca como sobrepostas.

Deste modo, a Escola e a Família têm algo em comum: preparam e educam indivíduos para a sua inserção futura na vida social e para o desempenho de práticas que possibilitam a continuidade na vida social.

Tanto a Família como a Escola são os ‘primeiros espelhos’ do ser humano, nos quais cada um se vê e se descobre enquanto indivíduo. São também os ‘primeiros mundos’ com quem a criança tem os seus primeiros contactos: *“(...) os primeiros*

mundos em que habitamos, podendo nos aparecer como acolhedores ou hostis, com tais e tais regras, costumes, linguagens. Ensinam desde o que é homem e o que é mulher até como devemos expressar os sentimentos (...)." (Szymanski, 1997, p.216).

A Escola tem a sua função: a obrigação de ensinar. Ensinar conteúdos específicos de áreas de saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de alunos.

A Família, por sua vez, deve acolher os seus filhos e dar-lhes um ambiente estável. Algumas não conseguem devido a fatores económicos e sociais. Como efeito disto, a Escola torna-se, para muitas crianças, uma 'segunda casa', ajudando-as a ultrapassar situações problemáticas criadas no seio familiar. Concebendo assim, um vínculo profundo com a Escola e os seus profissionais, estes que são as pessoas que lhes oferecem a estabilidade que, em muitos casos, não encontram em casa: *"(...) as escolas podem criar um ambiente que venha a constituir-se num espelho e num mundo para as crianças (...) e criando uma rede de relações fora das famílias de origem que lhes possibilite uma vida digna, com relações humanas estáveis e amorosas."* (Szymanski, 1997, p.217).

Para além de terem questões em comum, o que mais as distingue são as práticas educacionais: a Escola tem como objetivo o ensino de matérias específicas, de áreas inerentes às disciplinas escolares; pelo contrário, a Família procura transmitir valores e princípios, através da educação parental, a partir de um ambiente afetivo e emocionalmente estável. Sabemos perfeitamente que este é um meio esperado para a criança conseguir crescer em harmonia, mas nem sempre é concretizado, devido a questões económicas ou até mesmos pessoais.

A educação concedida pelos pais é um fator muitíssimo importante e transparente na educação dos filhos, ou seja, é considerada como um reflexo nos seus filhos.

Bouchard (1988) acredita que o insucesso escolar se deve, muitas vezes, ao facto de os alunos pertencerem a famílias desestruturadas e desinteressadas pelos impasses escolares dos seus filhos (*Bouchard, 1988 citado por Mateus, 2016*).

Contudo, esta perspetiva revela outro constrangimento: muitas vezes, a Escola e os seus profissionais culpabilizam aspetos exteriores, o que leva aos juízos de valor, como veremos de seguida, que são um dos aspetos que não permite a construção ou a evolução da relação Família-Escola.

Além disto, nem sempre as Famílias desestruturadas, ainda que possam ter distintas formas de se estruturar, educam, efetivamente, a criança de maneira desestruturada. O que leva a crer que o comportamento adequado pode não estar relacionado com as práticas familiares: *"(...) Família desestruturada é uma Família que se estrutura de forma diferente do modelo de Família nuclear e que a forma desta se organizar pode não ser responsável pelo comportamento escolar das crianças."* (Mateus, 2016, p.8).

Como a Escola e a Família têm metas diferenciadas, alguns pais inscrevem os seus filhos em atividades extracurriculares, de modo a valorizar, a nível individual, o sucesso escolar dos seus filhos. Portanto, estas estratégias adotadas pelas Famílias acabam por desenvolver práticas facilitadoras de aprendizagem e hábitos que, muitas vezes, estão de acordo com o que é exigido nas escolas.

Normalmente, estes pais que impõem este tipo de métodos acreditam que o nível de instrução e a participação em projetos da comunidade facilitam a socialização e capacitam, conseqüentemente, um espírito crítico mais fundamentado nos seus filhos (Mateus, 2016).

Relativamente, às funções da Escola e da Família é importante destacar que cada uma tem as suas peculiaridades. Para continuarem com esta relação de complementaridade, com uma perspectiva mais respeitosa e inclusiva, a Escola não pode assumir as tarefas da Família e continuar a culpabilizá-la pelo comportamento das crianças ou por não conseguir estar presente.

Em vez disto, criar planos ou projetos que aliciem os encarregados de educação parece mais adequado. Enquanto que a Família também não pode esperar que todas as iniciativas de criar ligação partam da Escola. Para além disto, os encarregados de educação não podem colocar os seus educandos na Escola e esperar que esta faça o papel que lhes compete: o papel de educar.

As tarefas socializadoras da Família e a forma como educam as crianças, segundo os princípios dos Direitos das Crianças, deve acompanhar as funções de ensino da Escola, e vice-versa. Assim, haverá uma maior possibilidade de manter uma relação de sucesso, tanto para a instituição Escola, como para os pais/encarregados de educação, e sobretudo para as crianças/alunos.

Segundo Mateus (2016), para que esta ligação se mantenha saudável, é necessário também uma constante formação dos profissionais de ensino, bem como a formação das famílias: *“O importante é que a parceria aconteça tendo como base os recursos e as possibilidades pessoais e da comunidade e não se esqueça a necessidade de formação tanto para os professores como para as famílias, no que diz respeito às práticas educativas específicas de cada um deles.”* (Mateus, 2016, p.9).

4.1. Constrangimentos na relação entre a Escola e a Família

A relação Escola-Família pode ser marcada por algumas questões momentâneas e peculiares, que podem ser provocadas por cada uma destas instituições e refletir-se no desempenho escolar do aluno.

Há alguns fatores determinantes quando se trata deste assunto. Segundo Szymanski (1997), os fatores são os seguintes:

- 1º- Quando a ação de educar não coincide com os objetivos, conteúdos e padrões dos da Escola;
- 2º- Quando o comportamento das Famílias, de diferentes estratos sociais, não é compatível com os da Escola. Sabemos que famílias provenientes de classes mais favorecidas desenvolvem práticas de participação, na Escola e na sociedade, com o objetivo de enriquecer o percurso escolar e pessoal dos seus filhos. Para além disto, o nível de escolaridade destes pais e, conseqüentemente, a sua capacidade de verbalização, capacita-os para uma construção de uma linguagem mais formal que ajuda na interação destas duas instituições.
- 3º- Quando as estratégias de socialização familiar não vão ao encontro das escolas. Isto é, a autora indica que isto depende da classe social a que a Família pertence. Pelo contrário, a autora Mateus (2016), como mencionado anteriormente, indica que a classe social a que a Família pertence pode não estar relacionada com o desempenho da criança. Ainda assim, há Famílias que desenvolvem práticas que facilitam a aprendizagem escolar e criam hábitos semelhantes aos que são impostos na Escola.

Como mencionado anteriormente, entre as Famílias também pode haver modelos educativos diferentes. Como indica *Bouchard* (1988) partindo de uma perspectiva generalista existem três modelos:

- 1- O *Modelo Racional*, onde os pais mantêm uma hierarquia bastante vincada e determinam as suas regras sobre as atividades atuais e futuras dos seus filhos. Valorizam a disciplina, a ordem, a autoridade, e educam para a submissão dos seus filhos;
- 2- O *Modelo Simbiosinérgico* destaca-se pela parceria na gestão das atividades das crianças, isto é, os pais e os filhos partilham a gestão das suas atividades: “(...) *respeitam os deveres e direitos de pais e filhos, partilham responsabilidades cotidianas, desenvolvem uma consciência social (...) trocam com os filhos suas experiências, emoções e sentimentos (...) reconhecem seus próprios erros.*” (*Bouchard, 1988, citado por Szymanski, 1997, p.218*).
- 3- O *Modelo Humanista* corresponde à perspectiva em que os encarregados de educação entregam o total poder de decisão ao seu educando. Estes pais encorajam os filhos a ter a sua autonomia e autodeterminação, e valorizam as suas capacidades e potencialidades.

O que se torna mais peculiar nestes modelos é a sua dualidade, por outras palavras, não são apenas utilizados entre pais e filhos, como também nos laços entre a Escola e a Família. Portanto, as escolas que adotam o *Modelo Racional* assumem o total poder de decisão. Relativamente, ao *Modelo Simbiosinérgico* há uma valorização da interdependência, da reciprocidade e da cogestão (*Szymanski, 1997*). No que diz respeito ao *Modelo Humanista*, a Escola acredita na importância de

escutar os ideais da Família. Deste modo, cria-se uma conexão empática, apoiando as decisões de cada Família.

Como indica Mateus (2016), a relação Escola-Família pode ter na sua constituição o preconceito das relações sociais, criando alguns juízos de valor quanto à maneira como determinados alunos e, conseqüentemente, famílias, falam, pensam e agem. Desta forma, as diferenças e o tratamento diferenciado entre alunos poderá sentir-se: *“Estas atitudes preconceituosas e exclusivas constroem juízos de valor que rotulam os indivíduos.”* (Mateus, 2016, p.6).

Como sabemos, cada Família tem a sua peculiaridade e a sua própria estrutura. Logo, se a Escola possuir um padrão diferente de educar, esta pode criticar as dinâmicas familiares e acusar as famílias desestruturadas ou de classes desfavorecidas de influenciarem de forma negativa os seus filhos.

Apesar disto, os alunos que provêm de famílias desfavorecidas continuam a frequentar o estabelecimento de ensino, ainda que tenham fraco desempenho escolar. Isto deve-se ao facto de muitas vezes, os pais de classes menos favorecidas acreditarem que a educação melhora as condições e qualidade de vida dos seus filhos (Mateus, 2016). Esta ideia é totalmente compreensível, visto que todos os pais desejam, ou, deveriam desejar que os seus filhos tenham sucesso no seu futuro e que consigam concretizar os seus objetivos.

A autora Szymanski (1997), no seu artigo, continua a discursar sobre os constrangimentos na relação Família-Escola, afirmando que existem dois fatores fulcrais no desencontro desta relação:

- 1- A forma como os profissionais de ensino reconhecem, ou não, as famílias dos seus alunos. Sabemos que existem diferenças na comunidade escolar. Estas especificidades de cada um se não forem ao encontro dos restantes membros da equipa profissional podem levar a um conjunto de ações discriminatórias, ainda que não sejam propositadas ou iminentes. Normalmente, as famílias desestruturadas são vistas como desinteressadas. Sabemos que uma Família ‘desestruturada’ apenas se organiza de forma desigual da Família nuclear convencional. Por fim, como o horário profissional dos encarregados de educação é cada vez maior, o processo de acompanhamento dos filhos dificulta-se e a baixa escolaridade dos pais também não favorece esse ato de acompanhar os estudos. (Szymanski, 1997).
- 2- O segundo fator é precisamente como as Famílias encaram a Escola. Alguns autores afirmam que, os cuidadores com baixa escolaridade e com baixos rendimentos são normalmente os que se preocupam com o percurso escolar, uma vez que lhes querem dar oportunidades que nunca conseguiram ter. Partindo de uma perspectiva menos positiva, sabemos que nem sempre isto acontece apenas nas classes mais desfavorecidas. Independentemente da classe social a que pertencem, o preocupante, nos

dias de hoje, é a falta de tempo e a vontade para tal. No geral, devido ao horário profissional dos pais, torna-se quase impossível comparecer na Escola, e quando acontece é apenas para ir a reuniões ou para visitas de rotina.

Posto isto, a Escola, atualmente, ainda costuma fazer algumas práticas que poderiam ser melhoradas, como por exemplo: continua a convocar os pais para os informar das avaliações, das incapacidades e das falhas.

Em vez disto ou para além disto, podia convidar os pais a dirigir-se a sessões onde os docentes poderiam abordar as principais dificuldades, e, mais importante, salientar aspetos positivos. É normal que os encarregados de educação sejam convocados para reuniões de avaliações ou reuniões de pais. Todavia, nessas sessões seria importante não se centrarem apenas nos tópicos negativos, devendo também destacar tópicos positivos: *“A Escola convoca os pais, (...) com o intuito de informar sobre o percurso dos filhos, para falar das incapacidades, das falhas e dos defeitos e não para falar dos aspetos mais positivos.”* (Mateus, 2016, p.5). Desta forma, estariam também a valorizar a criança, enquanto aluno.

A Escola deve abranger, cada vez mais, um discurso aberto e inclusivo. Como sabemos, atualmente, em Portugal, existem alunos de diferentes nacionalidades e com variadas culturas, ou até mesmo alunos com algum tipo de deficiência no ensino português. Deste modo, a educação deve ser mais inclusiva e extensível a todos os alunos, independentemente da sua condição.

No entanto, como indica Mateus (2016) o que impede o desenvolvimento da prática de um discurso mais abrangente é a visão estereotipada dos docentes que para justificar as suas falhas culpabilizam: os alunos pelo seu desinteresse nos assuntos debatidos em sala de aula; e os pais por não serem presentes e participativos na vida estudantil dos seus filhos.

Não obstante, a Escola continua a reconhecer a importância do papel dos pais/Família no percurso dos seus filhos e desta participação pode mesmo resultar o sucesso ou o insucesso escolar dos alunos.

Portanto, a relação Escola-Família terá sempre algumas hesitações. Contudo, a Escola precisa do acompanhamento presente dos pais. Por sua vez, a Família admite que a Escola, como mencionado anteriormente, forma e educa os seus filhos para que estes tenham um futuro mais promissor.

4.2. Benefícios da Relação entre a Escola e a Família

Antes de abordar os benefícios de uma boa relação entre a Escola e a Família, é importante salientar o que se pode realizar para que se desenvolva um vínculo saudável. Como indica a autora *Szymanski* (1997), conhecer e dar a conhecer é a

fórmula base para começar esta relação: “*O ponto de partida é o (re)conhecimento mútuo.*” (Szymanski, 1997, p.221).

Como descrito anteriormente, as Famílias desestruturadas são as mais citadas quando se fala em preconceito, pela sua distinta forma de educar.

Assim sendo, o preconceito existente deve ser eliminado, abrindo as ‘portas’ a novas ideias e a novas perspectivas de pensar e de agir. O que se pode fazer para que isto aconteça é tentar procurar conhecer o outro e o seu mundo. Ler, por exemplo, permite-nos conhecer e mantêm-nos informados. O preconceito transmite-se a partir do desconhecido. Portanto, a leitura de livros, jornais, de artigos, etc., mantêm as pessoas mais informadas. O processo de conhecimento do outro desmistifica crenças baseadas na discriminação.

Falámos há pouco de Famílias com problemas financeiros e com baixa escolaridade, as crianças provenientes destas, se participarem em grupos da comunidade mais facilmente se inserem na mesma. Logo, a criança desenvolve-se mais ativamente, conhecendo novas perspectivas de educação e formas diferenciadas de interagir com os outros.

No que se refere ao reconhecimento da Família, exercido pela Escola, existe outra forma e outras maneiras de o fazer, como: a realização de trabalhos de casa que possibilitam o funcionamento desta relação. Trabalhos que incluam a Família, como por exemplo: a formação de uma árvore genealógica. De certa forma, obriga a cooperação da Família, e assim o corpo de docentes também conhece um pouco mais os familiares das crianças.

O encontro entre estas duas instituições permite suprimir a ignorância, e assim descobre-se um conjunto novo de competências nas Famílias. É importante desconstruir perspectivas onde os pontos negativos estão mais presentes e, em vez disso, recuperar e reconhecer competências novas das Famílias.

Basicamente, tudo se encontra nos recursos, nas possibilidades pessoais, na comunidade escolar e não nas suas dificuldades e limitações (Szymanski, 1997, p.222-p.223).

Se, eventualmente, os ideais da Escola se basearem nos Direitos das Crianças e se estes coincidirem com os da Família das crianças, a relação destas duas instituições pode ser considerada uma mais-valia no acompanhamento da criança. Ainda assim, a Escola não consegue desempenhar o seu papel sozinha.

Os pais devem manter uma educação baseada nos Direitos da Criança, se o fizerem estão, entre outros aspetos, a oferecer proteção e cuidados adequados. Se a Convenção dos Direitos da Criança foi criada para salvaguardar os direitos e o bem-estar físico, psicológico e material das crianças, então se estas forem educadas segundo estes princípios podem desenvolver-se num ambiente de conforto e segurança. Por último, outro aspeto a ter em conta é a formação não só dos profissionais escolares e das crianças, como também das suas Famílias.

Capítulo III- Estudo Empírico

Neste capítulo iremos apresentar a metodologia da investigação utilizada, a amostra e os instrumentos de recolha de dados, justificando as opções adotadas.

A investigação traduz-se na busca constante de encontrar respostas ou soluções para as questões que se constroem relativamente a um determinado assunto.

Deste modo, a investigação, independentemente da área, é essencial para provocar mudanças nos conhecimentos e nas práticas. A mudança só é conseguida através da investigação, apenas assim se renovam novas perspetivas. Sem investigação não há construção de conhecimento. Por sua vez, a construção desta parte de cada indivíduo, ou seja, o conhecimento determina uma reflexão individual ou de um grupo de trabalho.

Portanto, partindo destas convicções, iremos de seguida explicar a metodologia utilizada no presente estudo.

1. Metodologia de Investigação

1.1. Metodologia do Estudo

Para *Gauthier* (2003) a metodologia abrange todos os aspetos necessários, o que significa que inclui a sua estrutura e as técnicas utilizadas: *“A metodologia da investigação engloba tanto a estrutura do espírito e da forma da investigação como as técnicas utilizadas para pôr em prática este espírito e esta forma (...)”* (*Gauthier*, 2003, p.22).

Quando se inicia uma investigação é necessário ter em consideração duas questões: *“Duas questões muito simples ocorrem ao nosso espírito quando se fala de investigação científica. A primeira é ‘Qual é o meu problema?’ e a segunda é ‘Que devo fazer?’”* (*Coutinho*, 2014, p.3).

Na investigação científica existem dois grandes paradigmas: o qualitativo e o quantitativo. Na perspetiva qualitativa a informação recolhida pelo investigador é, maioritariamente, caracterizada por dados qualitativos: *“(...) a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise.”* (*Dalfovo, Lana & Silveira*, 2008, p.9).

Para além disto, a investigação qualitativa preocupa-se em contextualizar, interpretar os fenómenos e compreender os vários pontos de vista, incluindo o dos intervenientes em estudo.

Flick e coolrs (2000) apontam algumas características gerais da pesquisa qualitativa: *“(...) compreensão como princípio do conhecimento (...) a construção da realidade. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção (...) a*

descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem. (...) a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos (...).” (Flick e coolrs, 2000 citado por Gunther, 2006, p.202).

Por sua vez, na pesquisa quantitativa os números e os resultados concretos são palavras-chave, bem como o fator racionalidade. Neste tipo de paradigma, devido à sua lógica, não existem explicações contraditórias. Por isso mesmo, a realidade social com que se trabalha é objetiva.

É uma pesquisa experimental, onde o investigador recorre a quadros de referência estruturados desde o início para efetuar o seu estudo: “(...) os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar.” (Dalfovo, Lana & Silveira, 2008, p.7). Logo, se a pesquisa é objetiva e experimental, o investigador também é objetivo e imparcial, não se podendo envolver com o contexto social.

Portanto, tendo em conta os objetivos e as perguntas de partida para que pretendemos obter respostas, a metodologia que parece mais adequada é a qualitativa, embora com recurso a métodos quantitativos, uma vez que um dos instrumentos utilizados numa das atividades das sessões de *focus group* foi, precisamente, um questionário de avaliação.

Os instrumentos de recolha de dados, nomeadamente, a observação participante, a entrevista, as notas de campo e as sessões de *focus group* são todos de cariz qualitativo. Como descrito anteriormente, apenas o questionário utilizado na atividade da última sessão é que é de cariz quantitativo.

Podemos refletir, então, que o paradigma qualitativo admite ser o oposto do quantitativo, e ainda tenta sempre procurar as noções de compreensão, o sentido ou a interpretação da amostra em análise e do ambiente em que esta está inserida.

Visto que nesta pesquisa é evidente o contacto com os sujeitos e com o seu contexto, o investigador deve penetrar nessa conjuntura para obter o máximo de informação possível. Assim, o investigador acaba por se formar como o construtor de conhecimento, tendo em conta que é este que tem contacto direto com estes elementos.

Aires (2015) indica que o investigador na pesquisa qualitativa formula, em primeiro lugar, um conjunto de noções e, conseqüentemente, estas originam as questões do trabalho: “(...) o investigador, multiculturalmente situado, constrói acerca do mundo e de si próprio um conjunto de ideias (...) que especificam um conjunto de questões, de modos de conhecer (...) que, por sua vez, são examinados de formas específicas (...).” (Aires, 2015, p.14-15).

No próximo ponto estão explícitos os objetivos e as questões de investigação do nosso estudo.

2. Objetivos e Questões de Investigação

Qualquer estudo ou pesquisa deve ter objetivos devidamente determinados para cumprir. Como tal, o objetivo geral deste estudo é perceber se as crianças, do 2º ciclo do Ensino Básico, se reconhecem como indivíduos de direitos e qual a função que estas atribuem à sua Família e à Escola na promoção e defesa desses direitos.

Como referido no início deste documento, os objetivos deste trabalho são os seguintes:

- Identificar os conhecimentos das crianças sobre os seus direitos;
- Saber se a Escola, enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude, desenvolve práticas que protegem e promovem os Direitos da Criança;
- Compreender o elo entre a Escola e a Família para uma educação baseada nos Direitos da Criança.

Como as questões de investigação estão interligadas com os objetivos do presente trabalho. Assim, definimos as questões do estudo, como:

- As crianças conhecem os seus direitos e reconhecem que a Escola os promove?
- Em que medida o contexto escolar implementado inclui os Direitos da Criança?
- Em que medida a Escola valoriza o papel da Família na promoção dos Direitos da Criança?

Portanto, pretendemos responder a estas questões através da revisão bibliográfica e dos instrumentos de recolha de dados, utilizados junto das crianças, dos seus encarregados de educação e da Professora. Cada instrumento tem a sua funcionalidade, como explicaremos de seguida. Os participantes do estudo têm também as suas especificidades e características que enriquecem as respostas para as questões anteriores.

De seguida vamos caracterizar o contexto de campo onde decorreu o estudo, definir a amostra do presente trabalho e os instrumentos de recolha de dados utilizados.

3. Caracterização do Contexto de Campo de Realização do Estudo

O Agrupamento de Escolas onde decorreu a investigação foi o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, situado no concelho e distrito de Castelo Branco.

O Agrupamento é constituído pela Escola Básica Afonso de Paiva (Escola-Sede – 1.º, 2.º e 3.º ciclos), por três jardins-de-infância, por uma Escola Básica do 1.º ciclo com jardim-de-infância, e por mais três Escolas Básicas do 1.º ciclo.

As atividades desenvolvidas foram realizadas na Escola-Sede: a Escola Afonso de Paiva, em Castelo Branco. A Escola aparenta ter um conjunto de instalações e equipamentos adequados às necessidades dos alunos.

Visto que as sessões de *focus group* se desenvolveram na Biblioteca Escolar da Escola-sede, passamos a explicar a estrutura desta, sendo que este espaço possui áreas e ferramentas necessárias para serem usadas livremente.

A Biblioteca tem quatro espaços, onde as crianças podem estudar ou simplesmente relaxar: um espaço com computadores, para poderem fazer pesquisas ou simplesmente aproveitar para lazer; um espaço com jogos de tabuleiro e um com duas televisões destinadas ao visionamento de documentários ou filmes; e por fim, uma área ampla com estantes de livros, apropriados às pesquisas e necessidades dos alunos, e com mesas e cadeiras prontas a serem utilizadas.

De seguida, vamos apresentar os participantes presentes no nosso estudo e caracterizar a amostra.

4. Participantes do Estudo

Sabemos que o primeiro contacto com os participantes do estudo tem um grande impacto na relação entre estes e o investigador, por isso é a partir desta fase que depende a conexão destes no desenvolvimento do projeto.

É muito importante que neste primeiro contacto o investigador esclareça algumas questões essenciais para proceder às etapas do estudo, como por exemplo, solicitar, inicialmente, uma autorização informal para depois passar para a formal (Rosa & Arnoldi, 2008).

Logo, o nosso estudo também seguiu os procedimentos descritos. Seleccionámos aleatoriamente a amostra, sendo que já sabíamos que se iria inserir no 2º ciclo do Ensino Básico.

Relativamente à amostra principal da investigação, esta encontra-se no 2º ciclo do Ensino Básico, no Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

Portanto, os participantes neste estudo são os seguintes:

- Investigadora;
- 6 crianças do 2º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
- 6 Familiares das Crianças em Estudo;
- A Professora Bibliotecária do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

Devemos referir que a identidade das crianças participantes neste estudo não pode ser mencionada. Por isso, de forma a manter o anonimato das mesmas, associámos letras aleatórias aos nomes das crianças.

De seguida, na Tabela 1, estão presentes os dados pessoais da amostra:

Tabela 1- Dados Demográficos da Amostra.

'Nome'	Idades	Género	Ano Escolaridade
Aluno A	10 anos	Masculino	5º ano
Aluna J	11 anos	Masculino	5º ano
Aluno M	10 anos	Feminino	5º ano
Aluno L	12 anos	Masculino	6º ano
Aluno T	11 anos	Masculino	6º ano
Aluna S	12 anos	Feminino	6º ano

A seleção da presente amostra deve-se a experiências anteriores que ditaram a escolha da mesma, isto é: num projeto desenvolvido nas unidades curriculares de Análise e Intervenção Psicossocial em Crianças e Jovens em Risco e de Animação e Ocupação de Crianças e Jovens em Risco no segundo semestre do primeiro ano do presente mestrado, ao longo da realização de um trabalho com crianças do jardim de infância, percebeu-se que as crianças mais novas não têm maturidade suficiente para responder às exigências deste projeto. Por isso, optou-se por escolher crianças com idades mais avançadas. O processo de escolha das crianças participantes foi totalmente aleatório, isto é, deu-se através da lista de alunos das duas turmas selecionadas para fazerem parte das atividades propostas.

A seguir passamos a explicar quais os instrumentos de recolha de dados utilizados no estudo, os objetivos de cada um e para quem se destinavam.

5. Instrumentos de Recolha de Dados

5.1. Notas de Campo

Como indica a autora Máximo-Esteves (2008) no seu livro: “As notas de campo (...) são os instrumentos metodológicos que os professores utilizam com mais frequência para registar os dados de observação” (Máximo- Esteves, 2008, p. 88).

Assim sendo, as notas de campo são um instrumento de natureza qualitativa constituídas, fundamentalmente, por observações e registos que o observador considera importante. No nosso estudo, as notas tornam-se úteis para compreender as várias ações e interações entre as crianças e o seu grupo durante as sessões de *focus group*.

Como explicaremos de seguida, estas observações são úteis na recolha e análise de informação, tendo em conta que é através destes registos que a análise dos dados fica mais ‘rica’. Contudo, as notas de campo não foram utilizadas durante as sessões

deste projeto. Apenas foram empregues nas duas aulas de observação antes de iniciar as sessões.

Posto isto, podemos dizer que é através da observação participante que as notas de campo surgem. A observação das aulas, mencionadas no parágrafo anterior, têm como objetivo um melhor conhecimento dos elementos do grupo de trabalho e a criação de uma relação de proximidade com a observadora.

Nas sessões de *focus group*, para além dos itens necessários para a prática das tarefas, utilizaram-se as gravações por áudio, isto é, só se irá recolher a voz das crianças. Por isso, as gravações das entrevistas e das sessões de *focus group* foram gravadas apenas em áudio e têm como finalidade uma melhor fidelidade na recolha de dados.

5.2. Sessões de *Focus Group*

Neste instrumento o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação. Além de comparado com outras técnicas, proporciona uma multiplicidade de perspetivas e comportamentos no contexto do grupo (Galego & Gomes, 2005).

Segundo Galego & Gomes (2005) o *focus group*: “(...) visa o controlo da discussão de um grupo de pessoas, inspirada em entrevistas não diretivas. Privilegia a observação e o registo de experiências e reações dos indivíduos participantes do grupo, que não seriam possíveis de captar por outros métodos, como, por exemplo, a observação participante, as entrevistas individuais ou questionários.” (David L. Morgan, 1997 citado por Galego & Gomes, 2005, p.176).

Os autores Silva, Veloso & Keating (2014) revelam que o *focus group* pode também ser denominado de ‘grupo de discussão’ e apontam que: “(...) é uma técnica que visa a recolha de dados, podendo ser utilizada em diferentes momentos do processo de investigação.” (Silva, Veloso & Keating, 2014, p.177).

Posto isto, podemos afirmar que o *focus group* é utilizado durante uma investigação e estabelece o debate de opiniões entre elementos de um determinado conjunto de sujeitos, independentemente da sua faixa etária. O principal intuito é a recolha de informação presente nos pontos de vista de cada indivíduo, e também a forma como o grupo interage.

Todavia, não podemos limitar-nos à ideia de que o *focus group* é apenas uma discussão entre um grupo. Aliás, é muito mais complexo do que isso, visto que lhe está inerente um processo de planeamento. Assim sendo, Silva & Veloso & Keating (2014) indicam que existem cinco fases subjacentes a este processo:

- 1ª Fase: A primeira fase denomina-se *Planeamento*. Nesta etapa começa-se por questionar: “Quais são os objetivos orientadores da realização do projeto

de investigação em geral e do focus group, em particular? Qual a estrutura do guião de entrevista? Quem deverão ser os participantes? Qual o tamanho desejado para os grupos? Quantos grupos?” (Veloso & Keating, 2014, p.180). Deve-se definir o tipo de sessões que se quer utilizar, por exemplo, se têm uma abordagem estruturada, uma abordagem pouco estruturada ou nada estruturada. No nosso caso, recorreremos à abordagem mais estruturada, ou seja, as questões são pré-definidas, de modo a obter respostas através da discussão do tema previamente definido no guião. O guião, nesta abordagem, é bastante ‘fechado’, o que se pode tornar uma preocupação para o moderador no que se refere à obtenção de respostas para as questões.

Na presente etapa também é deveras importante definir a composição e o número de grupos. O que se pretende é que os elementos que constituem os grupos correspondam às expectativas dos objetivos do estudo. Para além disto, a determinação da quantidade de grupos também importa na formação e na preparação do guião das sessões, para perceber com que população é que estamos a trabalhar (Veloso & Keating, 2014).

Depois, como na entrevista, é essencial criar um ambiente e um espaço confortável que facilite a dinâmica do grupo e a relação entre o orientador e os indivíduos. Portanto, passa-se à seleção da amostra para iniciar o projeto. Na fase seguinte, começar-se-á por ‘validar’ os participantes.

- 2ª Fase: A segunda parte corresponde à *Preparação*. Nesta são tidas em conta três questões: “(...) o recrutamento dos participantes e as condições logísticas de realização dos grupos como a escolha do local.” (Veloso & Keating, 2014, p.183). Qualquer que seja o procedimento adotado, os participantes devem ser informados sobre as regras de participação e o objetivo do estudo.

Relativamente à seleção da amostra, quando o investigador é o responsável, a probabilidade de haver participantes capacitados para os objetivos definidos vai ser maior. No caso do presente estudo, a amostra foi escolhida aleatoriamente, contudo foi a investigadora que determinou a Escola e a faixa etária das crianças que iria investigar.

A escolha do local deve também ser essencial, uma vez que, como afirmado antes, a disposição e descontração dos participantes é fundamental, pois é através das suas manifestações verbais e não verbais que os dados são recolhidos.

- 3ª Fase: A terceira etapa designa-se *Moderação*. Na *Moderação* acontece o desenrolar das sessões, ou seja, a recolha de informação. Os participantes afirmam a sua opinião consciente sobre um tema em debate. Para tal, não podemos esquecer o papel fundamental do moderador, uma vez que este deve colocar os elementos do grupo no ambiente confortável. É importante que o grupo se sinta livre para expor as suas ideias, e que estas sejam valorizadas. Portanto, o orientador da conversa não deve emitir juízos de

valor ou criticar as opiniões, este deve respeitar e permitir que todos tenham as mesmas oportunidades para participar na ‘conversa’. Se todos participarem haverá mais hipóteses de uma maior riqueza nos dados levantados.

- 4ª Fase: A penúltima parte diz respeito à *Análise de dados*. Nesta parte processa-se o estudo da informação, esta é recolhida pelos instrumentos de gravação, e posteriormente faz-se a transcrição. A transcrição deve estar de acordo com a ação decorrente nas sessões. É essencial destacar a influência das notas de campo, considerando que a complementaridade entre estas e as gravações em áudio permite uma melhor perceção do que se passou durante a sessão. Portanto, as notas são formuladas enquanto a sessão decorre, deste modo estas indicam o que uma gravação de áudio, por exemplo, não o pode fazer: expressões faciais dos elementos do grupo, a maneira como se dirigem aos restantes membros, os gestos, etc. Assim, nesta fase torna-se mais completa a análise dos dados quando existe algo a que recorrer, como as notas de campo (Veloso & Keating, 2014). No entanto, no presente estudo as notas de campo não foram utilizadas, mas ainda foram bastante uteis para comparar o comportamento das crianças nas aulas de observação e nas sessões.
- 5ª Fase: A última fase é a *Divulgação dos resultados*. Depois dos dados já terem sido analisados, a quinta fase do processo diz respeito à divulgação dos resultados num relatório. Como indica Veloso & Keating (2014): “Entre os pontos habitualmente contemplados num relatório de investigação (objetivos, metodologia, etc.), a apresentação dos dados reveste-se de particular dificuldade, dada a necessidade de tornar inteligível a análise dos dados realizada.” (Veloso & Keating, 2014, p. 186). Deste modo, a interpretação dos dados, pode ser, para muitos, a parte mais difícil de realizar.

Logo, podemos afirmar que o *focus group* engloba um processo bastante longo. Embora a fase mais evidente seja a da *Moderação de Grupos* (Veloso & Keating, 2014), isto é, a fase das sessões, consideramos que o processo começa muito antes. Sabemos também que é um instrumento de natureza qualitativa e tem como principal objetivo a recolha de dados.

Relativamente ao nosso estudo, este instrumento é dirigido a seis crianças do segundo ciclo do Ensino Básico, do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, e está dividido em três sessões. A ideia é estimular o diálogo para que a investigadora entenda se as crianças conhecem, como e quem lhes ensinou a importância de reconhecer os seus direitos, e por fim qual o papel que estas atribuem à Escola na promoção desses direitos.

5.3. Entrevista

De uma forma generalizada, a entrevista é um instrumento de recolha de dados que se processa através de um diálogo, previamente orientado ou não, que leva o sujeito entrevistado a abordar determinada informação sobre um tema específico.

Para Rosa & Arnoldi (2008) a entrevista não é apenas uma forma de recolha de dados: *“A Entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.”* (Rosa & Arnoldi, 2008, p.17).

Para se estabelecer um processo comunicativo para obter a informação precisa são necessários três elementos fundamentais: o entrevistador e o entrevistado, o diálogo não se pode realizar sem um deles, e depois o assunto principal da ‘conversa’. Para Gorden (1975, citado por Rosa & Arnoldi, 2008, p.19), os três elementos antes descritos são considerados elementos internos à situação da entrevista. Para este autor, os elementos externos à situação da entrevista são fatores extra situacionais, ou melhor, fatores externos que estão, inevitavelmente, interligados com a entrevista, como por exemplo: a sociedade, a comunidade, o local e a cultura em que se insere.

Portanto, estão muitos fatores envolvidos, o que complica por vezes este processo. Ainda que o entrevistador e o entrevistado não tenham propriamente domínio sobre estes elementos, é normal que estes dois agentes sejam influenciados, no momento do diálogo, por fatores exteriores.

Então, é imprescindível que a análise de todo o ambiente externo seja tida em conta pelo entrevistador. Para além disto, este deve inicialmente preocupar-se com o ponto de partida da entrevista, ou seja, todo o contexto externo em que está inserido o individuo entrevistado e o assunto a ser pesquisado para que não se perca tempo (Rosa & Arnoldi, 2008, p. 20).

A presença do entrevistador ou dos instrumentos utilizados para a gravação podem ser considerados fatores estranhos ao entrevistado. Desta maneira, o pesquisador deve prestar atenção à sua postura, o que significa que deve manter um perfil natural e interagir com o indivíduo, tentando criar bom ambiente para que nada interfira. O mesmo se passa com os instrumentos de gravação, o objetivo dos mesmos é a gravação e não deixar os entrevistados desconfortáveis. Para que isto aconteça, mais uma vez, o entrevistador deverá neutralizar os meios para a recolha de dados.

Para que o entrevistado não se sinta constrangido é muito importante que o entrevistador procure estar atento e interessado no diálogo e nas experiências deste. Quando isto acontece começa-se a desenvolver uma relação de interação, e assim surge o momento para o pesquisador começar a avaliar o que o entrevistado fala e a forma como comunica. Muitas vezes, o que acontece é que devido ao

distanciamento provocado pelo entrevistado, quando este quer manter a sua privacidade, é comum que comece a questionar o entrevistador.

Como referido anteriormente, a entrevista só é possível através do conteúdo das respostas dadas pelo entrevistado. O que se verifica, algumas vezes, é que essas respostas nem sempre têm uma grande reflexão por parte do sujeito. Por outras palavras, os conteúdos dos dados recolhidos no processo da entrevista dependem, exclusivamente, da seleção de experiências e situações que o entrevistado menciona.

Resumindo, a entrevista é um processo bastante complexo que depende, como previamente descrito, dos fatores internos e externos. Independentemente do modelo da entrevista, como veremos de seguida, o entrevistador deve planear sempre a sua entrevista.

Segundo Rosa & Arnoldi (2008) a entrevista pode classificar-se de três modos diferentes, de acordo com a sua estrutura e o guião das questões, podem classificar-se como:

- **Entrevista estruturada** possui um guião rigidamente composto por questões, previamente formuladas, que seguem uma sequência padrão lógica. Normalmente, o entrevistador procura indivíduos objetivos com capacidade para responder às perguntas com frases curtas e bastante objetivas. Assim, o entrevistador utiliza uma linguagem formal e restrita para que as respostas também o sejam;
- **Entrevista semiestruturada** é composta por questões que são construídas para permitir que o entrevistado tenha um discurso, no qual verbalize os seus pensamentos e as suas reflexões sobre os temas abordados. Como as perguntas têm um intuito mais profundo, o sujeito e o entrevistador acabam por estabelecer uma relação de confiança.
- **Entrevista livre** tem como característica a liberdade das questões e das respostas, logo não existe uma lista de questões abertas. Como não prepara o guião, o entrevistador deve prestar atenção às condições externas.

Para Nahoum (1961) a entrevista pode adquirir outro tipo de classificações:

- *A entrevista de diagnóstico.* Utilizam-se questões direcionadas à biografia do indivíduo para se conhecer, através das respostas, a sua personalidade, as suas opiniões, os seus valores, etc.;
- *A entrevista de investigação.* Muito recorrente para a recolha de dados científicos, esta tipologia processa-se através da seleção de sujeitos para recolher dados uteis para as hipóteses levantadas e para as respostas dadas;
- *A entrevista terapêutica,* incorpora um conjunto de procedimentos para recapacitar socialmente o sujeito, para este conseguir reorganizar as suas tarefas e conseguir inserir-se no seu contexto social (Nahoum, 1961, p. 8-9 citado por Rosa & Arnoldi, 2008, p.32).

Desta maneira, o instrumento escolhido para recolher informação junto da Professora do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva e dos encarregados de educação foi a entrevista semiestruturada. Este modelo utiliza-se, como descrito antes, quando se pretende que as questões do entrevistado, e até mesmo o seu posicionamento perante a situação seja mais abrangente e mais descontraído. Pretendemos dizer com isto, que a aplicação da entrevista semiestruturada, através da sua disposição semiaberta, permite criar uma relação entre a pesquisadora e a Professora, de forma a deixá-las mais disponíveis: a entrevistadora para ouvir e a entrevistada para contar as suas experiências.

Quando se realiza a transcrição do diálogo percebe-se que esta tipologia, com perguntas mais flexíveis, facilita também a resposta mais abrangente do entrevistado. Quando transcrita analisa-se que, apesar de não ser uma resposta objetiva, tem mais conteúdo (Rosa & *Arnoldi*, 2008, p.31).

O objetivo da entrevista semiestruturada é tentar perceber se a Professora e a comunidade escolar em que se insere ensinam as crianças com base nos Direitos da Criança, recorrendo às suas experiências profissionais e pessoais.

Relativamente às entrevistas aos encarregados de educação, o objetivo é entender qual a sua função e opinião relativamente à promoção e defesa dos Direitos da Criança.

Por fim, sabemos que este instrumento carrega consigo vantagens e limitações. Para o nosso estudo destacamos como limitações na entrevista: a complexidade nas etapas de preparação e a ausência de notas de observação, uma vez que foi apenas gravado por voz. Como vantagens enfatizamos: a riqueza, a flexibilidade e a acessibilidade de informação, e ainda a capacidade de criar uma relação de intimidade e confiabilidade também ajuda no acesso à informação.

Capítulo IV- Apresentação e Análise de Dados

Antes de colocar em prática os instrumentos, mencionados de seguida, a investigadora fez um primeiro contacto com a Professora Bibliotecária, para saber se esta concordava em participar e moderar as sessões. De seguida, foi concretizada uma autorização (Apêndice II-Autorização ao Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva) dirigida ao Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva para este autorizar a realização das atividades propostas do Projeto.

Depois destes procedimentos, foi marcada uma reunião com as Professoras responsáveis pela disciplina de Cidadania e Desenvolvimento das duas turmas onde viriam a ser selecionadas as crianças para o estudo.

Com esta reunião pretendia-se esclarecer os objetivos e as atividades estabelecidas no Projeto. E ainda, selecionar aleatoriamente as crianças, marcar as aulas de observação e as aulas destinadas às sessões de *focus group*.

Por fim, apenas quando conseguimos as autorizações, devidamente assinadas pelos encarregados de educação, é que procedemos ao que estava planeado no trabalho: as notas de campo e as observações, as sessões de *focus group* e as entrevistas.

1. Apresentação e Análise das Notas de campo

As notas de campo foram o primeiro instrumento a ser utilizado com recurso às observações das aulas. Apenas foram presenciadas duas aulas: uma com três das crianças selecionadas e a outra com as restantes três crianças, uma vez que pertencem a duas turmas diferentes. Isto deve-se ao facto de, na reunião com as Professoras, verificou-se que se tivéssemos assistido a mais aulas iríamos ocupar as aulas de autoavaliação da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Portanto, para não interromper o planeamento da disciplina optou-se por assistir apenas a uma aula de cada turma.

As aulas de observação permitiram um conhecimento mútuo entre as crianças e a investigadora. As notas de campo facilitaram um registo mais real, através da perspetiva da observadora sobre as ações, os gestos e até a forma como as crianças escolhidas se relacionavam.

No final de cada aula, reuniu-se as crianças para se explicar no que consistia o Projeto e as atividades que se iriam desenvolver, depois questionou-se se estas estavam dispostas a participar. As seis crianças aceitaram e logo de seguida distribuiu-se as autorizações formais para os encarregados de educação (Apêndice

III- Autorização Formal aos Encarregados de Educação) poderem consentir a participação dos seus educandos.

Como mencionado na Tabela 2 (Tabela 2- Calendarização das Aulas de Observação), as primeiras notas de campo foram realizadas na aula de observação do dia 3 de fevereiro de 2020, desde as 14 horas e 45 minutos até às 15 horas e 30 minutos, tendo uma duração de 45 minutos. As crianças observadas nesta aula têm idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos de idade.

A observação da aula de dia 3 de fevereiro encontra-se no Apêndice IV (Apêndice IV- Observação da aula de dia 3 de fevereiro). Normalmente as aulas são lecionadas pela docente destacada para a unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Neste dia, excecionalmente, foi lecionada por uma Doutora da Rede Europeia Anti-Pobreza de Castelo Branco.

O tema da aula foi a 'Interculturalidade' e as atividades passavam pela leitura de um livro, em que todos os alunos puderam ler um pouco, e por fim formaram-se grupos aleatórios para que cada um conseguisse escrever uma frase positiva sobre o racismo.

Posto isto, observámos alguns comportamentos da amostra selecionada. É importante referir que, a aluna M estava sentada ao lado do aluno J, ambos afastados do aluno A. As impressões que tivemos sobre cada criança foram as seguintes:

- O Aluno A, desde o início da aula, manifestou curiosidade e teve uma voz bastante participativa. A aula iniciou com uma pergunta e este foi um dos primeiros a colocar o 'dedo no ar' para responder. Ao longo do desenvolvimento da aula, sempre que a Doutora permitia, este intervinha de forma educada e ordeira. Na hora de se juntar ao seu grupo de trabalho, foi o líder e coordenou as atividades a desempenhar. Quando pedimos a sua participação nas atividades, prestou atenção e mostrou-se interessado;
- O Aluno J revelou, desde cedo, um comportamento muito participativo. Enquanto a Doutora explicava o tema da aula, questionou, de imediato, o conceito de 'Interculturalidade'. Para além disto, quando foi feita a pergunta de partida, foi um dos primeiros a colocar o 'dedo no ar' para responder. Quando a Doutora o elegeu para responder à questão, este fê-lo corretamente. Reparámos que lê e comunica bastante bem. Expressa-se de forma ordeira e objetiva. Falou algumas vezes com o colega do lado, ainda assim notou-se que era uma criança atenta. Por fim, quando se pediu a sua participação este demonstrou curiosidade e aceitou de imediato;
- A Aluna M manteve-se sempre em silêncio durante a aula, mesmo quando a Doutora fazia questões à turma. Leu quando lhe foi pedido. Quando se juntou ao grupo escolhido, assumiu o controlo e a ordem de trabalho do grupo. No fim da aula, enquanto se explicava no que iria consistir as sessões de *focus group*, demonstrou interesse e foi bastante educada.

As segundas notas de campo foram concretizadas no dia 4 de fevereiro de 2020, desde as 14 horas e 45 minutos até às 15 horas e 30 minutos, 45 minutos igualmente, com as crianças com 11 e 12 anos de idade.

As notas de campo da aula do dia 4 de fevereiro de 2020 estão no Apêndice V (Apêndice V- Observação da aula de dia 4 de fevereiro). Na presente aula da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, os alunos fizeram uma revisão de um tema já lecionado: Os Direitos Humanos. Iniciou-se com a realização de uma 'Chuva de Ideias'. Cada aluno pôde, à vez, mencionar uma palavra relacionada com o tema debatido, enquanto a aluna S escrevia no quadro da sala de aula. Depois assistiu-se a alguns vídeos alusivos à temática. Por fim, fez-se uma nova 'Chuva de Ideias', visualizou-se outro vídeo sobre o trabalho infantil e a docente e a observadora fizeram algumas questões sobre o vídeo.

No geral, as crianças da amostra selecionada tinham um comportamento adequado à sala de aula. Ainda assim, destacamos alguns comportamentos durante a aula de observação:

- O Aluno L manteve uma conduta bastante ordeira. Pareceu uma criança sossegada e cumpridora de regras, isto é, não falava enquanto a Professora ou os seus colegas estavam a dialogar. Ainda que, por vezes, comentasse algo com o colega que estava sentado ao seu lado. Foi uma das crianças mais participativas. Não respondia apenas quando lhe perguntavam, sempre que tinha uma opinião para partilhar cumpria as regras e questionava a docente se poderia dar o seu contributo. No fim, quando se explicou o objetivo deste estudo e das sessões propostas afirmou, de imediato, que queria participar;
- A Aluna S tem por hábito sentar-se na fila da frente, junto à secretária da Professora. Costuma ser bastante participativa, mas nesta aula não falou muito. No entanto, voluntariou-se para ir escrever ao quadro da sala de aula os conceitos associados à 'Chuva de Ideias'. Revelou-se bastante serena, acessível e respeitadora, tanto para com a Professora como para com os seus colegas. Quando lhe foi solicitada a sua presença neste estudo esta foi simpática e aceitou instantaneamente. Bem-educada e extremamente cumpridora de regras da sala de aula;
- O Aluno T manteve-se muito irrequieto e participativo. Contudo, não conseguia esperar pela sua vez para partilhar as suas ideias. Interrompia os colegas constantemente. Quando a docente o repreendeu, este começou a comportar-se de forma ordeira, e a esperar pela sua vez para falar. Fazia comentários e dava gargalhadas com o seu colega do lado, enquanto os outros colegas trocavam ideias sobre o tema abordado. Por fim, quando foi chamado a participar nas sessões mostrou-se reservado e reticente. Tanto que, disse de imediato que não queria participar, sem ouvir a explicação até ao fim. Dirigiu-se até à sua mesa e continuou a arrumar o seu material escolar enquanto ouvia o restante esclarecimento das sessões. Quando

percebeu que as outras duas crianças da amostra estavam dispostas a integrar as atividades, este reconsiderou e aceitou a proposta.

A Tabela 2 que se segue revela a calendarização das aulas observadas nas turmas de 5º e 6º ano.

Tabela 2- Calendarização das Aulas de Observação.

Calendarização das Aulas de Observação			
Ano de Escolaridade	Participantes	Material Utilizado	Data
5º Ano	Aluno A Aluno J Aluna M	-Bloco de Notas - Caneta	3 de fevereiro de 2020 (45 minutos)
6º Ano	Aluno L Aluna S Aluno T	- Bloco de Notas - Caneta	4 de fevereiro de 2020 (45 minutos)

2. Apresentação das Sessões de *Focus Group*

No início do Projeto, estava planeado as sessões iniciarem em novembro de 2019 e terminarem a dezembro de 2019. Todavia, devido aos procedimentos com o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, percebemos que não seria possível, tendo em conta que teria de haver um acordo entre os horários das crianças e da investigadora.

Por outras palavras, as três sessões estavam planeadas para se realizarem durante três aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Posto isto, como foi mencionado antes, sem querermos perturbar o normal funcionamento e o planeamento das aulas do corpo docente, as sessões foram agendadas para uns meses depois, começando então a 11 de fevereiro de 2020 e terminando a 9 de março de 2020.

Na Tabela seguinte (Tabela 3- Calendarização das Sessões de *Focus Group*) estão visíveis a data e o horário das sessões realizadas com as crianças:

Tabela 3- Calendarização das Sessões de *Focus Group*.

Sessões	Título da Sessão	Data e Hora	Participantes	Ano de Escolaridade
1ª Sessão	Atividade A: “O que são os Direitos da Criança?”	11 de fevereiro de 2020 14h45-15h30	Aluno L Aluna S Aluno T	6º ano
	Atividade A: “O que são os Direitos da Criança?”	17 de fevereiro de 2020 14h45-15h30	Aluno A Aluno J Aluna M	5º Ano
2ª Sessão	Atividade B: “Direitos, Desejos e Deveres”	18 de fevereiro de 2020 14h45-15h30	Aluno L Aluna S Aluno T	6º Ano
	Atividade B: “Direitos, Desejos e Deveres”	2 de março de 2020 14h45-15h30	Aluno A Aluno J Aluna M	5º Ano
3ª Sessão	Atividade C: “A Escola dos meus Sonhos	3 de março de 2020 14h45-15h30	Aluno L Aluna S Aluno T	6º Ano
	Atividade C: “A Escola dos meus Sonhos	9 de março de 2020 14h45-15h30	Aluno A Aluno J Aluna M	5º Ano

É importante esclarecer que as três sessões foram repetidas uma vez, visto que as crianças foram divididas em dois grupos. Para além disto, devemos destacar o papel fundamental da Professora, sendo que acompanhou e ajudou na mediação das atividades.

A primeira sessão intitulada de “Atividade A- O que são os Direitos da Criança?” realizou-se nos dias 11 e 17 de fevereiro, pelas 14 horas e 45 minutos. Esta sessão tinha como objetivos:

- Perceber se as crianças conheciam, pelo menos, alguns Direitos da Criança;
- Entender se as crianças conheciam os elementos de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança;
- Compreender se as crianças entendiam o objetivo e a importância dos Direitos da Criança.

A segunda sessão denomina-se “Atividade B- Direitos, Desejos e Deveres” e aconteceu nos dias 18 de fevereiro e 2 de março de 2020, pelo mesmo horário. No geral, pretendia-se perceber se as crianças conseguiam distinguir a diferença entre direitos, deveres e desejos. E ainda entender se as crianças:

- Sabiam explicar o conceito de ‘deveres’;
- Conseguiram explicar a definição de ‘desejos’;
- Conseguiram, através de exemplos práticos do seu dia a dia, explicar a diferença existente entre estes conceitos;
- Entender quando e com quem aprenderam o significado dos conceitos – direitos, deveres e desejos- e a diferença entre estes.

Na sessão do dia 18 de fevereiro de 2020, uma das crianças não pôde comparecer, por motivos pessoais. Assim sendo, a investigadora optou por fazer apenas com duas crianças. Se, por alguma eventualidade, existir escassez de dados será, exatamente, pelo motivo mencionado. A Professora Bibliotecária também não conseguiu estar presente. No dia 2 de março, as atividades desenvolveram-se como previsto e os participantes deste grupo estavam todos presentes.

A terceira e última sessão tem como título “Atividade C- A Escola dos meus Sonhos” e ocorreu nos dias 3 e 9 de março. Os objetivos principais eram:

- Abordar o Direito à Educação;
- Perceber qual a importância da instituição Escola para as crianças;
- Permitir que as crianças tenham um espaço de liberdade na construção de uma ‘Escola dos Sonhos’.

Esta sessão permitiu também que fosse feito uma retrospectiva das sessões anteriores. As tarefas propostas foram concretizadas como estava planeado. No fim, cada criança respondeu a um breve questionário nos computadores da biblioteca escolar.

Devemos destacar que na sessão do dia 9 de março, a criança AM, antes de iniciar as atividades, desabafou, enquanto dialogava com a investigadora, que se sentia mais constrangida com a presença da Professora durante a realização das tarefas, sendo que achava que a Professora estava presente para avaliar as crianças. A investigadora apressou-se a esclarecer este equívoco. Por isso, nas duas primeiras sessões nota-se que a criança está relativamente mais tímida e apreensiva.

Pelo contrário, na terceira sessão verificou-se o oposto: a criança AM estava mais descontraída e até cooperante com o grupo de trabalho. Aliás, nas sessões anteriores, a investigadora tinha de pedir, constantemente, à criança para projetar a voz, o que não aconteceu nesta sessão. Infelizmente, não se conseguiu perceber, logo desde início, que a criança AM estava preocupada e que por isso se mantinha, muitas vezes, em silêncio. As notas de campo das aulas de observação mostravam que a criança não era muito participativa, por isso entendíamos o seu silêncio durante as atividades como um comportamento normal da criança.

2.1. Análise das Sessões *Focus Group*

No sentido de encontrar informação mais objetiva, decidimos transcrever as seis sessões de *focus group* com as crianças (Apêndice VI- Transcrições das Sessões de *Focus Group*). Assim, seria mais prático desenvolver a análise de conteúdo. No Apêndice VI apenas consta um exemplo de transcrição de cada sessão.

Com base nas transcrições, recolhemos os dados mais importantes e aqueles que correspondiam aos objetivos das atividades propostas nas sessões. Depois, criámos grelhas de análise de conteúdo.

Neste caso em particular, fizemos primeiro a seleção dos elementos que realmente correspondiam ao tema abordado em cada atividade. Depois, agrupámos a informação e categorizámos, utilizando conceitos adequados ao que pretendíamos perceber através das sessões.

As categorias e subcategorias de cada análise são bastante semelhantes, uma vez que também encontrámos partes comuns nas unidades de contexto. Como afirma Bardin (2019): “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles.” (Bardin, 2019, p.146).

1ª Sessão de *Focus Group*

Na primeira sessão o objetivo principal era entender se as crianças conheciam ou desconheciam os Direitos da Criança, e explicar detalhadamente o assunto.

Assim, como consta no Guião das Perguntas das Atividades (Apêndice VII- Guião das Perguntas das Atividades das Sessões de *Focus Group*), a atividade iniciava com

um vídeo sobre os Direitos da Criança, este explicava os conceitos básicos do tema de uma forma mais interativa e dinâmica para que fosse mais simples iniciar o diálogo com as crianças.

Depois, colocou-se um conjunto de questões acessíveis sobre o vídeo observado. Por outras palavras, as perguntas pretendiam abordar tópicos básicos sobre o tema.

De seguida, para consolidar o que se tinha abordado nas etapas anteriores, as crianças preencheram umas figuras (Apêndice VIII- Figuras da Sessão da Atividade A) com as necessidades identificadas pelas mesmas.

No fim, a investigadora, juntamente com as crianças, concluiu as atividades com uma breve síntese sobre os conceitos enunciados durante a sessão e a importância dos mesmos.

Apresenta-se a seguir a análise da 1ª sessão de *focus group* com as crianças de 5º ano, na tabela 4, e com as crianças de 6º ano, na tabela 5.

Tabela 4 -Análise da 1ª Sessão com as Crianças de 5º ano.

Análise da 1ª Sessão com as Crianças de 5º ano		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Abordagem aos Direitos da Criança	Conhecimento	“AJ: (...) os direitos da criança, quer dizer que cada criança pode ser livre e fazer o que quiser, independentemente, de ser de outra raça ou de outra etnia. Por exemplo, todas as crianças devem ter comida boa e saudável, água limpa e direito de ir aos médicos e aos hospitais...” - Aluno J; “AM: (...) devemos aceitar os gostos de cada um e que não deve haver injustiças.” - Aluna M.
	Importância	“AA: Para mim são todos importantes.” – Aluna A; “AM: São todos importantes...” – Aluna M; “AJ: Não há um mais elevado. São todos importantes.” – Aluno J.
Processo de Transmissão dos Direitos da Criança	Os Meios de Comunicação Social	«AA: “ <i>Eu foi</i> ” nas notícias...” - Aluno A.
	A Escola	“AJ: Também na Escola... (ouviu falar de direitos da criança)” – Aluno J; “AM: Nas aulas de cidadania... (ouviu falar de direitos da criança)” – Aluna M.
Elementos de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança	O Estado	“AA: O governo e... (...) porque eles são pessoas mais importantes... (...) Porque o governo é que, normalmente, governa... eles é que mandam.” – Aluno A

	Papel da Família	<p>“AM: Também pode ser a família? (...) Os avós, os tios...” - Aluna M;</p> <p>“AJ: Praticamente todas as pessoas que gostam de nós e não querem fazer mal a esses direitos. (...) Porque são pessoas próximas de nós” – Aluno J;</p> <p>“AA: Eu acho que, às vezes, alguns pais abandonam os seus filhos e não estão a fazer, entre aspas, o direito a ter uma família. (...) Devemos dizer aos nossos pais ou a outro adulto, como os professores para avisar do que é que as outras pessoas estão a fazer.” – Aluno A.</p>
	Criança Enquanto Agente de Direitos	<p>“AA: Nós também podemos proteger esses direitos, não é? (...) Apesar de sermos mais novos também podemos ajudar os nossos colegas.” – Aluno A.</p> <p>“AJ: Eu também acho que já vi alguém cá na Escola a excluir alguém do grupo...” – Aluno J.</p>
	Papel da Escola	<p>“AM: Também podem ser os professores...” - Aluna M;</p> <p>“AJ: Praticamente todas as pessoas que gostam de nós e não querem fazer mal a esses direitos.” – Aluno J;</p> <p>“AA: Devemos dizer aos nossos pais ou a outro adulto, como os professores para avisar do que é que as outras pessoas estão a fazer.” – Aluno AA.</p>
	Instrumentos sobre a Proteção dos Direitos da Criança	<p>“AJ: Fizeram uma espécie de promessa... (...) É um documento que protege os direitos da criança e diz que todas as crianças do mundo devem ter esses direitos obrigatoriamente, mesmo que sejam de outra raça ou de outra etnia” (relativamente à Convenção dos Direitos da Criança) – Aluno J;</p> <p>“AA: (...) um documento escrito para proteger os direitos da criança.” (relativamente à Convenção dos Direitos da Criança) – Aluno A.</p>
Principais Direitos Identificados pelas Crianças	Alimentação Saudável	<p>“AJ: Direito a água limpa, a comida saudável (...)” - Aluno J;</p> <p>“AA: Direito à comida (...) água limpa.” – Aluno A;</p> <p>“AM: Direito a ter água limpa, (...) comida (...) a comida também é muito importante, mas nós conseguimos aguentar mais tempo sem comer. Enquanto que, se nós não bebermos água podemos sempre ficar doentes ou morrer...” – Aluna M.</p>

Cuidados de Saúde e Higiene	<p>“AJ: (...) direito a ir ao médico (...)” - Aluno J;</p> <p>“AA: (...) a um médico (...)” - Aluno A;</p> <p>“AM: (...) saúde (...)” - Aluna M.</p>
Educação	<p>“AJ: (...) direito de ir à escola (...)” - Aluno J;</p> <p>“AA: (...) a manuais escolares, (...) Escola (...)” - Aluno A;</p> <p>“AM: Todas as crianças têm o direito a ter educação (...)” - Aluna M.</p>
Habitação e Saneamento Básico	<p>“AJ: Direito a água limpa, (...) de uma casa para viver (...)” - Aluno J;</p> <p>“AA: (...) casa, (...) água limpa.” - Aluno A;</p> <p>“AM: Direito a ter água limpa, (...) casa/habitação (...)” - Aluna M;</p>
Liberdade de Expressão	<p>“AA: Justiça, cultura, (...) etnias, (...) amor, respeito (...) Por exemplo, eu também acho que não devemos excluir pessoas dos grupos, mesmo que não gostem das brincadeiras dos outros, pelo menos temos que respeitar o que os outros gostam...” - Aluno A;</p> <p>“AM: (...) justiça, respeito, opinião, (...) culturas diferentes, gostos diferentes. (...) todas as crianças têm direito a liberdade de expressão (...)” - Aluna M.</p>
Família	<p>“AJ: (...) direito a família (...) Porque eu acho que devemos ter sempre um pai e uma mãe. Eu acho que as crianças não deviam ficar e centros de...” - Aluno J;</p> <p>“AM: direito a ter (...) uma família. (...) Porque nós sem família eramos mais tristes, acho eu...” - Aluna M.</p>
Bens Essenciais/Vestuário	<p>“AA: (...) roupa (...) se apanharmos frio podemos ter doenças graves ou se apanharmos muito sol podemos queimar a pele. E porque também não podemos andar sem roupa...” - Aluno A;</p>

Tabela 5- Análise da 1ª Sessão com as Crianças de 6º.

Análise da 1ª Sessão com as Crianças do 6º ano		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Abordagem aos Direitos da Criança	Conhecimento dos Direitos da Criança	“AL: É basicamente todos os direitos que uma criança deve ter. todas as crianças deviam ter os mesmos direitos. (...) É uma coisa boa!” – Aluno L; “AT: (...) mas para mim é liberdade.” – Aluno T.
	Importância dos Direitos da Criança	“AT: São todos importantes... (...) Quer dizer, para mim é ter família...” – Aluno T; “AL: Porque nós não conseguimos ser felizes sem família. (...) Alguém que nos cuide...” – Aluno L; “AS: E também a saúde é muito importante...” – Aluna S.
Contextos e Entidades na Promoção dos Direitos da Criança	A Escola na Sensibilização e Consciencialização dos Direitos da Criança	“AT: Sim. Até já tínhamos feito uma chuva de ideias.” – Aluno T.
	A Família na Promoção dos Direitos da Criança	“AL: Sim, em casa.” – Aluno L.
	Centros de Atividades de Tempos Livres	“AL: Lá no meu ATL também já ouvi falar... porque andavam a fazer bullying com uma rapariga.” – Aluno L.
Elementos de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança	Estado	“AL: (interrompe) Sim, o governo (...). O Governo porque é ele que dá dinheiro aos nossos pais para cuidar de nós.” – Aluno L.
	Papel da Família	“AL: A família! (...) A família porque está sempre connosco, está sempre a apoiar-nos. (...) Há meninos que não podem brincar com os pais porque eles estão fora, porque estão muito tempo a trabalhar, ou não tem comida porque os pais não têm dinheiro.” – Aluno L; “AT: Sim, porque por exemplo: se eu estou doente, a minha mãe ou o meu pai têm que me levar ao médico...” – Aluno T.
	Papel da Escola	“AL: (...) a escola...” – Aluno L.

	Criança Enquanto Agente de Direitos	“AL: AH! Os amigos (...) Porque nós somos mais frágeis...” – Aluno L.
	Instrumentos sobre a Proteção dos Direitos da Criança	<p>“AL: Ah! Fizeram por escrito que iriam ajudar as crianças. (...) A Convenção dos Direitos da Criança! (...) feita pelo governo por escrito... (...) para mim, é uma forma de ajudar as crianças a serem felizes.” – Aluno L;</p> <p>“AT: Para mim, é uma forma de proteger os Direitos da Criança só que por escrito.” – Aluno T;</p> <p>“AS: Então, é... (pensativo) as pessoas mais importantes verem os direitos das crianças num livro, numa folha...” – Aluna S.</p>
Principais Direitos Identificados pelas Crianças	Família e Amigos	<p>“AT: Família. (...) Então, família porque é com quem nós vivemos, quem nos dá de comer, hum...” – Aluno T;</p> <p>“AL: Amigos, porque sem amigos não podemos brincar. (...) Família, porque são quem está sempre ao nosso lado e a ajudar-nos.” – Aluno L.</p>
	Afeto e Amizade	<p>«AL: “Amigos, porque sem amigos não podemos brincar.”; “E felicidade, porque sem ela não brincamos e estamos sempre sozinhos...”» – Aluno L;</p> <p>AS: Felicidade... para ter uma vida boa.” – Aluna S.</p>
	Educação	<p>“AT: Sim... Escola porque todas as crianças têm direito a ler e a aprender a escrever.” – Aluno T;</p> <p>“AL: Escola que podemos aprender a escrever, falar bem, a ler...” – Aluno L.</p>
	Alimentação Saudável	<p>“AT: Comer porque sem alimentação nós morremos desidratados. Se tivermos muito tempo sem comer e sem beber...” – Aluno T;</p> <p>“AS: Ah... comida.” – Aluna S;</p> <p>“AL: Alimentos, porque sem alimentos nós podemos morrer.” – Aluno L.</p>
	Cuidados de Saúde e Higiene	<p>“AT: E saúde porque também temos que ter saúde para viver... porque se nós não tivéssemos saúde não podíamos viver bem.” – Aluna T;</p>

		<p>“AS: Eu escrevi saúde porque todas as pessoas têm que ter saúde se não morrem, pronto...” – Aluna S.</p> <p>“AL: Saúde, porque sem saúde nós podemos ficar mal.” – Aluno L.</p>
	Brincar	<p>“AT: Brincar porque é muito importante. Por exemplo, brincar com outras pessoas, para convivermos com mais pessoas.” – Aluno T;</p> <p>“AS: (...) e brincar! (...) Que é para ser feliz...” – Aluna S;</p>
	Liberdade de Expressão	<p>“AT: (...) liberdade! (...) E agora a liberdade porque tipo...(pausa) damos a nossa opinião... liberdade de expressão...” – Aluno T.</p>
	Identidade	<p>“AS: Sim. Ter nome!” – Aluna S.</p>
	Valores Morais	<p>“AS: Felicidade... para ter uma vida boa.” – Aluna S;</p> <p>AL: “E felicidade, porque sem ela não brincamos e estamos sempre sozinhos...” – Aluno L;</p> <p>“AT: Igualdade (...) A igualdade é tipo nós tratarmos as pessoas todas iguais, independentemente, de uma ter a cor mais escura ou de outra ter a cor mais clara.” – Aluno T.</p>
	Igualdade de Género	<p>“AT: Igualdade (...) A igualdade é tipo nós tratarmos as pessoas todas iguais, independentemente, de uma ter a cor mais escura ou de outra ter a cor mais clara.” – Aluno T.</p>

Na primeira Categoria consta duas Subcategorias exatamente iguais, mas com unidades de contexto diferentes. Verificámos que, tanto as crianças de 5º ano, como as crianças de 6º ano têm uma noção sobre os Direitos da Criança e, como tal, conseguem dar-nos alguns exemplos.

Relativamente à *Importância dos Direitos da Criança*, as crianças de 5º ano afirmaram que são todos importantes, não conseguindo destacar nenhum com mais valor. Já as crianças de 6º ano, nomeadamente, o aluno T começa por dizer que são todos essenciais, mas de seguida revela o Direito à Família como o mais importante. O seu colega AL também concordou. Ao contrário da aluna S que realça o Direito à Saúde.

Em relação à *Transmissão e Promoção dos Direitos da Criança*, as crianças destacaram alguns contextos e entidades, como por exemplo:

- *A Escola*, mais especificamente, as aulas da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- *A Família*;
- *Os Meios de Comunicação Social*, ou seja, a *internet*.

No que respeita à *Promoção e Proteção dos Direitos da Criança*, a amostra indica as mesmas respostas, isto é, apontam para os mesmos elementos:

- *O Estado*, segundo as crianças, é constituído por pessoas importantes que governam o país: “O governo e... (...) porque eles são pessoas mais importantes (...) eles é que mandam.”;
- *A Família* garante o bem-estar das crianças e são os indivíduos mais próximos: “(...) A família porque está sempre connosco, está sempre a apoiar-nos.”;
- Identificam também a *Criança enquanto Agente de Direitos*, ou seja, reconhecem-se como elementos essenciais para a proteção dos direitos, e ainda acreditam que os seus amigos e colegas também o podem fazer: “Apesar de sermos mais novos também podemos ajudar os nossos colegas.”;
- *Os Instrumentos Utilizados para a Proteção dos Direitos* que associam à Convenção dos Direitos da Criança e explicam dizendo que os governos de alguns países “Fizeram uma espécie de promessa...”.

Na categoria seguinte também existem algumas semelhanças nas unidades de contexto, por este motivo as subcategorias das duas sessões são praticamente iguais. As crianças identificaram alguns direitos, acabando por nos dar exemplos dos mesmos.

Na análise que fizemos da sessão com o grupo de trabalho do 5º ano, percebemos que havia certos conceitos que se destacavam. Transformámos em subcategorias, tais como:

- *Família e Amigos*, as crianças observam estes dois núcleos constituídos por pessoas fundamentais para o seu desenvolvimento integral. Os membros da

Família são vistos como alguém capaz de responder às suas necessidades básicas: “Então, Família porque é com quem nós vivemos, quem nos dá de comer (...)”;

- *Alimentação Saudável*, as crianças entendem este direito como uma necessidade. Algo que é imprescindível para se manter um estilo de vida saudável: “Alimentos, porque sem alimentos nós podemos morrer.”. Tal e qual como a água potável, como afirmaram as crianças de 5º ano: “Direito a ter água limpa, (...) comida (...) a comida também é muito importante, mas nós conseguimos aguentar mais tempo sem comer. Enquanto que, se nós não bebermos água podemos sempre ficar doentes ou morrer...”;

- *Habitação e Saneamento* foi apenas constatado nas unidades de contexto da sessão da turma do 5º ano. Contudo, também nesta subcategoria se mencionou a água potável, tendo em conta que é necessária para variadíssimas tarefas domésticas: “Direito a água limpa, (...) de uma casa para viver (...)”;

- *Cuidados de Saúde e Higiene* também constam no discurso das crianças. A saúde é compreendida como um sinónimo de bem-estar, tal como os cuidados de saúde, como por exemplo, estar doente e ter a possibilidade de ser examinado por um médico: “(...) direito a ir ao médico (...)” e “E saúde porque também temos que ter saúde para viver... porque se nós não tivéssemos saúde não podíamos viver bem.”;

- *Educação*, mencionada inúmeras vezes ao longo da sessão, acreditamos que as crianças mantêm uma opinião bastante firme em relação a este assunto, tendo em conta que para estas a educação deve ser garantida a todas as crianças sem exceção. Isto porque segundo a nossa amostra a educação é fundamental, uma vez que permite aprender: “Sim... Escola porque todas as crianças têm direito a ler e a aprender a escrever.” e “Escola que podemos aprender a escrever, falar bem, a ler...”. Na sessão de 5º ano, a criança AA mencionou também os manuais escolares, para este é um material imprescindível para aprender de uma forma mais eficaz: “(...) a manuais escolares, (...) Escola (...)”.

- *Liberdade de Expressão*, categorizámos assim porque as crianças, tanto na sessão de 5º ano, como na sessão do 6º ano, mencionaram alguns conceitos relacionados com este tema, tais como: “Justiça, cultura, (...) etnias, (...) amor, respeito (...) Por exemplo, eu também acho que não devemos excluir pessoas dos grupos, mesmo que não gostem das brincadeiras dos outros, pelo menos temos que respeitar o que os outros gostam...”;

- *Bens Essenciais/Vestuário*, apenas descrito pelas crianças de 5º ano. Neste caso, a criança AA afirma que o vestuário é uma necessidade e uma mais-valia para não contrair doenças: “(...) roupa (...) se apanharmos frio podemos ter doenças graves ou se apanharmos muito sol podemos queimar a pele. E porque também não podemos andar sem roupa...”;

- *Afeto e Amizade* relaciona-se com a subcategoria *Família e Amigos*. Nota-se que a amizade é um laço essencial na vida das crianças. Bem como a felicidade

que, eventualmente, também pode surgir através destas relações: “Amigos, porque sem amigos não podemos brincar.” e “E felicidade, porque sem ela não brincamos e estamos sempre sozinhos...”;

- *Brincar*, entendida pelas crianças como uma atividade libertadora, no sentido de ser um espaço e um tempo do seu dia para usufruírem e gerirem como entenderem melhor e também para socializarem com outras crianças: “Brincar porque é muito importante. Por exemplo, brincar com outras pessoas, para convivermos com mais pessoas.” E “(...) e brincar! (...) Que é para ser feliz...”;

- *Identidade*, apenas uma criança em seis abordou este assunto, não sendo algo natural, ou seja, a investigadora conduziu o diálogo de forma a que se falasse neste tópico. Ainda assim, foi muito importante que, nesta primeira sessão, alguém se tivesse lembrado deste direito: “Sim. Ter nome!”;

- *Valores Morais*, vão ao encontro da próxima subcategoria e de uma já abordada, a *Liberdade de Expressão*. Identificámos unidades de contexto no diálogo entre as crianças de 6º ano que têm uma ligação moral. As crianças destacaram, mais uma vez, os conceitos de felicidade e igualdade: “E felicidade, porque sem ela não brincamos e estamos sempre sozinhos...” e “Igualdade (...) A igualdade é tipo nós tratarmos as pessoas todas iguais, independentemente, de uma ter a cor mais escura ou de outra ter a cor mais clara.”;

- *Igualdade de Género*, fizemos questão de destacar esta subcategoria da anterior porque as crianças abordaram muito este assunto durante o seu discurso, de tratarmos e cuidarmos das pessoas de forma igual, sem preconceito sobre o seu género ou etnia: “Igualdade (...) A igualdade é tipo nós tratarmos as pessoas todas iguais, independentemente, de uma ter a cor mais escura ou de outra ter a cor mais clara.”.

Nesta primeira sessão percebeu-se que, tanto as crianças de 5º ano, como as crianças de 6º ano tinham uma noção sobre os Direitos da Criança e, como tal, conseguiram dar alguns exemplos. Para além disto, conheciam algumas entidades de Transmissão, Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, isto é, a Família, a Escola e o Estado. Por fim, as crianças de 5º ano afirmaram que todos os direitos são importantes, não conseguindo destacar nenhum com mais importância. Já as crianças de 6º ano, começaram por dizer que eram todos essenciais, mas de seguida revelam o Direito à Família e o Direito a Cuidados de Saúde.

Concluindo esta análise, verificámos que nas duas sessões, como se calculava, algumas subcategorias são diferentes devido às unidades de contexto, isto é, o discurso e as falas das crianças. Assim sendo, iremos passar para a análise da segunda sessão.

2ª Sessão de *Focus Group*

A atividade B pretendia refletir com as crianças sobre a diferença entre direitos e desejos e criar um ambiente de debate. Consciencializar a criança da importância do ponto de vista do seu colega e realçar a importância de exprimir a sua opinião. Para além disto, foi fundamental perceber se as crianças, depois da atividade, conseguiam identificar direitos e desejos.

Apresentam-se a seguir a Tabela 6 e a Tabela 7 da segunda sessão de *focus group* com as crianças.

Tabela 6 - Análise da 2ª Sessão com as Crianças de 5º ano.

Análise da 2ª Sessão com as Crianças do 5º ano.		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Direitos da Criança	Definição	<p>“AA: Eram o que as crianças têm direito... (pausa) por exemplo, em ir à escola... (...) Porque... sem direitos era uma espécie de ditadura... (...)” – Aluno A;</p> <p>“AJ: Por exemplo, ir à escola. É um direito, mas também é um dever!” – Aluno J.</p>
	Não-Discriminação	<p>«AM: “Todas as pessoas, independentemente, da sua nacionalidade, da sua cultura, etc... têm direito aos mesmos direitos, vá...”; “Independentemente, de uma criança ter uma deficiência ou não, tem os mesmos direitos que as outras de brincar, de ir à escola... (...)» – Aluna M;</p> <p>«AJ: “Está nos direitos porque as crianças têm o direito de não ser discriminadas. Somos todos iguais. Pronto... (pausa) merecemos igualdade.”; “Devemos aceitar todas as pessoas, de forma igual, independentemente, da sua cultura, língua...”» - Aluno J.</p>
	Interesse Superior da Criança	<p>“AJ: Significa que as crianças, enquanto forem crianças, não podem ser presas porque são muito novos! Então às vezes vão para casas de correção e assim...” – Aluno J.</p>
	Direito à Vida, à Sobrevivência e ao Desenvolvimento	<p>«AM: “Ir a um médico também!”; “Sim, porque não há ninguém que não se chame nada, não é?!”» – Aluna M;</p> <p>«AA: “Porque temos que ter um nome para nos chamarem...”; “Todas as crianças têm o direito à educação”. Todas as crianças têm o direito a ir à escola, a aprender, a ter materiais...” – Aluno A;</p> <p>«AJ: “(...) todas as crianças podem brincar ao que quiserem, mesmo que as brincadeiras sejam diferentes e devemos sempre aceitar as brincadeiras dos outros.”; “(...) as crianças têm o direito a ter as suas coisas privadas (...)”; “Todas as crianças têm o direito de brincar e de jogar como quiserem... (...) porque nós também temos o direito de fazer aquilo que gostamos... brincar é isso também!”; “As crianças têm direito a ter água própria para beber...”; “Todas as crianças têm o direito de ir ao médico, por exemplo...”; “Todas as crianças têm o direito de ter manuais e... ir á escola!”; “Todas as crianças têm o direito de comer comida saudável e boa...”» – Aluno J.</p>
	Respeito pelas Opiniões da Criança	<p>«AA: “Para mim, isto significa que nós temos direito a dizer o que achamos, como nós vemos as coisas. (...) Porque nós também gostamos de dizer aquilo que nós pensamos</p>

		<p>sobre os assuntos que nos interessam... (pausa) não é só os adultos, não?!”; “Porque nós temos direito à nossa privacidade...”» – Aluno A;</p> <p>«AJ: “Devemos aceitar todas as pessoas, de forma igual, independentemente, da sua cultura, língua...”; “Eu acho que todas as crianças têm o direito de falar e dar opinião sobre os assuntos que lhe dizem respeito, como dizia no livro...”» – Aluno J;</p>
Deveres da Criança	Definição	<p>«AA: “O que as crianças devem fazer...”; “Os deveres são o que as crianças devem cumprir. As regras, por exemplo.”» – Aluno A;</p> <p>“AM: É uma coisa que se deve fazer...” – Aluna M;</p> <p>“AJ: É uma coisa que as crianças devem fazer obrigatoriamente... (...) Porque não há só direitos também há deveres. (...) Por exemplo, ir à escola. É um direito, mas também é um dever!” – Aluno J.</p>
	Principais Deveres Identificados pela Criança	<p>“AM: Não desperdiçar comida!” – Aluna M;</p> <p>“AJ: Não bater aos pais nem os agredir.” – Aluno J;</p> <p>«AA: “Significa que não devemos excluir as pessoas só porque são de outra cor ou etnia...”; “Porque nós devemos proteger as pessoas mais frágeis...”; “Devemos proteger o meio ambiente para não ficar poluído.”; “Devemos sempre manter os espaços limpos (...) Sim, porque se estiver sujo também não se torna um espaço agradável.”; “Devemos respeitar os outros apesar de serem diferentes de nós. Até podemos ser diferentes no corpo e assim, mas também... (pausa-pensativo) mas também somos iguais, independentemente, da cor da pele, da cultura, da religião, etc.!”; “Devemos respeitar porque (...) Porque está relacionado com este que eu li do “Manter limpo e preservar os espaços”. As auxiliares são as pessoas que limpam e (...) Os professores porque são eles que nos ensinam e os colegas porque... (pausa) alguns são nossos amigos e outros porque não podemos agora andar aí a bater, não é?”; “Devemos sempre trazer os trabalhos de pesquisa e os <i>tpc’s</i> feitos...”; “Então, devemos os respeitar porque eles (os pais) nos ensinam muitas coisas boas. Às vezes, eles ralham connosco e ficamos zangados. Mas sabemos que eles querem o nosso bem e gostam muito de nós.”» – Aluno A;</p> <p>“AM: Temos o dever de não poluir.” – Aluna M.</p>

Desejos da Criança	Definição	<p>«AA: “É uma coisa que nós desejamos muito ter!”; “(...) é o que nós queremos muito ter ou fazer, mas (pausa)..., mas que não é assim tão importante...”» - Aluno A;</p> <p>«AJ: “O que nós queremos muito fazer.”; “Não é uma necessidade...”» - Aluno J;</p> <p>«AM: “Ou uma coisa que nós desejamos mudar...”; “Um desejo é um sonho!”» - Aluna M.</p>
	Principais Desejos Identificados pela Criança	<p>«AM: “É um desejo porque nós não precisamos de ter dinheiro para gastarmos como quisermos, basta o dinheiro que os nossos pais nos dão.”; “É um desejo porque nós devemos ter roupa normal para vestirmos, mas não é preciso ser de moda...”; “Porque não é preciso um computador para fazer pesquisas quando podemos usar livros...”; “É um desejo porque... (pensativa) porque podemos estar de férias e não viajar. Não é obrigatório ir viajar. Há pessoas que não podem ir e têm uma vida boa na mesma...”;</p> <p>“Porque os telemóveis não são assim tão precisos. Neste momento são mais uteis para fazer chamadas.”; “O último cartão são as “Refeições de <i>Fast Food</i>” é apenas um desejo porque para ser saudável temos apenas de comer alimentos saudáveis.”» - Aluna M;</p> <p>“AJ: Sim, porque as crianças podem ter uma bicicleta para brincar e se divertir ... (...) Eu acho que pode ser as duas coisas...” - Aluno J.</p>
	Papel da Família	<p>«AA: Todas as crianças devem ter direito a ter uma família... (...) Porque sem família não conseguimos viver tão bem... não aprendemos coisas com os nossos pais e não nos divertimos com eles...”; “Nós, como somos crianças não nos conseguimos defender tão bem como os adultos. Por isso é que os adultos devem proteger-nos.”; “Às vezes, eles (os pais) ralham connosco e ficamos zangados. Mas sabemos que eles querem o nosso bem e gostam muito de nós.”; “Sim, já falaram! (os pais já falaram sobre direitos, desejos e deveres)”; “Quando às vezes a minha mãe quer que eu faça uma coisa e eu não quero, ela diz: “Ó AA tens de fazer!”.”» - Aluno A;</p> <p>«AJ: “É a nossa família! É normal, às vezes, os pais ralharem, mas é para o nosso bem.”; “Então, por exemplo, eu estou a desrespeitar a minha mãe ou o meu pai, porque eu às vezes zango-me com eles (...) E depois o meu pai diz: “Olha não podes fazer isso, não podes dizer isso a nós, ouviste?”; “Que me lembro só tive um direito! (a Observadora explica melhor o assunto) (...) Ah, ok, então são imensos! (risos).”» - Aluno J.</p>
	Papel da Escola	<p>«AA: Sim! Para aprender a ler, a escrever, a fazer contas!”; “Nós, como somos crianças não nos conseguimos defender tão bem como os adultos. Por isso é que os adultos</p>

		devem proteger-nos.”; “Na cidadania (a disciplina), às vezes, falamos um bocadinho sobre isto...”» - Aluno A; “AJ: Sim, porque sem escola eramos analfabetos.” – Aluno AJ.
--	--	---

Tabela 7- Análise da 2ª Sessão com as Crianças de 6º ano.

Análise da 2ª Sessão com as Crianças do 6º ano		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Direitos da Criança	Definição	«AT: São importantes (os direitos da criança) porque assim as crianças vivem bem.»; “Então, direitos são tipo liberdades que nós temos”; “Direitos é quando todos os dias tomo o pequeno-almoço, almoço, lanche, janta...” – Aluno T; «AS: Direitos é o que nós temos de ter e os desejos é uma coisa que nós queremos, mas não precisamos assim tanto!” “(...) quando vou à escola todos os dias e quando os meus amigos me respeitam!”» - Aluna S.
	Não Discriminação	«AT: “Significa que todas as crianças têm os mesmos direitos, ou seja, têm direito a ir à escola, têm direito a ter higiene, têm direito a comer...”; “(...) todos têm os mesmos direitos, independentemente, de serem deficientes, ou de raças diferentes. Pronto, nós temos os mesmos direitos e devemos ajudar essas crianças e...” (relacionado com “As crianças deficientes têm os mesmos direitos que as outras”); “(...) porque toda a gente merece um bom tratamento... (pausa) que aceitem da forma como são, independentemente, de ser de outra raça, ou de outra nacionalidade e assim... e toda a gente merece ter os mesmos direitos.”» – Aluno T;
	Interesse Superior da Criança	“AT: Pode ser tirada aos pais e ir para um instituto...” (relacionado com “As crianças têm o direito à sua justiça adequada à sua idade”) – Aluno T.
	Direito à Vida, à Sobrevivência e ao Desenvolvimento	«AS: “Se as crianças estiverem com a sua família estão protegidos, estão felizes...”; “E se fosse só para estudar, nós não tínhamos infância... (relacionado com o “direito de brincar”); “(...) eu acho que as crianças não podem viver com violência porque assim não são felizes.”; “(...) colocámos este nos direitos porque nós precisamos de comer bem. Precisamos de comida... (pausa) pronto eu vou dizer comida saudável para crescermos fortes.”; “Precisamos de água potável para tomar banho, para lavar os dentes...”; “É um direito... é estarmos

		<p>doentes e termos o direito de ir ao médico para nos dar remédios ou tratar de alguma ferida. Pronto... (pausa) é sermos cuidados.» - Aluna S;</p> <p>«AT: “Eu acho que todas as crianças têm direito a ter um nome (...) Porque...(pausa) para identificar a pessoa! (...) E todas as crianças têm direito a ter uma nacionalidade porque (...) Se nasceram naquele país têm que ter a sua nacionalidade.”; “Todas as crianças têm o direito e obrigação de ir à escola.”; “(...)porque as crianças têm que conviver com os outros, para conhecer mais pessoas...(relacionado com o “direito de brincar”); “As crianças não podem andar a trabalhar... têm que ir à escola para aprender a ler e a escrever.”; “Porque as crianças não podem ir à guerra!”; “Toda a gente deve ter direito a ir à escola. Toda a gente deve ter o direito a ser educado e toda a gente deve aprender a ler e a escrever.”; “(...) toda a gente deve ter proteção, principalmente da família.”; “Sim! Ninguém merece crescer na rua! (relativo a “Casa Digna”)”» - Aluno T.</p>
	<p>Respeito pelas Opiniões da Criança</p>	<p>“AS: Quer dizer que... (suspira) se eu tiver a escrever alguma coisa, num caderno ou num diário ou assim as pessoas não precisam de me obrigar a mostrar.” - Aluna S;</p> <p>«AT: “Liberdade de expressão! (...) E também se queremos respeito temos que respeitar os outros.”; “Porque se tivermos liberdade de expressão podemos exercer a nossa cultura, a nossa religião...”» - Aluno T.</p>
<p>Deveres da Criança</p>	<p>Definição</p>	<p>«AT: “Os deveres são coisas que nós devemos cumprir.”; “Tipo fazer os trabalhos de casa.”» - Aluno T;</p> <p>«AS: “Os deveres é... (pausa) hum... os deveres são coisas que nós temos obrigação de cumprir, de fazer, pronto...”; “Já sei! Por exemplo, às vezes quando a minha mãe de manhã deixa roupa para arrumar, eu à tarde quando chego da escola, dobro e arrumo!”» - Aluna S.</p>
	<p>Principais Deveres Identificados pela Criança</p>	<p>«AS: “É um dever respeitar! Somos todos diferentes, mas todos iguais e merecemos ser tratados de forma igual.”; “Os nossos pais dão-nos dinheiro para o que mais precisamos. Isso devia chegar.”; “(...) mas também acho que é um</p>

		<p>dever (sobre o dever “Frequentar a escola e cumprir as tarefas escolares”) porque eu posso ter o direito de ir à escola e não ir. Por isso, já que temos esse direito temos que ir.”; “E também porque nós como somos crianças devemos saber estas coisas (sobre os Direitos, Deveres e Desejos) ... pronto ou ter uma ideia...”; “Mas também não pode ser só brincar, também temos que estudar...”» - Aluna S;</p> <p>«AT: “Todos devemos respeitar os professores... e todos na escola.”; “Devemos deixar limpos os espaços para não poluir o meio ambiente.”; “É um dever porque, por exemplo, como falámos há bocado: devemos tratar uma criança deficiente como se fosse, e é igual a nós. Temos que respeitar também as pessoas que vêm de fora, pronto de diferentes países porque são pessoas iguais a nós.”; “(...) ou seja, é um dever nosso cumprir as regras dos pais e respeitá-los... (pausa) porque se respeitarmos os pais, eles também nos respeitam.”; “Então não devemos deitar lixo para chão... temos que ajudar o planeta!”; “Todas as crianças têm o direito e obrigação de ir à escola.”; “Nós devemos ajudar os pais.”» - Aluno T.</p>
Desejos da Criança	Definição	<p>«AT: “São coisas que nós queremos muito que aconteçam...”; “(...) os desejos são coisas que nós desejamos e que queremos muito. É uma vontade!”» - Aluno T;</p> <p>«AS: “Desejos é eu querer aquela coisa e estar sempre a pensar...”; “(...) os desejos é uma coisa que nós queremos, mas não precisamos assim tanto!”» - Aluno T.</p>
	Principais Desejos Identificados pelas Crianças	<p>«AS: “É um desejo porque para sobreviver, para sermos saudáveis e para sermos felizes não precisamos de televisão.”; “(...) mas não é um direito (relacionado com o desejo “Bicicleta”) (...) Porque nós para sermos saudáveis ou para fazermos exercício físico, não precisamos de uma bicicleta ou de uns patins. Podemos muito bem andar ou dar uma corrida.”; “Porque para sobrevivermos não precisamos de comer estas comidas (<i>fast food</i>). Basta comermos de forma saudável.”» - Aluna S;</p>

		«AT: “Viagens de férias”. “É um desejo porque às vezes estamos sem fazer nada e desejamos ir tanto para um sítio. Por exemplo, no Verão ir para a praia.”; “(...) bem, o telemóvel não faz falta nenhuma, mas às vezes é preciso quando temos alguma emergência, por exemplo, para ligar aos pais. E o computador não é preciso porque os nossos antepassados também não usavam... (...) podemos sempre fazer aqui nos da biblioteca (os trabalhos de casa)!”» - aluno T.
Perspetiva das Crianças sobre o Papel da Família e o Papel da Escola	Papel da Família	«AS: “Se as crianças estiverem com a sua família estão protegidos, estão felizes...”; “Quer dizer... (pausa) não é uma conversa que falam (os pais/encarregados de educação) sempre, sempre... (sobre Direitos, Deveres e Desejos)” – Aluna S; «AT: “(...) toda a gente deve ter proteção, principalmente da família.”; “Os meus pais já tinham falado comigo...” (sobre Direitos, Deveres e Desejos)» - Aluno T.
	Papel da Escola	«AT: “Direitos nós já sabíamos porque já fizemos, no 1º período, trabalhos sobre direitos humanos. Agora desejos e deveres...”; “Foi em cidadania! (...) Estivemos a visualizar vídeos, preenchemos até uma folha que tínhamos que escrever os direitos humanos e alguns direitos da criança...”» – Aluno T; “AS: Não é algo que tivéssemos falado muito como aqui... (pausa) mas falámos de direitos humanos e fizemos alguns trabalhos!” – Aluna S.

Antes de iniciar as tarefas relacionadas com o tema da sessão, questionou-se as crianças sobre a atividade anterior, para que se pudesse perceber se tinha ficado esclarecido os tópicos tratados.

Seguidamente apostou-se na leitura de um livro dedicado aos Direitos da Criança para impulsionar a conversa. A seguir, apresentaram-se uns cartões de direitos e desejos do Guia para Educadores e Professores da *Unicef*⁵, e ainda os cartões dos deveres desenvolvidos pela investigadora (Apêndice IX- Cartões dos Deveres). Estes serviam para as crianças colocarem, em consenso, num cartaz (Apêndice X- Cartaz da Sessão da Atividade B), em formato digital, os cartões associados aos direitos, aos desejos e aos deveres. Depois fizeram-se algumas perguntas sobre o tema das tarefas.

No fim, para consolidar o tema debatido, as crianças escreveram nuns cartões (Apêndice XI- Cartões da Sessão da Atividade B), criados pela investigadora, a diferença entre direitos, desejos e deveres, como forma de clarificar os conceitos e entender se as crianças estavam preparadas para passar à próxima sessão.

Na segunda sessão de *focus group*, como mencionado anteriormente, o tema principal das atividades foi os Direitos, os Deveres e os Desejos. Uma das primeiras atividades a serem desenvolvidas com as crianças foi a leitura de um livro. Neste estavam expostos e explicados onze direitos, de forma adequada, para que as crianças entendessem os Direitos da Criança. É neste contexto que surge a primeira categoria – *Direitos da Criança*- e as subcategorias:

- *A Definição*, foi escolhida através do parecer das crianças sobre a noção de direitos. Por exemplo, a criança AT afirma: “Então, direitos são tipo liberdades que nós temos” e “Direitos é quando todos os dias tomo o pequeno-almoço, almoço, lancho, janto...”;
- *Não Discriminação*. As crianças entendem, e até nos conseguem dar exemplos positivos de não discriminação: “Todas as pessoas, independentemente, da sua nacionalidade, da sua cultura, etc... têm direito aos mesmos direitos, vá...”. No geral, existe um consenso de ideias sobre as noções que envolvem este assunto. Na opinião da nossa amostra, as crianças, independentemente das diferenças entre si, ou seja, etnias e nacionalidades distintas são indivíduos iguais. Até destacaram a deficiência mental e/ou física que algumas crianças possam ter: “Significa que todas as crianças têm os mesmos direitos, ou seja, têm direito a ir à Escola, têm direito a ter higiene, têm direito a comer...” e “(...) todos têm os mesmos direitos, independentemente, de serem deficientes, ou de raças diferentes.”;
- *Interesse Superior da Criança*. Entendemos este direito como algo que deve ser uma prioridade, independentemente da situação em que a criança esteja exposta, o importante é a sua segurança e estabilidade. Assim sendo, as

⁵ Disponível em: <https://www.unicef.pt/media/1311/guia-educadores-professores-dudc.pdf>

crianças associaram de imediato a instituições de correção: “Pode ser tirada aos pais e ir para um instituto...” e “Significa que as crianças, enquanto forem crianças, não podem ser presas porque são muito novos! Então às vezes vão para casas de correção e assim...”;

- *Direito à Vida, à Sobrevivência e ao Desenvolvimento.* Esta subcategoria diz respeito à garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades. Posto isto, as crianças destacaram alguns direitos associados a esta subcategoria. Damos o exemplo da criança AJ que nos falou do Direito de Brincar e o Direito à Educação: “(...) todas as crianças podem brincar ao que quiserem, mesmo que as brincadeiras sejam diferentes e devemos sempre aceitar as brincadeiras dos outros.” e “Todas as crianças têm o direito de ter manuais e... ir à Escola!”. Também a criança AS relembrou a importância dos cuidados de saúde: “É um direito... é estarmos doentes e termos o direito de ir ao médico para nos dar remédios ou tratar de alguma ferida. Pronto... (pausa) é sermos cuidados.”. E ainda, a criança AT constatou a importância de ter um nome: “Eu acho que todas as crianças têm direito a ter um nome (...) Porque...(pausa) para identificar a pessoa!”.
- *O Respeito pelas Opiniões da Crianças.* É fundamental ouvir, respeitar e ter em consideração a voz da criança nos assuntos que lhe dizem respeito. Para exemplificar, a criança AA dá-nos a melhor descrição possível: “Para mim, isto significa que nós temos direito a dizer o que achamos, como nós vemos as coisas. (...) Porque nós também gostamos de dizer aquilo que nós pensamos sobre os assuntos que nos interessam... (pausa) não é só os adultos, não?!”.

A segunda atividade foi realizada através de um jogo didático em que as crianças teriam de diferenciar as concepções de Direitos, Desejos e Deveres. Assim sendo, as próximas categorias e subcategorias são neste sentido. Uma das categorias das quais estamos a falar é os *Deveres da Criança* em que consta:

- *A Definição,* como a própria palavra indica, encontramos nas unidades de contexto definições de Deveres segundo as crianças: “O que as crianças devem fazer...” e “Os deveres são o que as crianças devem cumprir. As regras, por exemplo.” e “(...) deveres são coisas que nós temos obrigação de cumprir, de fazer, pronto (...) Já sei! Por exemplo, às vezes quando a minha mãe de manhã deixa roupa para arrumar, eu à tarde quando chego da Escola, dobro e arrumo!”;
- *Os Principais Deveres identificados pela Criança.* As crianças, durante o jogo, foram dando alguns exemplos de deveres, como: “É um dever respeitar! Somos todos diferentes, mas todos iguais e merecemos ser tratados de forma igual.” e “Devemos sempre trazer os trabalhos de pesquisa e os tpc’s feitos...”;

A segunda categoria tem como nome os *Desejos das Crianças* e contém subcategorias semelhantes às anteriores:

- A *Definição* temos exemplos como: “É uma coisa que nós desejamos muito ter! (...) é o que nós queremos muito ter ou fazer, mas (pausa)..., mas que não é assim tão importante...” e “(...) os desejos são coisas que nós desejamos e que queremos muito. É uma vontade!”;
- Os *Principais Desejos*, esta subcategoria teve origem no jogo didático. Durante a leitura dos cartões dos Desejos, as crianças iam explicando e exemplificando: “Viagens de férias. É um desejo porque às vezes estamos sem fazer nada e desejamos ir tanto para um sítio. Por exemplo, no Verão ir para a praia.” e “É um desejo porque nós não precisamos de ter dinheiro para gastarmos como quisermos, basta o dinheiro que os nossos pais nos dão.”;

Por fim, a última categoria é a *Perspetiva das Crianças sobre o Papel da Família e o Papel da Escola*. As subcategorias são:

- O *Papel da Família*, neste contexto, representa a segurança e a felicidade: “Nós, como somos crianças não nos conseguimos defender tão bem como os adultos. Por isso é que os adultos devem proteger-nos.”; e por fim “Se as crianças estiverem com a sua Família estão protegidos, estão felizes...”. E a educação orientada para as regras: “Quando às vezes a minha mãe quer que eu faça uma coisa e eu não quero, ela diz: “Ó AA tens de fazer!”;
- O *Papel da Escola*. Nas unidades de contexto verificámos algum conteúdo associado ao papel da Escola, e principalmente às funcionalidades educacionais desta. Queremos com isto dizer que, as crianças, ao longo do seu discurso, mencionaram várias vezes a importância e a função da instituição Escola: “Sim! Para aprender a ler, a escrever, a fazer contas!”; e “Sim, porque sem Escola eramos analfabetos.”. Por fim, referiram as atividades que a Escola promove no sentido do ensino baseado nos Direitos da Criança: “Direitos nós já sabíamos porque já fizemos, no 1º período, trabalhos sobre direitos humanos. Agora desejos e deveres...”; “Foi em cidadania! (...) Estivemos a visualizar vídeos, preenchemos até uma folha que tínhamos de escrever os direitos humanos e alguns direitos da criança...”.

Na segunda sessão, as crianças conseguiram definir os conceitos de direitos (Direito a Brincar, Direito à Educação, Direito a Cuidados de Saúde, etc.), desejos (viagens, “ter dinheiro”, etc.) e deveres (respeitar, fazer os deveres da escola, etc.), e ainda exemplificaram. Conseguiram debater o tema da atividade sem a intervenção das mediadoras. E, ainda, relativamente ao Papel da Família, as crianças atribuíram a responsabilidade de cuidar e de transmitir felicidade. No que se refere ao Papel da Escola, as crianças apontam que é através desta instituição que aprendem novas matérias.

Terminada a análise da segunda sessão com as crianças de 5º e 6º ano, iremos proceder à análise de dados da terceira sessão.

3ª Sessão de *Focus Group*

Na sessão “Escola dos meus Sonhos” o objetivo era perceber as práticas que a Escola desenvolve, compreender a importância do Papel da Escola no desenvolvimento das crianças e estimular um pensamento crítico.

Apresentam-se a seguir as tabelas 8 e 9 sobre a análise realizada à 3ª sessão de *focus group* com as crianças de 5º e 6º ano.

Tabela 8- Análise da 3ª Sessão com as Crianças de 5º ano.

Análise da 3ª Sessão com as Crianças do 5º ano		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Direitos da Criança	Direito à Educação	<p>“AJ: As crianças, nestas escolas pobres, estão a aprender a ler, a escrever... (pausa) pronto, estão a aprender a fazer coisas normais das escolas, mas não têm muitas condições. É um direito ter educação porque para aprender melhor precisamos assim de uma mesa...(pausa)”; “Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma escola onde podem estar.” – Aluno AJ;</p> <p>«AM: “Quer dizer, o direito à educação sim porque eles estão a ir às escolas... (pausa). “Mas as condições são mínimas. Mas o direito à educação sim porque eles estão a aprender na mesma não são é as melhores condições.”» – Aluna AM.</p>
	Não Discriminação e Igualdade	<p>“AM: Todos temos os mesmos direitos, e por isso devemos ter uma escola decente.” – Aluna M;</p> <p>«AJ: “Eu acho que todas as crianças que andam na escola deviam andar em escolas com condições com salas de aulas normais, como nós temos, porque eu acho que as crianças não devem aprender em escolas com estas condições.”; “Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma escola onde podem estar.”» – Aluno J.</p>
Papel da Escola	Importância da Escola	<p>«AJ: “Nas escolas pobres também se pode fazer esse tipo de atividades... não têm é provavelmente um pavilhão de ginástica como nós.”; “Depois, é mau porque... (pausa) algumas crianças, não sei, nunca ouvi falar, mas podem achar que a sua escola não tem assim muitas condições. Talvez até imaginam que há escolas melhores.”; “(...) podemos conhecer novas pessoas e também porque é um espaço onde aprendemos muita matéria, em que aprendemos a ler, a fazer contas, a fazer experiências e... (pausa) a maioria das vezes, como alguns professores dizem: é como se fosse uma “casa</p>

		<p>secundária” para nós.”; “Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma escola onde podem estar.”; (...) podemos conhecer novas pessoas e também porque é um espaço onde aprendemos muita matéria, em que aprendemos a ler, a fazer contas, a fazer experiências e... (pausa) a maioria das vezes, como alguns professores dizem: é como se fosse uma “casa secundária” para nós.”; “Sim, às vezes até há meninos que passam mais tempo aqui do que em casa.”» - Aluno J;</p> <p>“AA: Porque se nós não andarmos na escola nós não vamos fazer nada da nossa vida... (pausa) porque não sabemos ler, não sabemos escrever... pronto, não sabemos nada.” – Aluno A;</p> <p>“AM: A importância da escola para mim... (pausa) é que nela aprendemos a ler e a escrever, etc. E é onde fazemos amigos e até pode haver pessoas de culturas diferentes e aprender mais sobre essas culturas.” – Aluna M.</p>
	<p>Importância dos Espaços e Funcionalidades</p>	<p>«AA: “É o pavilhão... (...) Porque eu gosto muito de educação física...”; “E gosto da biblioteca porque é um espaço que eu gosto... (pausa) porque tem a parte dos computadores, podemos cá fazer os trabalhos de casa, ler livros sobre coisas que nós não sabemos, e assim podemos descobrir nos livros. Podemos ver filmes também.”» - Aluno A;</p> <p>“AM: Também o pavilhão e a biblioteca! (...) O pavilhão porque eu adoro educação física e desporto, etc. E a biblioteca porque é um lugar onde podemos descobrir novas coisas, através dos livros, nos computadores também. Podemos fazer diversos jogos, ver filmes, e fazer os trabalhos de casa ou estudar.” – Aluna M;</p> <p>“AJ: Eu gosto destes dois pavilhões (aponta com o dedo) que é o de matemática e o de ciências, porque gosto mesmo muito de ciências da natureza, de matemática... (pausa) pronto, é uma coisa que eu gosto! E depois, também gosto muito da biblioteca porque posso jogar nos computadores, fazer trabalhos de <i>powerpoint</i>, ou no <i>word</i>, ou no <i>excel</i>.” – Aluno J.</p>

	<p>Alterações nos Espaços da Escola</p>	<p>«AA: “Querida mudar, porque aquilo está... (pausa) bem não é mudar... porque é assim as casas de banho aqui na escola estão sempre todas sujas, cheias de pacotes de bolachas, e as sanitas também estão sempre sujas...”; “Gostava que metessem lá uma pista de atletismo ou assim, ou uma caixa de areia... (...) Para praticarmos desporto.”; “Uma piscina para a natação (...) Sim, porque eu adoro natação!”; “(Local onde “A Escola dos Sonhos” deveria ser) Porque são espaços livres e abertos.”» - Aluno A;</p> <p>“AM: Então, para mim também era mais limpeza nas casas de banho. As casas de banho por uma questão de higiene. Tal como as salas de aula, às vezes, as mesas estão sujas. E...(pausa) agora preciso de pensar em mais.” – Aluna M;</p> <p>«AJ: “Na casa de banho, gostava de limpar porque elas estão sempre muito sujas...”; “No Verão, queria acrescentar um bar de granizados!”; “(computadores nas salas de aulas) Para pesquisar... (pausa) pesquisar trabalhos.”» - Aluno J.</p>
	<p>Alterações nas Unidades Curriculares</p>	<p>“AA: Gostava de acrescentar uma disciplina individual só de geometria!” – Aluno A;</p> <p>«AM: “Gostava de acrescentar físico-química!”; “Não, uma disciplina de magia! (...) Porque é divertido”» - Aluna A;</p> <p>«AJ: “Não era mudar a disciplina, mas sim mudar na disciplina. (...) Gostava que houvesse na disciplina de físico-química ter aqueles materiais que os professores usam... (bancadas e materiais de laboratório)”; “Então assim também quero uma disciplina de jogos.”» - Aluno J.</p>
	<p>Preferências quanto às Escolas Apresentadas na Atividade</p>	<p>“AA: A ecológica. (...) Porque é uma escola que tem ar livre à volta e luminosidade. E... (pausa-pensativo) gosto do espaço, é diferente! (...) Também gosto da biblioteca da escola de São Paulo porque é um espaço onde se pode estar, é divertido e também parece bem organizado.” – Aluno A;</p> <p>“AM: A primeira (A escola ecológica)! (...) Gosto da construção, acho que está bonito. E depois gosto da sala de aula básica porque é normal...” – Aluna A;</p>

		“AJ: (...) eu gosto da escola ecológica (...) porque é diferente! E também é ao ar livre e é mais ecológica. E depois, a outra escola é aquela biblioteca da escola porque tem espaço onde nós podemos estar sentados e deitados.” – Aluno J.
	A Família	“AJ: Então, eu sei (da existência de escolas modestas) a partir da minha família, dos meus pais, dos meus avós, dos meus tios...” – Aluno J.

Tabela 9- Análise da 3ª Sessão com as Crianças de 6º ano.

Análise da 3ª Sessão com as Crianças do 6º ano		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Direitos da Criança	Direito à Educação	<p>“AS: Eu pensava que todas tinham assim uma sala só que em piores condições.” – Aluna S;</p> <p>«AT: “Eu não imaginava que houvesse assim crianças a aprenderem, basicamente, no meio da rua...”; “Porque as crianças merecem uma escola em boas condições, merecem uma educação boa... e se não tiverem quadro não podem aprender, obviamente...”» - Aluno T;</p> <p>«AL: “O nosso professor de música disse-nos que, em África, os alunos se sentavam no chão, o professor pregava um prego numa árvore e punha lá o quadro e dava as aulas assim...”; “Se elas (crianças) nunca tivessem visto outro tipo de escola acham que a sua é algo muito bom.”; “No futuro, quando forem adultos, podem também não poder aprender mais... “» - Aluno L.</p>
	Não Discriminação e Igualdade	<p>“AL: Sim, igualdade!” – Aluno L;</p> <p>“AS: Igualdade e justiça!” – Aluna S.</p>
A Escola na Promoção e Consciencialização dos Direitos da Criança	Importância da Escola	<p>“AT: (...) Ensina-nos a ler e a escrever, e dá-nos boa educação!” – Aluno T;</p> <p>“AS: Se nós não tivermos escola, no futuro, nós não vamos ser nada...(pausa) porque sem educação, sem saber ler e escrever...” – Aluna S.</p>
	A Importância do Material Escolar no desempenho Escolar	<p>“AS: Eu acho que... (pausa) todas as escolas, pelo menos, ou todos os alunos deveriam ter cadernos, lápis porque... (pausa) porque o professor até pode dar a matéria, mas depois quando é para escrever e assim... (pensativa) os alunos não têm como escrever (...).” – Aluna S;</p> <p>«AT: “Porque as crianças merecem uma escola em boas condições, merecem uma educação boa... e se não tiverem quadro não podem aprender, obviamente...”; “É verdade! Eu agora lembrei-me de uma coisa:</p>

		sem cadernos e sem livros eles não podem aprender a ler nem a escrever...» - Aluno T; “AL: Pegam na caneta e não conseguem escrever... (relativamente a crianças que não possuem material escolar)” - Aluno L.
	Importância dos Espaços e Funcionalidades	“AS: É o bar! (...) Também (risos), mas... (pausa) porque é onde estão a maior parte das pessoas.” - Aluna S; “AT: O meu espaço preferido também é o bar porque é onde posso jogar no telemóvel à vontade!” - Aluno T; “AL: Não! Para mim é o ginásio. (...) Porque podemos praticar desporto.” - Aluno L.
	Alterações nos Espaços da sua Escola	“AL: Mais higiene nas casas de banho! (...) Porque às vezes estão um bocado sujas e sem papel higiénico. E às vezes também não há sabão...” - Aluno L; “AT: Pronto, então aumentava o bar para ficar maior.” - Aluno T.
	Alterações nas Unidades Curriculares	“AT: Eu queria mudar matemática para outra disciplina porque matemática é um pouco difícil. Por isso eu gostava de eliminar ou substituir. (...) Eu gostava de mudar para uma aula em que se falava de jogos (risos).” - Aluno T; “AL: Eu mudava música. Porque não gosto de música (risos).” - Aluno L; “AS: Hum... (pausa) talvez música também! Eu acho que se alguém quisesse música ia para música e quem não quisesse não ia.” - Aluna S.
	Preferências quanto às Escolas Apresentadas na Atividade	“AT: Eu escolheria a primeira! (...) Porque não é assim toda fechada e nos dias que está sol tem mais luz e mais ar. Depois, também gosto da outra porque assim, com os computadores, não levávamos nem livros nem cadernos para a escola. Seria muito mais divertido porque agora só nos interessamos pelos computadores e os telemóveis (risos).” - Aluno T; “AL: Para mim, também a que eu escolho é a primeira (escola ecológica) porque parece que estamos a aprender no ar livre e junto a paisagens

		<p>interessantes, é isso (...) Sim, também! Também gosto por ser uma escola ecológica e reutilizável.” – Aluno L;</p> <p>“AS: Eu escolheria a escola normal, acho que é a quarta imagem, porque... (pausa). A primeira (escola ecológica) também gosto, mas... (pausa) parece assim com muita luz e depois quando está frio é mais complicado porque é uma escola toda aberta. Então preferia a quarta (escola convencional) porque é uma escola mais... (pausa-pensativa)” – Aluna S;</p>
	<p>Conceitos Associados à Escola dos Sonhos das Crianças</p>	<p>«AT: “Educação! (ensino e educação de bons valores)”;</p> <p>“Eu também gostava de ter aulas de jogos.”;</p> <p>“Prêmios de mérito!”;</p> <p>“Aulas de música!”;</p> <p>“Então... (pausa) livros digitais!”;</p> <p>“Na minha escola dos sonhos, eu gostava que houvesse uma lojinha, em que se pudesse pagar com o cartão da escola, e que se vendesse artigos de tecnologia, telemóveis e assim.”;</p> <p>“Vou pôr aulas ao ar livre também.”» - Aluno T;</p> <p>«AL: “Higiene!”;</p> <p>“(…) <i>Internet</i> livre.”;</p> <p>“Sim, igualdade”;</p> <p>“Biblioteca!”;</p> <p>“Um jardim zoológico... ou melhor, em miniatura (risos)!”;</p> <p>“<i>Bowling!</i>”;</p> <p>“Ginásio!”;</p> <p>“Cantina!”» - Aluno L;</p> <p>«AS: “Tecnologia!”;</p> <p>“Igualdade e justiça!”;</p> <p>“(…) Piscina seria brutal!”;</p> <p>“Hum... (pausa-pensativa) acrobática!”» - Aluno S.</p>

As etapas iniciaram como as anteriores: com questões relacionadas com as restantes sessões, de maneira a efetuar uma retrospectiva dos temas anteriormente abordados.

De seguida, visionou-se um *PowerPoint* (Apêndice XII- *PowerPoint* da Sessão da Atividade C), executado pela investigadora, com imagens de Escolas provenientes de diferentes realidades, no âmbito da temática, mas com particular interesse em orientar o diálogo para o Direito à Educação.

Quando a observação das imagens terminou, pediu-se que escolhessem qual a Escola que identificariam como a sua preferida e que justificassem o motivo dessa escolha. Depois, voltou-se a fazer algumas perguntas sobre este contexto.

No final, através de uma ferramenta digital, as crianças criaram uma nuvem de palavras que associavam à Escola dos seus Sonhos (Apêndice XIII- Nuvem de Palavras). A partir desta, cada grupo escreveu um texto sobre a sua Escola ideal, numa folha (Apêndice XIV- Escola dos Meus Sonhos) adequada, criada pela investigadora.

Antes mesmo de terminar o horário da sessão de *focus group*, cada elemento de cada grupo respondeu a um questionário de avaliação e de retrospectiva, com recurso a uma ferramenta do *Google Forms* (Apêndice XV- Questionário de Avaliação). Foi extremamente importante o preenchimento deste questionário, uma vez que, a partir deste, conseguimos identificar os pontos negativos e positivos, segundo a opinião das crianças, qual a atividade que gostaram mais, e sobretudo o que aprenderam com esta experiência.

A terceira sessão, como mencionado antes, é dedicada à instituição Escola. Deste modo, a partir das unidades de contexto fomos construindo a análise da terceira sessão.

A primeira categoria *Direitos da Criança* remete-nos para alguns direitos ou a algum tipo de discurso das crianças associado aos Direitos. Nesta situação, tanto na sessão de 5º ano como na sessão de 6º ano, as crianças abordaram basicamente os mesmos direitos, mas de forma distinta. Assim sendo, as subcategorias são exatamente iguais nas duas sessões:

- *Direito à Educação*, as crianças apresentam uma noção bastante construtiva sobre este direito, por outras palavras expressam o seu conhecimento e a sua opinião de forma coerente. Os participantes pensam que, nas Escolas mais empobrecidas, as crianças estão a ter o Direito à Educação, mas as condições são miseráveis: “As crianças, nestas Escolas pobres, estão a aprender a ler, a escrever... (pausa) pronto, estão a aprender a fazer coisas normais das Escolas, mas não têm muitas condições. É um direito ter educação porque para aprender melhor precisamos assim de uma mesa...(pausa)” e “Porque as crianças merecem uma Escola em boas

condições, merecem uma educação boa... e se não tiverem quadro não podem aprender, obviamente...”;

- *Não Discriminação e Igualdade.* Embora tenha muitas unidades de contexto, as crianças mostraram um bom senso de justiça e de igualdade. Segundo as crianças, todos têm os mesmos direitos, e por isso todas as crianças deveriam ter o Direito à Educação e as instalações da instituição Escola deveriam ter condições dignas e adequadas às necessidades das crianças: “Eu acho que todas as crianças que andam na Escola deviam andar em escolas com condições com salas de aulas normais, como nós temos, porque eu acho que as crianças não devem aprender em escolas com estas condições.”. Para além disto, uma criança referiu que a Escola funciona como uma libertação para as crianças que habitam em países em guerra: “Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma Escola onde podem estar.”.

A próxima categoria *Papel da Escola* está relacionada com o tema das atividades propostas. Assim, considerámos indispensável, segundo o discurso das crianças, integrar as seguintes subcategorias:

- Na *Importância da Escola*, presente na análise das duas sessões, as crianças revelam a sua opinião sobre o valor desta instituição nas suas vidas. A nossa amostra apontou alguns motivos, tais como: um espaço para conhecer novas pessoas e para socializar: “(...) podemos conhecer novas pessoas (...)”; para aprender novos saberes: “(...) Ensina-nos a ler e a escrever, e dá-nos boa educação!”; para algumas crianças a Escola funciona também como uma ‘segunda casa’, uma vez que é nesta que passam a maior parte do seu tempo: “(...) a maioria das vezes, como alguns professores dizem: é como se fosse uma “casa secundária” para nós. Sim, às vezes até há meninos que passam mais tempo aqui do que em casa”; por fim, alguns integrantes da nossa amostra lembraram as crianças que vivem em países em guerra: “Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma Escola onde podem estar.”;
- A *Importância do Material Escolar no Desempenho Escolar*, curiosamente, foi apenas mencionada pelas crianças de 6º ano. Para estas, aprender sem o uso de material escolar é uma situação preocupante e incompreensível: “Eu acho que... (pausa) todas as escolas, pelo menos, ou todos os alunos deveriam ter cadernos, lápis porque... (pausa) porque o professor até pode dar a matéria, mas depois quando é para escrever e assim... (pensativa) os alunos não têm como escrever (...)”;
- A *Importância dos Espaços e Funcionalidades* é uma subcategoria que pertence à análise das duas sessões. A nossa amostra referiu os seus espaços de eleição e qual a funcionalidade que atribuem a cada um destes,

são exemplos: ““É o pavilhão... (...) Porque eu gosto muito de educação física...”; “E gosto da biblioteca porque é um espaço que eu gosto... (pausa) porque tem a parte dos computadores, podemos cá fazer os trabalhos de casa, ler livros sobre coisas que nós não sabemos, e assim podemos descobrir nos livros. Podemos ver filmes também.” e “É o bar! (...) Também (risos), mas... (pausa) porque é onde estão a maior parte das pessoas.”;

- *As Alterações nos Espaços da Escola* é uma subcategoria indispensável, uma vez que as crianças nos concedem o seu contributo sobre possíveis mudanças a realizar na sua Escola. As modificações de que falam são adequadas às suas necessidades. As casas de banho da Escola foram um dos espaços mais sugeridos: “Queria mudar, porque aquilo está... (pausa) bem não é mudar... porque é assim as casas de banho aqui na Escola estão sempre todas sujas, cheias de pacotes de bolachas, e as sanitas também estão sempre sujas...” e “Mais higiene nas casas de banho! (...) Porque às vezes estão um bocado sujas e sem papel higiénico. E às vezes também não há sabão...”; o bar também foi referido: “Pronto, então aumentava o bar para ficar maior.”; por fim, as áreas desportivas: “Gostava que metessem lá uma pista de atletismo ou assim, ou uma caixa de areia... (...) Para praticarmos desporto.”; “Uma piscina para a natação (...) Sim, porque eu adoro natação!”;
- *As Alterações nas Unidades Curriculares*, tal como a anterior, também esta subcategoria requer a opinião pessoal das crianças. Deste modo, as crianças gostavam de trocar ou mudar algumas disciplinas: “Não era mudar a disciplina, mas sim mudar na disciplina. (...) Gostava que houvesse na disciplina de físico-química ter aqueles materiais que os professores usam... (bancadas e materiais de laboratório)” e “Eu queria mudar matemática para outra disciplina porque matemática é um pouco difícil. Por isso eu gostava de eliminar ou substituir. (...) Eu gostava de mudar para uma aula em que se falava de jogos”;
- *Preferências quanto às Escolas Apresentadas na Atividade*. Relativamente a esta subcategoria achamos que era pertinente abordá-la, tendo em conta que fazia parte das atividades da sessão. As crianças, na sua maioria, optavam pela Escola Ecológica ou pela sala de aula mais semelhante às suas: “Eu escolheria a Escola normal, acho que é a quarta imagem, porque... (pausa)” e “Para mim, também a que eu escolho é a primeira (Escola ecológica) porque parece que estamos a aprender no ar livre e junto a paisagens interessantes, é isso (...) Sim, também! Também gosto por ser uma escola ecológica e reutilizável.”;
- *Conceitos Associados à Escola dos Sonhos das Crianças*. Esta subcategoria tem o mesmo propósito que a anterior, sendo que integra as atividades propostas na sessão. Logo, as palavras seguintes foram as mais associadas à Escola dos Sonhos pelas crianças de 6º ano: “Educação! (ensino e educação de bons valores). Na minha Escola dos sonhos, eu gostava que

houvesse uma lojinha, em que se pudesse pagar com o cartão da Escola, e que se vendesse artigos de tecnologia, telemóveis e assim.”; “Higiene! (...) *Internet* livre. Sim, igualdade. Biblioteca! (...) Um jardim zoológico... ou melhor, em miniatura (...) *Bowling!*”; e, “Igualdade e justiça! (...) Piscina seria brutal!”;

- A *Família*, está apenas presente na sessão de 5º ano. Estas crianças foram as únicas a destacar a Família como elementos de promoção dos Direitos da Criança: “Então, eu sei (da existência de escolas modestas) a partir da minha Família, dos meus pais, dos meus avós, dos meus tios...”.

Nesta última sessão, as crianças mostraram que conseguiam elaborar uma noção mais construtiva de Direitos, nomeadamente, na importância dos mesmos. Além disto, demonstraram a importância da Escola quando afirmaram que a Escola é como uma ‘segunda casa’ e é através desta que conhecem novas pessoas. Por fim, através desta sessão as crianças reconheceram a importância do Direito à Educação e conheceram outras realidades em que outras crianças se encontram.

O balanço que fazemos das sessões é bastante positivo. Aliás, através das respostas das crianças aos questionários, conseguimos perceber que aprenderam algumas questões com as atividades, tais como: a reconhecer a importância dos Direitos da Criança, saber a diferença entre direitos e deveres, conhecer outras realidades em que outras crianças se encontram, entre outras.

Segundo a avaliação das crianças, as sessões foram bastante positivas, na medida em que, para além de terem gostado de estar apenas com dois colegas, também aprenderam mais sobre os seus direitos, nomeadamente, a sua importância e como os promover e defender.

3. Apresentação e Análise da Entrevista à Professora

A entrevista foi realizada com uma docente do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. A professora selecionada para participar nesta entrevista foi a Professora Bibliotecária da Escola-Sede, onde a amostra também foi eleita. A escolha da docente não foi difícil, visto que os procedimentos na Escola foram acompanhados pela mesma. Para além disto, a Professora já conhecia as crianças selecionadas e, como tem alguns anos de experiência neste Agrupamento, considerou-se uma mais valia concretizar a entrevista à mesma.

A entrevista (Apêndice XVI– Entrevista à Professora) é de cariz qualitativo e a sua tipologia é semiestruturada. A entrevista foi desenhada, intencionalmente, para a docente. Ao longo da sua composição passou por alguns processos de alterações, essenciais para estar coerente com o que é pretendido.

Inicialmente, foi efetuada uma primeira abordagem à entrevistada, algo ainda informal, para explicar os propósitos e se esta concordava em participar. Logo que

a docente aceitou participar, foi marcado de imediato o dia, a hora e o local para podermos avançar.

A entrevista realizou-se no dia 9 de março de 2020, às 17 horas e 30 minutos, como combinado com a Professora. O espaço escolhido para a entrevista foi uma das áreas da biblioteca escolar. Apesar de ser um espaço comum, o horário da entrevista foi marcado, propositadamente, para o fim das aulas para que a biblioteca se encontrasse vazia.

Antes de iniciar a entrevista, apresentou-se um consentimento formal (Apêndice XVII- Consentimento Formal à Professora), em formato papel, para a discente assinar. Assim deixa confirmado a sua vontade de participar. Além do mais, a investigadora voltou a explicar quais os procedimentos que iriam ser tomados para realização da entrevista. Quando ficou tudo esclarecido foi tempo de começar com a primeira pergunta.

No momento da entrevista, como a entrevistadora e a entrevistada já tinham trocado ideias inúmeras vezes, a disponibilidade e a relação de confiança entre ambas eram nítidas. Ao longo do diálogo, a Professora mostrou-se serena e disposta a responder a todas as perguntas.

As questões colocadas estão no Guião da Entrevista, este é composto por doze perguntas. Contudo, devido à sua estrutura semiestruturada, foram colocadas algumas questões que não estavam previstas, mas que surgiram no momento da conversa.

Visto que já foi explicado no que consistia a entrevista, vamos passar à análise dos dados obtidos. Começamos por colocar a tabela 10 da análise da entrevista, e de seguida explicamos ao pormenor as categorias e subcategorias que a constituem.

Tabela 10- Análise da Entrevista à Professora.

Análise da Entrevista à Professora		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Formação Profissional	Formação Inicial	“O meu curso de formação inicial é... (pausa) eu tirei professores de ensino básico, sendo que tirei variante professor de inglês-português.”
	Formação Acrescida	“(...) fiz uma primeira pós-graduação em “Estudos Portugueses Interdisciplinares” na Universidade Aberta. Depois fiz duas pós-graduações em bibliotecas escolares, uma em “Gestão de Bibliotecas Escolares” e outra em “Organização de Bibliotecas Escolares e Centro de Recursos”. Uma fiz em Torres Novas e a outra em Leiria. Depois fiz uma pós-graduação em “Administração Escolar” no Instituto Nacional de Administração. E... (pausa) finalizei com o mestrado em “Supervisão e Avaliação Escolar” na Escola Superior de Educação de Castelo Branco.”
Experiência Profissional	Anos de Serviço	“22 anos.”
	Anos de Serviço no Agrupamento	“Neste agrupamento estou... (pausa) destacada para o exercício da função professor-bibliotecário desde que ele existe... (pensativa) Portanto, desde 2009.”
Direitos da Criança	Conhecimento	“Já ouviram falar sobre os direitos antes. Têm algum contacto...(pausa) (...). Agora, o estarem em contacto não implica, necessariamente, conhecerem os direitos.”
	Criança Enquanto Sujeito de Direitos	“Eu acredito que eles os conhecem. (...) e também não sei muito bem até que ponto é que eles reconhecem o não cumprimento desses direitos. Depois, em casa é muito difícil de haver tempo para esses momentos. Portanto, a Escola tem, aqui, um papel fundamental e indispensável. Estou mesmo convicta que sem a Escola não se conhecia ou... (pausa) conhecer-se-ia ainda menos do que aquilo que, eu penso, que se conhece.”
	Constrangimentos	“Dentro da Escola, já assisti a situações difíceis de gerir, por parte não só de professores como de funcionários, como entre as próprias crianças. (...) Vamos lá ver: ‘incumprimento’ dos direitos, na verdadeira acessão da palavra...(pausa) não! Mas... talvez uns deslizes ou fazer cumprir de uma forma mais verdadeira, mais honesta os direitos... é muito complicado também.”

	<p>Formas de Promover os Direitos da Criança</p>	<p>“A Escola promove uma educação para... (pausa) a saúde, promove uma educação para a alimentação, para o desporto, para as literacias, para os média, etc.” “(…) eu acho que a Escola faz muito e está preocupada com estes temas, e faz o seu papel. Poderia fazer mais?! Sim, pode. Podemos sempre fazer melhor (...). (...) como coordenadora das bibliotecas, nós temos implementado e desenvolvido, muitos projetos em muitos níveis, sobre este tema... (pausa) desde a ‘Maior Lição do Mundo...’ até mesmo a partir de projetos de leitura, neste momento já com a ‘Educação para a Cidadania’ em articulação com outras disciplinas (...)”.</p>
<p>Papel da Família</p>	<p>Diferenças entre o Meio Rural e o Meio Urbano</p>	<p>“A noção que eu tenho e que continuo a manter e... (pausa) a ideia que eu tenho é: em lugares mais pequenos (...) Os pais têm preocupações maiores com duas questões: educação (...) e há um maior respeito pela figura do professor. (...) Considero que há uma diminuição do grau de interesse quer pelo professor, quer pela Escola.”</p>
	<p>Relação com os Encarregados de Educação</p>	<p>“A Família tem sempre o papel principal nesta história. (...) A Família tem de educar para os valores e para as atitudes.”; “Tenho! Muito por questões de proximidade pessoal, de amizade, ou até mesmo, profissional. Outros por ser professora ou já ter sido dos irmãos... (...)”.</p>
	<p>A Participação dos Encarregados de Educação</p>	<p>“Sim, no geral são. A Associação de Pais tem sido também uma mais valia. Tem disputado e desenvolvido algumas iniciativas que são positivas e que trazem mais valias ao Agrupamento.”</p>

As três primeiras perguntas do Guião são consideradas de primeiro contacto, ou seja, originam o ambiente para iniciar o diálogo, mas bastante informativas. As próximas dizem respeito à experiência da Professora sobre os Direitos da Criança.

As duas questões seguintes estão relacionadas com a Escola e com as crianças do 2º ciclo do Ensino Básico: tinham como objetivo descobrir, através da experiência da Professora, se as crianças se reconhecem como seres de direitos e se a Escola desenvolve iniciativas no âmbito dos Direitos da Criança.

As restantes perguntas são sobre a participação dos encarregados de educação na vida escolar e como esta caracteriza a relação destes com os profissionais de ensino. As últimas duas questões pretendem saber qual a sua opinião sobre o papel da Família na promoção dos Direitos da Criança e, se porventura, já tinha presenciado alguma situação de desrespeito desses direitos.

A primeira categoria e as suas subcategorias estão interligadas com a formação profissional da Professora. Por isso mesmo, a categoria denomina-se *Formação Profissional*: a entrevistada afirma que é licenciada em Educação Básica, sendo que se especializou em inglês-português.

De seguida, realizou alguma *Formação Acrescida*. Desenvolveu quatro pós-graduações: começou por fazer uma denominada de “Estudos Portugueses Interdisciplinares”; depois realizou duas no contexto das Bibliotecas Escolares intituladas de “Gestão de Bibliotecas Escolares” e “Organização de Biblioteca Escolares e Centros de Recursos”; e a última pós-graduação foi em “Administração Escolar”. Depois de terminar as pós-graduações concretizou um mestrado em “Supervisão e Avaliação Escolar”.

A segunda categoria denomina-se *Experiência Profissional*. Relativamente aos anos de serviço, a docente tem vinte e dois anos de serviço. Quanto aos anos de serviço no atual Agrupamento em que leciona, esta está destacada como Professora-Bibliotecária desde 2009.

Como era compreensível, a próxima categoria é os Direitos da Criança e inclui a opinião da entrevistada sobre a relação entre os Direitos e as crianças. Então, as subcategorias são as seguintes:

- *Conhecimento*. A entrevistada considera que as crianças, no geral, já ouviram, em algum lugar, algo relacionado com os seus Direitos ou já tiveram algum contacto com esses, mas isto não significa literalmente que as crianças os conheçam;
- *Crianças Enquanto Sujeitos de Direitos*. Segundo a opinião da Professora, a Escola é uma excelente instituição para promover os Direitos da Criança. Aliás, esta revela que, provavelmente, sem o parecer da Escola as crianças não teriam tanto contacto com estes princípios. A entrevistada ainda demonstrou algumas dúvidas sobre se as crianças, efetivamente, se sentem

indivíduos com direitos e se sabem quais as consequências do incumprimento destes;

- *Constrangimentos.* A docente admite que tem algumas preocupações relativamente ao desrespeito dos Direitos da Criança, ainda que nunca tenha observado nenhuma situação destas, mas já presenciou situações em que os princípios não foram cumpridos de forma sincera;
- *Formas de Promover os Direitos da Criança.* A entrevistadora garante que, relativamente a este assunto, a Escola promove bastantes conteúdos e atividades relacionadas com este tema. No entanto, admite que a Escola, apesar de fazer um trabalho exemplar, não é suficiente. No Agrupamento em que leciona, já desenvolveu algumas atividades, tais como: 'Maior Lição do Mundo', 'Educação para a Cidadania' em articulação com outras unidades curriculares, e através de outros projetos de leitura já desenvolvidos.

A última categoria desta análise é o *Papel da Família*. Analisemos então as três subcategorias:

- *Diferenças entre o Meio Rural e o Meio Urbano.* A docente, a dado momento da entrevista, compara a educação parental no meio rural e no meio urbano. Segundo esta, os pais em meios mais pequenos são mais preocupados com a educação dos seus filhos e respeitam mais a figura do Professor. Uma das preocupações da entrevistada passa pela desvalorização ou a diminuição do interesse pela figura do docente e pela Escola em meios urbanos;
- *Relação com os Encarregados de Educação.* A Professora considera que a Família é a primeira responsável pela educação da criança e, conseqüentemente, pela educação baseada nos Direitos da Criança. Ainda admite que, no Agrupamento onde leciona, tem uma ótima relação com os Encarregados de Educação, por vários motivos: "Tenho! Muito por questões de proximidade pessoal, de amizade, ou até mesmo, profissional. Outros por ser professora ou já ter sido dos irmãos... (...)".
- *Participação dos Encarregados de Educação.* A Professora indica que, no geral, os encarregados de educação são participativos, destacando o papel ativo da Associação de Pais que tem desenvolvido algumas iniciativas.

Portanto, a Professora revelou sempre uma postura bastante cooperante e honesta, queremos com isto dizer que respondeu a todas as perguntas sem hesitar, e introduziu novos assuntos sobre a temática dos Direitos da Criança, tais como: as diferenças entre o meio rural e o meio urbano e a infração ou desonestidade perante algumas situações de incumprimento dos Direitos da Criança.

Concluída a análise da entrevista à Professora- Bibliotecária, iremos passar para a análise às entrevistas aos Encarregados de Educação.

4. Apresentação e Análise das Entrevistas aos Encarregados de Educação

A entrevista aos encarregados de educação (Apêndice XVIII- Entrevista aos Encarregados de Educação) caracteriza-se por ser também de cariz qualitativo. A sua tipologia é estruturada. A estrutura da entrevista passou por um longo processo de alterações, de forma a que fosse adequada à situação e ao grupo para quem se dirigia.

Inicialmente, como consta no cronograma (Apêndice XIX- Cronograma das Atividade do Projeto) a entrevista estava planeada para que fosse presencialmente, estando programada a sua realização para março de 2020. No entanto, como todos sabemos, em março de 2020, Portugal entrou em estado de emergência, devido a uma pandemia. Assim sendo, nesse mês estávamos confinados e sem possibilidade de nos encontrarmos pessoalmente. Deste modo, as entrevistas presenciais aos encarregados de educação foram canceladas.

De modo a encontrar uma solução para a situação a que estávamos condicionados, alterámos um pouco a estrutura da entrevista e a autorização formal aos encarregados de educação (Apêndice XX – Autorização para a Realização da Entrevista aos Encarregados de Educação) para a realização da mesma.

Os procedimentos, anteriormente descritos, foram todos necessários, uma vez que era de nosso interesse ter neste estudo a voz das famílias das crianças, visto que são uma presença ativa e fundamental na educação das mesmas.

Foi acordado que as seis entrevistas fossem entregues aos encarregados de educação, através dos Professores diretores de turma, via endereço de *e-mail*. Como não podemos ter acesso aos contactos dos encarregados de educação, precisámos de elaborar um Ofício ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva (Apêndice XXI- Ofício ao Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva) para que este autorizasse que as entrevistas fossem entregues, via online, pelas Professoras. Tendo em conta as circunstâncias, os familiares das crianças teriam de responder por escrito às questões do guião. Depois, reenviavam para os docentes, e estes reencaminhavam para a investigadora.

Como mencionado antes, foram entregues seis entrevistas juntamente com as devidas autorizações. Infelizmente, apenas quatro encarregados de educação responderam e entregaram. Também não conseguimos que estes entregassem as autorizações assinadas. No período de confinamento, é compreensível que os pais não tivessem a mesma possibilidade de assinar.

Dado que já foram explicados todos os procedimentos, passamos à análise das informações recolhidas.

Tabela 11- Análise das Entrevistas aos Encarregados de Educação.

Análise das Entrevistas aos Encarregados de Educação		
Categorias	Subcategorias	Unidades de Contexto
Consciencialização dos Direitos da Criança	Conhecimento dos Direitos da Criança	<p>“É um assunto de formação base dos pais, que lhes permite melhorar a interação com a criança (...); “Quanto melhor se conhecerem os direitos e deveres da criança, melhor discernimento se consegue gerir em situações que possam influir no desenvolvimento da criança na sociedade.” – ED1⁶;</p> <p>“Regra geral o conhecimento dos direitos pode ajudar a evitar situações de maus tratos.”; “Aliás penso que a maioria dos pais pode inclusivamente nunca ter lido os direitos da criança. No entanto, acho que de uma forma geral agem em conformidade com os mesmos. Mas ter conhecimento dos mesmos é importante e pode ajudar a cumpri-los.” – ED2⁷;</p> <p>“Sim, porque o objetivo dos direitos da criança tem como fim o bem-estar e realização pessoal e social”; “(...) porque o conhecimento das regras ajuda ao seu cumprimento, não quer dizer que não haja incumprimento.” – ED4.</p>
	Direitos e Deveres	<p>“Cada vez mais lhe inculcamos a consciência de que na sociedade, para além de ter direitos também tem deveres. Como exemplo: em casa colaborar cada vez mais nas tarefas domésticas adequadas à sua idade.”; “Quanto melhor se conhecerem os direitos e deveres da criança, melhor discernimento se consegue gerir em situações que possam influir no desenvolvimento da criança na sociedade.” – ED1;</p> <p>“Devem ter a noção que os direitos não são “totalmente” adquiridos, para se poder usufruir dos mesmos, têm de agir corretamente.”; “Acho que devo</p>

⁶ ED1- Encarregado de Educação 1;

⁷ ED2- Encarregado de Educação 2;

		<p>promover um equilíbrio entre deveres e direitos. Tem que trabalhar, mas deve ter igual tempo para brincar e fazer o que gosta.” - ED2;</p> <p>“(…) porque ao perceberem os seus Direitos, as crianças também perceberão os seus Deveres e a sua responsabilização para com as outras crianças.” – ED3⁸.</p>
	Interesse Superior da Criança	<p>“As escolhas que tomamos na sua grande maioria atendem aos seus interesses, mas, logicamente, por vezes ponderamos os prós e contras, em prol da necessidade familiar.” – ED1;</p> <p>“Sempre dei ao meu filho a possibilidade de escolher as atividades que ele quer, no entanto, de certa forma “obriguei-o” a ficar na natação. (...) Embora tente sempre optar pelas escolhas dele, se vejo que há opções melhores, acho que devo informá-lo e tentar mudar a sua opinião.” – ED2;</p> <p>“(…) temos os nossos princípios e, como tal, gostamos que sigam os nossos conselhos. (...) na medida do possível, queremos proporcionar-lhes atividades que vão ao encontro dos próprios gostos e interesses. Por exemplo, não temos sido nós a escolher o desporto ou o instrumento que mais gostamos, mas sim aquele que eles mais gostam e com o que mais se identificam.” – ED3.</p>
Os Principais Direitos Abordados com as Crianças	Direito à Educação	“O direito à educação, saúde e poder brincar.” – ED1.
	Direito à Saúde	“O direito à educação, saúde e poder brincar.” - ED1.
	Direito a Brincar	<p>“O direito à educação, saúde e poder brincar.” – ED1;</p> <p>“Tem de trabalhar, mas deve ter igual tempo para brincar e fazer o que gosta.” – ED2.</p>
As Principais Preocupações	Saúde	<p>“Conseguir proporcionar um crescimento feliz, com direito à educação e à saúde.” – ED3;</p> <p>“Assegurar um bem-estar psíquico, físico e material, assim como um bom enquadramento a nível social.” – ED4⁹.</p>

⁸ ED3- Encarregado de Educação 3;

⁹ ED4- Encarregado de Educação 4;

	Segurança	<p>“As principais preocupações são promover uma utilização segura e controlada dos meios de comunicação interativa (internet, chats, redes sociais) alertando para os perigos de identidades falsas e/ou os riscos de exposição perante a sociedade.” – ED1;</p> <p>“Acima de tudo preocupo-me que se saibam defender de agressões verbais e físicas, que hoje em dia são cada vez mais realidade.” – ED2.</p>
	Conforto e Afeto	“Conseguir proporcionar um crescimento feliz, com direito à educação e à saúde.” – ED3.
	Educação	“Conseguir proporcionar um crescimento feliz, com direito à educação e à saúde.” – ED3.
	Não Discriminação e Igualdade	<p>“Que mantenham sempre um espírito aberto, que ser diferente não é mau. Que podem muitas vezes aprender com essas diferenças.” – ED2;</p> <p>“Assegurar um bem-estar psíquico, físico e material, assim como um bom enquadramento a nível social.” – ED4.</p>
	Opinião da Criança	“Que saibam defender a sua opinião.” – ED2.
	Bem-Estar Material	“Assegurar um bem-estar psíquico, físico e material, assim como um bom enquadramento a nível social.” – ED4.
Os Direitos da Criança na Escola	Defesa e Promoção dos Direitos da Criança	<p>“(…) é um tema que pode ser trabalhado transversalmente em qualquer uma destas áreas (áreas curriculares ou não curriculares). Pode até ser feito um Domínio de Autonomia Curricular (DAC) entre várias disciplinas que possam trabalhar este tema.” – ED1;</p> <p>“Acho que a Escola pode ter um papel muito importante neste assunto. (...) Que saibam identificar corretamente situações anómalas e as possam reportar às pessoas ou entidades indicadas.”; “Acho que é um tópico que deve ser abordado, principalmente se os ajudar a identificar situações e a agir de modo a resolver determinados problemas.”; “É importante o papel da escola. Embora, em minha opinião, é insuficiente ou impotente para evitar certas agressões verbais ou</p>

		físicas.”; “É importante o papel da escola. Embora, em minha opinião, é insuficiente ou impotente para evitar certas agressões verbais ou físicas.” – ED2; “Sim, porque consegue garantir um dos direitos fundamentais, aprender.”; “Sim, porque ao perceberem os seus Direitos, as crianças também perceberão os seus Deveres e a sua responsabilização para com as outras crianças.” – ED3.
	Unidades Curriculares	“(…) é um tema que pode ser trabalhado transversalmente em qualquer uma destas áreas (áreas curriculares ou não curriculares). Pode até ser feito um Domínio de Autonomia Curricular (DAC) entre várias disciplinas que possam trabalhar este tema.” – ED1; “Através das aulas de Cidadania e Desenvolvimento.” – ED4.
A Relação Família-Escola	Segurança e Apoio na Escola	“Quanto melhor for a relação casa/escola, melhor se consegue evidenciar eventuais necessidades de acompanhamento da criança.” – ED1; “Hoje em dia, as crianças passam grande parte do seu dia na Escola, tendo esta um importante papel no desenvolvimento dos educandos.” - ED3; “Sim, porque estando informado é uma certeza do que se passa no estabelecimento, para poder continuar com o método ou alterá-lo.” – ED4.
	Tempo com as Crianças	“Tendo em atenção à vida profissional, depende dos dias, sendo que em média podemos considerar 5/6 horas/dia (durante a semana). Ao fim de semana a família usufrui o máximo de tempo junta.” – ED1; “Tento sempre perguntar como correu o dia, se teve problemas quando vou buscá-lo à escola e no caminho para casa, depois temos sempre um tempo para falar e para ele brincar se quiser. Sempre que possível vamos dar uma volta. Mas nem sempre é possível. À noite antes de se deitar estou novamente com ele, e tento conversar.” – ED2; “Hoje em dia, as crianças passam grande parte do seu dia na Escola, tendo esta um importante papel no desenvolvimento dos educandos.”; “Depois disso (do horário de trabalho), passamos o tempo em família.” – ED3; “2-3h/dia.” (o tempo que passa com o educando) – ED4.

Os encarregados de educação participantes foram apenas quatro. Antes de iniciarmos a análise, achamos pertinente colocar os seus dados pessoais:

- Encarregado de Educação 1 é do sexo feminino e tem 45 anos. É licenciada, e neste momento é Professora;
- Encarregado de Educação 2 é do sexo feminino e tem 44 anos. Tem o Doutoramento e é Professora do Ensino Superior;
- Encarregado de Educação 3 é do sexo feminino e tem 39 anos. Tem o grau de Mestre e é Técnica Superior;
- Encarregado de Educação 4 é do sexo masculino e tem 59 anos. Tem o 11º ano e a sua profissão é Comerciante.

A primeira categoria da análise das entrevistas aos encarregados de educação é a *Consciencialização dos Direitos da Criança*. Uma vez que no verdadeiro sentido deste tema, pretendíamos perceber se os encarregados de educação compreendiam a extensão dos Direitos da Criança e a sua importância. Posto isto, as subcategorias são as seguintes:

- *Conhecimento dos Direitos da Criança*. No geral, as opiniões dos entrevistados são bastante idênticas, ou seja, a maioria considera que os Direitos da Criança são um assunto da formação base dos pais: “É um assunto de formação base dos pais, que lhes permite melhorar a interação com a criança (...)”. Ao encontro disto, há quem tenha uma opinião bastante positiva referindo que possivelmente existem encarregados de educação que nunca leram a Convenção dos Direitos da Criança, mas ainda assim agem em conformidade com a mesma: “Aliás penso que a maioria dos pais pode inclusivamente nunca ter lido os direitos da criança. No entanto, acho que de uma forma geral agem em conformidade com os mesmos”. Por outro lado, um dos entrevistados, admitiu que o conhecimento destes princípios é um bom começo para os cumprir, contudo não significa que não haja o incumprimento destes: “(...) porque o conhecimento das regras ajuda ao seu cumprimento, não quer dizer que não haja incumprimento.”.
- *Direitos e Deveres*. Os pais reconhecem que as crianças têm mais direitos, mas não se podem esquecer dos seus deveres também: “Cada vez mais lhe inculcamos a consciência de que na sociedade, para além de ter direitos também tem deveres. Como exemplo: em casa colaborar cada vez mais nas tarefas domésticas adequadas à sua idade.”. Aliás, inculcar às crianças uma consciência de deveres é também conseguir prepará-los para um futuro próximo, tendo em conta que na sociedade onde estes se inserem os adultos também têm deveres a cumprir: “Devem ter a noção que os direitos não são “totalmente” adquiridos, para se poder usufruir dos mesmos, têm de agir corretamente. Acho que devo promover um equilíbrio entre deveres e direitos.”

- *Interesse Superior da Criança.* Percebemos que, os encarregados de educação procuram sempre fazer uma escolha acertada para as crianças. Não só escolhem como transmitem alguma liberdade para os seus filhos tomarem as suas próprias decisões: “(...) temos os nossos princípios e, como tal, gostamos que sigam os nossos conselhos. (...) na medida do possível, queremos proporcionar-lhes atividades que vão ao encontro dos próprios gostos e interesses. Por exemplo, não temos sido nós a escolher o desporto ou o instrumento que mais gostamos, mas sim aquele que eles mais gostam e com o que mais se identificam.”. Ainda assim, um entrevistado revela que tenta ouvir a opinião do seu educando, mas, de vez em quando, sugere-lhe opções que este considera melhores: “Sempre dei ao meu filho a possibilidade de escolher as atividades que ele quer, no entanto, de certa forma “obriguei-o” a ficar na natação. (...) Embora tente sempre optar pelas escolhas dele, se vejo que há opções melhores, acho que devo informá-lo e tentar mudar a sua opinião.”;

A segunda categoria diz respeito aos princípios mais abordados pelos encarregados de educação, no sentido de promover e consciencializar as crianças para os seus direitos. A categoria é: *Os Principais Direitos Abordados com as Crianças.*

As subcategorias estão relacionadas com as unidades de contexto. Logo, os direitos mais discutidos são o Direito à Educação, Direito à Saúde e o Direito de Brincar, citando: “O direito à educação, saúde e poder brincar.” e “Tem de trabalhar, mas deve ter igual tempo para brincar e fazer o que gosta.”.

A terceira categoria -*As Principais Preocupações*- diz respeito às principais preocupações que os pais têm para com as suas crianças. As preocupações são as seguintes:

- *Saúde.* Os entrevistados pretendem assegurar um bem-estar físico, psicológico e material: “Assegurar um bem-estar psíquico, físico e material, assim como um bom enquadramento a nível social.”;
- *Segurança.* Dois dos entrevistados referiram que uma das suas inquietações é a proteção contra as agressões físicas e verbais, mas também no que concerne aos meios sociais: “Acima de tudo preocupo-me que se saibam defender de agressões verbais e físicas, que hoje em dia são cada vez mais realidade.” e “As principais preocupações são promover uma utilização segura e controlada dos meios de comunicação interativa (internet, chats, redes sociais) alertando para os perigos de identidades falsas e/ou os riscos de exposição perante a sociedade.”;
- *Conforto e Afeto.* Um dos encarregados de educação mencionou um crescimento baseado na felicidade da criança: “Conseguir proporcionar um crescimento feliz, com direito à educação e à saúde.”;
- *Educação.* A educação foi apenas citada por um entrevistado: “Conseguir proporcionar um crescimento feliz, com direito à educação e à saúde.”;

- *Não Discriminação e Igualdade.* Metade dos nossos entrevistados revelam que pretendem promover um espírito liberal relativamente às diferenças entre as crianças: “Que mantenham sempre um espírito aberto, que ser diferente não é mau. Que podem muitas vezes aprender com essas diferenças.”;
- *Opinião da Criança.* Um dos encarregados de educação mencionou que uma das suas preocupações para com o seu filho é procurar educá-lo a defender a sua opinião: “Que saibam defender a sua opinião.”;
- *Bem-estar Material.* Relacionado com o bem-estar físico e psicológico, o bem-estar material também constitui outra preocupação: “Assegurar um bem-estar psíquico, físico e material, assim como um bom enquadramento a nível social.”.

A quarta categoria – *Os Direitos da Criança na Escola*- refere a opinião dos encarregados de educação para este tema na Escola e qual a sua opinião sobre o papel da Escola para defender e promover os Direitos da Criança. As duas subcategorias são as seguintes:

- *Defesa e Promoção dos Direitos da Criança.* Os encarregados de educação referem o papel da Escola no combate a situações de infração dos direitos: “Acho que a Escola pode ter um papel muito importante neste assunto. (...) Que saibam identificar corretamente situações anómalas e as possam reportar às pessoas ou entidades indicadas.”. Apesar de indicarem o papel da Escola como um forte potencial para combater e defender os direitos da criança, há um encarregado de educação que revela: “É importante o papel da Escola. Embora, em minha opinião, é insuficiente ou impotente para evitar certas agressões verbais ou físicas.”;
- *Unidades Curriculares.* Para alguns dos nossos entrevistados, o presente tema dever-se-ia enquadrar em áreas curriculares ou não curriculares: “(...) é um tema que pode ser trabalhado transversalmente em qualquer uma destas áreas (áreas curriculares ou não curriculares). Pode até ser feito um Domínio de Autonomia Curricular (DAC) entre várias disciplinas que possam trabalhar este tema.”;

Por fim, a última categoria é *A Relação Família- Escola* e contém duas subcategorias relacionadas com a relação de ajuda e cooperação entre a Família e a Escola, e vice-versa. As subcategorias são as seguintes:

- *Segurança e Apoio na Escola.* Nesta situação, os entrevistados admitem que se a relação entre a Escola e os pais for cordial há mais vantagens de conseguir acompanhar o desenvolvimento das crianças: “Quanto melhor for a relação casa/escola, melhor se consegue evidenciar eventuais necessidades de acompanhamento da criança.” e “Sim, porque estando informado é uma certeza do que se passa no estabelecimento, para poder continuar com o método ou alterá-lo.”;

- *Tempo com as Crianças.* Esta subcategoria vai ao encontro do tempo que as crianças passam nas suas casas e na Escola. O que se verifica é que, durante o dia, os encarregados de educação não usufruem o seu tempo com as crianças, uma vez que têm de manter a sua atividade profissional. Deste modo, as crianças acabam por passar mais tempo na Escola: “Hoje em dia, as crianças passam grande parte do seu dia na Escola, tendo esta um importante papel no desenvolvimento dos educandos.”; “Depois disso (do horário de trabalho), passamos o tempo em Família.”. Os pais revelam que tentam aproveitar ao máximo o tempo disponível com os seus filhos, contudo lamentam não conseguirem encontrar uma forma de terem mais tempo: “Tento sempre perguntar como correu o dia, se teve problemas quando vou buscá-lo à Escola e no caminho para casa, depois temos sempre um tempo para falar e para ele brincar se quiser. Sempre que possível vamos dar uma volta. Mas nem sempre é possível. À noite antes de se deitar estou novamente com ele, e tento conversar.”.

No geral, houve um retorno bastante positivo relativamente às entrevistas realizadas. Apesar da pequena contrariedade do confinamento a que estávamos sujeitos, os pais foram bastante cooperantes, e ainda conseguimos encontrar uma maneira de garantir a recolha do parecer dos encarregados de educação. Embora apenas quatro dos seis entrevistados tivessem respondido, o balanço foi bastante positivo.

Globalmente, os encarregados de educação têm convicções e opiniões bastante semelhantes quanto à forma de educar e posições idênticas relativamente aos Direitos da Criança. Educam os seus educandos sob os princípios mencionados na Convenção dos Direitos da Criança. No entanto, relembram também a importância para uma educação equilibrada baseada entre os direitos e os deveres. Mantêm uma relação honesta com a Escola e garantem que esta lhes dá uma estabilidade e segurança no que respeita ao acompanhamento e desenvolvimento dos seus educandos.

5. Triangulação e Conclusão da Análise dos Resultados

Visto que temos à nossa disposição três fontes distintas de informação, isto é, as sessões de *focus group* com as crianças, as entrevistas aos encarregados de educação e a entrevista à Professora, iremos proceder à triangulação de dados.

A triangulação de dados procura, segundo os dados obtidos de diferentes contextos, relacionar informações. Mas, o objetivo não é de todo a busca pela harmonia de ideias, mas sim, comparar pontos de vista, e a partir destes, encontrar novos dados e novas interpretações dos mesmos.

Como indicam os autores Tuzzo e Braga (2016): *“Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Esta ideia reafirma a certeza de que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo.”* (Tuzzo e Braga, 2016, p.142-143).

Posto isto, tentaremos procurar uma forma de interpretar e cruzar os resultados obtidos através das atividades do estudo. Assim, este processo irá verificar se a informação conseguida nas sessões com a nossa amostra está ou não de acordo com as entrevistas com os encarregados de educação e com a informação recolhida na entrevista à Professora.

O primeiro aspeto a discutir é o comportamento das crianças nas sessões e nas aulas de observação. Identificámos que, a nossa amostra, estava mais descontraída nas aulas de observação do que na primeira sessão de *focus group*, ainda que tenham tido alguém a observá-las. No entanto, nas restantes sessões as crianças já conheciam a investigadora e estavam mais comunicativas.

Apenas a criança AM, do grupo da turma do 5º ano, se manteve sempre um pouco retraída até à última sessão. Como foi explicado anteriormente, a criança considerava que a Professora estava presente para os avaliar. Realmente, foi um lapso não termos detetado antes esta situação. De qualquer maneira, na terceira sessão a criança AM mostrou-se mais presente e participativa.

Na entrevista à Professora, esta indica que tem noção que as crianças sabem ou já ouviram falar sobre os Direitos da Criança. No entanto, mostra-se um bocadinho reticente sobre se a criança reconhece o não cumprimento desses direitos: “Eu acredito que eles os conhecem. (...) e também não sei muito bem até que ponto é que eles reconhecem o não cumprimento desses direitos.”. E ainda afirma que os pais não têm tempo para debater este assunto, e que por isto a Escola tem um papel fundamental e indispensável na promoção deste assunto. Por isto mesmo, é que as crianças revelam, na sua maioria, que foi na Escola que tiveram o primeiro contacto com o tema dos Direitos da Criança.

No que diz respeito ao tema da subcategoria mencionada na segunda sessão e na entrevista aos Encarregados de Educação: Não Discriminação e Igualdade. As crianças tinham noções muito otimistas sobre este assunto, ou seja, estas entendiam as diferenças como algo positivo e admitiam que, independentemente das origens e contextos, as crianças deveriam ser tratadas de forma igual. Isto vai ao encontro das respostas dos encarregados de educação. Os pais sublinharam a importância de respeitar as diferenças entre todos, e até aprender com isso: “Todas as pessoas, independentemente, da sua nacionalidade, da sua cultura, etc... têm direito aos mesmos direitos, vá...” e “Significa que todas as crianças têm os mesmos direitos, ou seja, têm direito a ir à Escola, têm direito a ter higiene, têm direito a comer...” e “(...) todos têm os mesmos direitos, independentemente, de serem deficientes, ou de raças diferentes.”.

Dois dos direitos, destacados pelos encarregados de educação, foram o Direito à Educação e o Direito a Brincar, indicando sempre os deveres também. Os pais admitem que é fundamental as crianças brincarem para serem felizes e saudáveis, contudo os deveres também são tidos em conta.

As crianças, identicamente aos seus encarregados de educação, nas sessões contaram-nos que os seus pais permitem que estes brinquem à sua vontade, mas expõem alguns exemplos do comportamento e do parecer dos pais relativamente a este assunto. Quanto ao Direito à Educação, tanto as crianças como os Encarregados de Educação acreditam que é um direito essencial para o desenvolvimento das crianças.

Relativamente ao Respeito pelas Opiniões das Crianças, a nossa amostra concorda que também estes devem ter uma voz ativa nos assuntos que lhe dizem respeito, tal e qual como os adultos. Um dos encarregados de educação indicou que uma das suas principais preocupações era educar o seu filho a defender as suas opiniões, citando: “Que saibam defender a sua opinião.”.

No que diz respeito aos deveres das crianças, a amostra identifica bastante bem a noção de deveres e ainda no consegue dar alguns exemplos. Passando a citar: “(...) deveres são coisas que nós temos obrigação de cumprir, de fazer, pronto (...) Já sei! Por exemplo, às vezes quando a minha mãe de manhã deixa roupa para arrumar, eu à tarde quando chego da Escola, dobro e arrumo!”. Esta afirmação está interligada com o que os encarregados de educação disseram sobre a harmonia que deve existir numa educação baseada nos direitos e deveres: “Cada vez mais lhe incutimos a consciência de que na sociedade, para além de ter direitos também tem deveres. Como exemplo: em casa colaborar cada vez mais nas tarefas domésticas adequadas à sua idade.”. O autor *Bouchard* (1988) está de acordo com a opinião dos encarregados, como mencionada anteriormente, deve haver um equilíbrio entre a educação baseada nos direitos e nos deveres: “(...) *respeitam os deveres e direitos de pais e filhos, partilham responsabilidades cotidianas, desenvolvem uma consciência social (...) trocam com os filhos suas experiências, emoções e sentimentos (...) reconhecem seus próprios erros.*” (*Bouchard, 1988, citado por Szymanski, 1997, p.218*).

Passando a discutir o Papel da Família. As crianças encaram a sua Família como pessoas que os ajudam e lhes transmitem segurança. Segundo a nossa amostra, os adultos que os rodeiam devem protegê-los. Por exemplo, um dos encarregados de educação mencionou a importância de um crescimento baseado na segurança e na felicidade.

A Professora admite que a Família deve ser a protagonista na educação dos seus filhos. Para além de que, os pais devem acompanhar e educar valores e normas, enquanto que a Escola ensina áreas de saber relativas às unidades disciplinares. As crianças concordam que a função da Escola é: “Sim! Para aprender a ler, a escrever, a fazer contas!”. Os encarregados de educação revelam que a Escola, como

mencionado antes, é uma ajuda fundamental no processo de mediação entre a criança e estes.

Na entrevista à Professora esta admite que tem uma ótima relação com os encarregados de educação, esta afirmação vai ao encontro do que os pais asseguraram sobre a sua relação com a Escola: “Quanto melhor for a relação casa/escola, melhor se consegue evidenciar eventuais necessidades de acompanhamento da criança.” e “Sim, porque estando informado é uma certeza do que se passa no estabelecimento, para poder continuar com o método ou alterá-lo.”. A autora Mateus (2016) também destaca a relação entre a família e a escola como uma parceria: *“O importante é que a parceria aconteça tendo como base os recursos e as possibilidades pessoais e da comunidade e não se esqueça a necessidade de formação tanto para os professores como para as famílias, no que diz respeito às práticas educativas específicas de cada um deles.”* (Mateus, 2016, p.9).

No que concerne à *Importância da Escola*, as crianças apontam que é através desta instituição que conhecem e socializam com novas pessoas e aprendem novas matérias. A Professora, como analisado anteriormente, indica o mesmo: a Escola ensina novos saberes das diferentes áreas curriculares.

Os Encarregados de Educação também revelam que o papel da Escola é fundamental no desenvolvimento e na segurança dos seus educandos, uma vez que estes passam a maior parte do seu dia nesta instituição: “Hoje em dia, as crianças passam grande parte do seu dia na Escola, tendo esta um importante papel no desenvolvimento dos educandos.”. Como indica a Direção-Geral da Educação (s.d): *“Os profissionais da educação enquanto pessoas de referência para as crianças e conhecedores das características das várias etapas do seu desenvolvimento, podem ser excelentes observadores para a deteção de eventuais comportamentos ou atitudes que possam indicar situações de perigo.”* (Direção-Geral da Educação- Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo, s.d, p.89).

Tal como os pais, também as crianças identificaram a Escola como uma ‘segunda casa’: “(...) a maioria das vezes, como alguns professores dizem: é como se fosse uma “casa secundária” para nós. Sim, às vezes até há meninos que passam mais tempo aqui do que em casa”. Isto está, inteiramente ligado, com o tempo que a Família passa com as suas crianças. Os encarregados de educação entrevistados, devido à sua atividade profissional, não conseguem aproveitar muito tempo com os seus filhos. Um dos encarregados de educação admitiu que passa apenas duas a três horas do seu dia com o seu educando: “2-3h/dia.”.

Relativamente, à Promoção e Defesa dos Direitos da Criança a Professora garante que a Escola promove bastantes atividades relacionadas com este tema, ainda assim garante que se pode sempre fazer mais e melhor. As crianças indicam e concordam

que este tema já tinha sido abordado nas aulas da unidade curricular da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, mas não aprofundadamente como nas sessões.

Como descrito antes, algumas crianças afirmam que foi, maioritariamente, na Escola, principalmente na unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, que falaram sobre Direitos da Criança. Contudo, a maioria dos encarregados de educação afirmaram que já tinham falado com as suas crianças sobre este tema.

Relativamente à participação dos encarregados de educação nas atividades desenvolvidas pela Escola, a Professora revela que a maioria é participativa. No entanto, quando se questionou os pais se alguma vez foram chamados a participar em atividades ou projetos desenvolvidos pela Escola dos seus filhos, estes responderam que não.

Para terminar, apesar de pequenas divergências nas opiniões, especialmente entre os encarregados de educação e o parecer da Professora, relativamente ao assunto Direitos da Criança, no geral, existe um consenso de ideias. Isto é, notámos apenas em alguns pontos que havia uma discórdia, tais como:

- Na participação dos encarregados da educação, estes afirmavam que a Escola nunca os convocou para participar em atividades, mas a Professora indicou que já se realizaram algumas atividades neste âmbito e os pais eram participativos;
- Conhecimento dos Direitos da Criança, a nossa amostra mencionou a Escola e as aulas da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, como o contexto onde se discutia este tema, mas os encarregados de educação revelaram que também já tinham abordado este assunto com os seus filhos.

Capítulo V- Plano de Intervenção

O presente capítulo, irá ser desenvolvido a partir dos resultados obtidos com a análise de dados dos instrumentos utilizados em campo. Deste modo, é de nosso entender expor algumas sugestões de intervenção.

1. Plano de Atividades

O plano de atividades das sessões de *focus group*, descrito e analisado anteriormente, foi idealizado para uma determinada amostra com características específicas.

O tema principal das sessões foi sempre os Direitos da Criança e as atividades foram repetidas para as crianças de 5º e 6º ano, uma vez que a idade das crianças é diferente, mas muito próxima. Deste modo, as ações realizadas foram construídas, propositadamente, para as seis crianças, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos.

Logo, a proposta de intervenção que pensámos é semelhante ao plano de atividades de *focus group*, mas com ligeiras alterações. Por outras palavras, acreditamos que as sessões foram uma mais-valia para as crianças, não só para estas conhecerem e aprofundarem melhor o conhecimento dos seus direitos, mas também para encontrarem um espaço de liberdade onde conseguissem dar a sua opinião sobre este assunto e outros que surgiam durante o período das atividades práticas.

Portanto, sugere-se a continuação das sessões de *focus group*, com a simples alteração de ser implementado noutras anos de escolaridade e, evidentemente, com outros alunos de distintas características. Isto obriga a uma reformulação das atividades e dos objetivos destas, uma vez que a amostra vai ser diferente e as suas capacidades de compreensão são também diferentes.

Para além disto, a indicação que aqui deixamos, segundo a análise dos dados, e principalmente pelo questionário de avaliação que as crianças preencheram, as futuras sessões devem ser divididas e cada grupo de trabalho deve ter entre três a quatro elementos.

A maioria da nossa amostra, no seu questionário, indicou que não gostavam de ter debatido este assunto com a sua turma. Ainda que, gostassem que os seus colegas tivessem participado. A conclusão que retiramos é que as crianças gostam que o grupo de trabalho tenha poucos elementos para se sentirem mais à vontade e, naturalmente para que cada um tenha a sua liberdade de se expressar, algo que nas

aulas é impossível de acontecer, devido ao número elevado que, habitualmente, cada turma tem.

Pela experiência anterior, verificámos que os 45 minutos de cada sessão, ainda que preparada e planeada com antecedência, foram aceitáveis com três crianças, mas o tempo teve de ser muito bem agilizado.

Posto isto, 45 minutos para três crianças foi suficiente para expormos os assuntos e para que cada uma pudesse dialogar e partilhar as suas experiências e opiniões. No entanto, durante esses 45 minutos, o tempo foi muito bem orientado para que não excedesse o horário. Supomos que, se for com mais crianças é importante que, também a duração de cada sessão seja igualmente maior.

Assim, o ideal é que cada grupo de trabalho seja composto por cinco elementos no máximo e que as sessões sejam repetidas mais que uma vez para que todos os alunos consigam acompanhar os assuntos de cada sessão.

Desta forma, consideramos que a continuação das sessões tenha como intuito a promoção do Direito à Participação. Sabemos que na infância, este direito deve ser exercitado de maneira progressiva respeitando as etapas de crescimento da criança. Em relação ao período de adolescência, os alunos já têm outra maturidade, e por isto este direito adquire outra dimensão. O que é suposto é fomentar nos adolescentes uma visão crítica nos aspetos que os rodeiam.

Tal como os adultos têm a oportunidade de exprimir a sua opinião sobre os assuntos que lhes dizem respeito, nomeadamente, na ação de votar, uma vez que são cidadãos e têm o direito de exercer a sua opinião, também as crianças devem dar a conhecer as suas ideias. Aliás, é uma ótima maneira de educar nesta direção para que, um dia, quando forem cidadãos adultos tenham uma voz ativa na sociedade em que se inserem.

A partilha das ideias não significa que estas sejam aceites, mas sim que essa opinião seja tida em conta na hora de tomar decisões e resolver problemas que afetam a sua vida: *“Sublinha-se, que o direito a ser ouvida não implica necessariamente o direito a que a sua opinião venha a ser aceite, mas apenas que essa opinião seja tomada em consideração. Tal direito engloba igualmente o direito, para a criança, de não emitir qualquer opinião, se esta assim o desejar.”* (Joaninho, 2016).

É importante referir que, muitas vezes, ainda que a criança saiba que tem direitos, não os consegue assimilar e, resultante disto, não consegue pô-los em prática, nem reconhece a gravidade da infração dos mesmos. Logo, é importante que este tema seja ensinado de forma clara e construtiva às crianças, para que não restem dúvidas. Às crianças deve ser tudo muito bem explicado, para que esta tenha a oportunidade de decidir de que maneira pode dar o seu contributo: *“O Direito à participação tem como pressuposto intrínseco o direito à informação. Sem uma adequada informação sobre as diferentes opções, alternativas e suas consequências,*

uma criança não está em condições de formar a sua opinião. Ou seja, qualquer decisão, para ser livre, deve ser devidamente esclarecida, informada, ponderada e consentida.” (Joaninho, 2016).

Portanto, é cada vez mais importante ouvir e compreender a criança. Assim, torna-se mais ágil intervir, ajudar e proteger as crianças de qualquer situação que as perturbe.

Segundo o parecer das crianças e através da apreciação da Professora, pensamos que, uma das razões pelas quais a amostra presente neste estudo gostou desta experiência, foi pelo facto de terem podido sugerir as suas ideias, sem julgamentos ou juízos de valor, e que estas fossem consideradas relevantes.

Concluindo, é fundamental saber escutar a voz e as ideias da criança, não só para que esta sinta que a sua opinião é tida em consideração, mas para que quem a rodeia possa auxiliá-la, de maneira justa e adequada, em todos momentos da sua vida. Por estas razões mencionadas, as sugestões que deixamos passam pela continuação das sessões, incluindo alunos de outras faixas etárias, e realçando e debatendo o Direito à Participação.

Capítulo VI- Conclusões

O presente estudo pretendeu analisar, através da voz das crianças do 2^a Ciclo do Ensino Básico, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção e defesa desses direitos.

Para tal, formou-se, a partir dos objetivos deste trabalho, uma questão principal. Neste sentido a questão de partida é a seguinte: “Será que as crianças do ensino básico se identificam e se reconhecem como titulares de direitos?”. Deste modo, a mestrandia optou por fazer um estudo que respondesse às suas questões sobre os Direitos da Criança, o Papel da Escola e o Papel da Família na promoção e defesa desses direitos.

Uma vez que as questões de investigação estão, automaticamente, relacionadas com os objetivos do presente trabalho, definimos as seguintes questões do estudo:

1. As crianças conhecem os seus direitos e reconhecem que a Escola os promove?
2. Em que medida o contexto Escolar implementado inclui os Direitos da Criança?
3. Em que medida a Escola valoriza o Papel da Família na promoção dos Direitos da Criança?

De seguida iremos responder com consistência e rigor a estas questões, colocadas anteriormente. As principais questões foram uma referência, na medida em que guiaram todo o processo teórico, e principalmente os procedimentos práticos do estudo. No trabalho de campo estas perguntas foram indispensáveis, uma vez que foi a partir destas que se delineou o que se pretendia conhecer e analisar dos participantes, através dos instrumentos de recolha de dados.

Na triangulação de dados, apresentada anteriormente, já desenvolvemos algumas considerações e ideias. Contudo, iremos realizar, segundo as perguntas anteriores, as conclusões do trabalho.

À primeira pergunta-As crianças conhecem os seus direitos e reconhecem que a Escola os promove? - esperávamos analisar, ao longo das sessões de *focus group*, mas particularmente logo na primeira sessão, se as crianças conheciam os seus direitos. Relativamente à segunda parte da pergunta, ou seja, se reconhecem que a Escola promove os direitos, fomos na 2^a e 3^a sessão entender se as crianças identificavam a Escola como uma instituição promotora desses direitos.

Portanto, percebemos, logo na primeira sessão que, no geral, as crianças conhecem os seus direitos. Através do seu diálogo durante as sessões, acreditamos que as crianças se reconhecem como agentes de direitos. Aliás, uma das crianças afirmou que também eles próprios podem ser protagonistas no processo de defesa dos seus direitos.

Contudo, reparámos que, algumas vezes durante o seu discurso estas não se nomeiam como crianças, ou seja, nos seus exemplos substituem a palavra “criança” pelo conceito de “pessoa”: “Todas as pessoas, independentemente, da sua nacionalidade, da sua cultura, etc... têm direito aos mesmos direitos, vá... (...)”. Visto que, durante as sessões a investigadora abordou exaustivamente o tema, supostamente as crianças deveriam usar a palavra “crianças” em vez de “pessoas”.

No que concerne à segunda parte da pergunta, quando lhes perguntamos qual o primeiro contexto onde estas ouviram, pela primeira vez, o tema dos Direitos da Criança, as crianças, indicam a instituição Escola. Apenas quando a investigadora pergunta se os seus pais conversam sobre este assunto é que estas afirmam que já tinham ‘falado’ com os seus pais sobre isto.

Para além disto, as crianças indicam as aulas da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento como um contexto onde abordam estes temas, ainda que não o tenham aprofundado. As crianças de 6º ano indicavam que o tema que mais tratavam e que mais se assemelha a este era o dos Direitos Humanos.

Ao contrário das crianças de 6º ano, as crianças de 5º ano mencionam igualmente a Escola como a instituição onde mais se discute estes assuntos, mas indicam, curiosamente, a aula em que a investigadora foi observar. Isto porque, como mencionado antes, a aula foi lecionada por uma Doutora da Rede Europeia Anti-Pobreza de Castelo Branco e o tema foi a “Interculturalidade”. A Doutora fez questão de abordar este assunto mais direcionado para as crianças, deste modo acabou por relacionar aos Direitos da Criança.

Através das atividades conseguimos perceber que, na sua maioria, as crianças sentem-se seguras na Escola. Aliás, verificámos que, quando as questionámos sobre como seria a Escola ideal, as crianças de 5º ano tiveram alguma dificuldade em conceber a ideia de como seria a Escola dos seus Sonhos, principalmente a criança AM: “Mas como é que eu digo? Não estou a perceber... Como assim Escola dos Sonhos?”.

As crianças de 6º ano também tiveram alguma dificuldade em conseguir fazer este exercício de idealizar a Escola dos Seus Sonhos: “Mas como?” e “Ia! Isso é impossível!”. Ainda assim, quando lhes perguntámos quais as alterações que gostariam de fazer na sua Escola estas conseguiram de imediato encontrar alguns exemplos.

Assim sendo, as crianças conhecem os seus direitos e reconhecem a Escola como um contexto onde se aborda este assunto. Ainda que a Professora tenha mencionado várias atividades que a Escola desenvolveu, as crianças só especificaram as aulas de Cidadania e Desenvolvimento.

No que diz respeito à segunda pergunta - Em que medida o contexto escolar implementado inclui os Direitos da Criança?- podemos retirar informação da entrevista à Professora, e até mesmo do que mencionámos anteriormente, isto é,

sobre as crianças apontarem a Escola como um local onde se aprende vários saberes ligados a unidades curriculares, e onde se trabalha estes temas mais 'humanos'.

Também os encarregados de educação, para além de concordarem que os Direitos da Criança constituem um assunto indispensável à educação dos seus educandos, apontam que as aulas de Cidadania e Desenvolvimento são um espaço muito importante e essencial para se discutir temas como este: "Através das aulas de Cidadania e Desenvolvimento."

A Professora, na sua entrevista, indica algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, tais como: " 'Maior Lição do Mundo', 'Educação para a Cidadania' em articulação com outras unidades curriculares, e através de outros projetos de leitura já desenvolvidos."

A 'Maior Lição do Mundo' consiste num Projeto em que se associam organizações como a *UNICEF* e a *UNESCO* para contribuir para a reflexão sobre uma maior consciencialização do papel de cada um na construção de um mundo mais limpo e sustentável (UNICEF- A Maior Lição do Mundo, 2019).

A 'Educação para a Cidadania' tem como objetivo cooperar na formação sobre os direitos e deveres, sendo que os seus valores passam pelos Direitos Humanos (Direção-Geral da Educação- Educação para a Cidadania, s.d).

Embora estas atividades sejam bastante positivas para o contexto escolar e para as crianças, podem não ser suficientes para promover e defender os direitos destas. Para além de que a Professora afirmou que se pode sempre fazer mais e melhor, no sentido de desenvolver mais atividades neste âmbito, mas por vezes o tempo não é suficiente.

Além do mais, na sua entrevista, a docente revelou que, nunca presenciou nenhuma situação de violência na Escola ou abuso de direitos, mas, provavelmente, já assistiu a alguns momentos em que os Direitos da Criança não foram devidamente cumpridos: "(...) Vamos lá ver: 'incumprimento' dos direitos, na verdadeira acessão da palavra...(pausa) não! Mas... talvez uns deslizes ou fazer cumprir de uma forma mais verdadeira, mais honesta os direitos... é muito complicado também."

Assim sendo, tanto os encarregados de educação como os seus educandos e a Professora concordaram que a Escola é indispensável para promover, defender e ensinar a defender os Direitos da Criança.

A terceira e última pergunta - Em que medida a Escola valoriza o Papel da Família na promoção dos Direitos da Criança? - tinha como objetivo analisar, principalmente, através da voz da Professora, qual a importância que a Escola atribui à Família na promoção dos Direitos da Criança.

Embora os encarregados de educação afirmem, na sua maioria, que nunca foram chamados à Escola para atividades no âmbito dos Direitos da Criança, no entanto, a Professora na sua entrevista, indica que os pais são participativos. E ainda, afirma que os elementos da Família são as pessoas mais próximas das crianças e, como tal,

são os que têm a responsabilidade sobre os seus filhos. Assim, são os elementos principais para promover e respeitar os Direitos da Criança.

Contudo, a docente ainda relembra que, na sua perspetiva, e apesar de considerar que os encarregados de educação é que têm a total responsabilidade pelas crianças, sem a Escola as crianças conheceriam muito pouco sobre os seus direitos: "(...) Estou mesmo convicta que sem a Escola não se conhecia ou... (pausa) conhecer-se-ia ainda menos do que aquilo que, eu penso, que se conhece.". Isto, como mencionado na triangulação de dados, deve-se ao facto dos encarregados de educação, devido às suas atividades profissionais, usufruírem de cada vez menos tempo com os seus filhos, conseqüentemente, estes passam a maior parte do seu tempo na instituição escolar.

Sintetizando, por parte da Escola, a Professora garante que o contributo dos pais é muito importante, especialmente no âmbito dos Direitos da Criança. A docente também indica que, no geral, os encarregados de educação são participativos, sobretudo com a cooperação e a entreaajuda da associação de pais.

Face ao exposto, é importante referir que, no início das sessões de *focus group* com as crianças, estas sabiam muito pouco sobre o tema em análise. Acreditamos que tinham uma perceção do que se tratava, mas não se sentiam totalmente à vontade para discuti-lo.

No final das sessões, as crianças já se sentiam seguras para aprofundar este assunto abertamente. Portanto, parece-nos que as sessões não foram apenas um instrumento de recolha de dados, mas também constituíram uma excelente forma de promover e consciencializar as crianças para os seus direitos e de que forma é que estas os podem defender.

No fundo, as crianças do estudo conheceram novas realidades em que outras crianças se encontram, isto é, através da grandiosidade da informação retirada das sessões de *focus group*, principalmente da 3ª sessão, tornou-se claro que as crianças desconheciam que outras crianças pudessem viver e estudar em locais miseráveis. Embora a realidade destas 6 crianças se encontre bastante longe disso, estas imaginavam que todas as crianças viviam tranquilamente e confortavelmente, e por isso as sessões foram também um ótimo espaço de debate e reflexão sobre os direitos e todas as problemáticas a estes associados.

No que se refere ao que aprendi com este trabalho, posso dizer com confiança que alargou a minha experiência. Ao nível profissional, o trabalho em campo sem dúvida possibilitou não só um melhor conhecimento sobre as práticas que a Escola, enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude, desenvolve, como também o conhecimento de instrumentos e técnicas adequadas a aplicar para tratar certo tipo de problemáticas com crianças. Num futuro próximo, o meu desejo seria trabalhar profissionalmente no âmbito escolar. Como tal, o projeto desenvolvido será uma mais valia neste sentido.

Como referido antes, as crianças participantes no estudo garantem que têm os seus direitos assegurados e, como tal, reconhecem-se como seres de Direitos. No entanto, enquanto assistente social, ainda tenho algumas questões que me preocupam: quantas crianças, provenientes de outros contextos e de outras culturas, conhecem os seus direitos? Quantas famílias, nos dias de hoje, educam sobre os direitos da Criança? Claramente, estas questões são algo preocupante e que merecem especial interesse.

Relativamente à intervenção do Assistente Social, as problemáticas associadas às crianças devem ser estudadas para que a intervenção seja consciente e orientada com o objetivo de garantir o bem-estar das crianças. Em Portugal, a Convenção não é a única medida adotada para salvaguardar os direitos da criança; existe também uma valiosa legislação que tem em vista a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens. Deste modo, o Assistente Social deve fazer uma gestão correta destes recursos e de outros existentes no indivíduo e na comunidade.

Para finalizar, no desenvolvimento do presente trabalho, os procedimentos a serem tomados foram tratados com o devido respeito, colocando o interesse superior da criança em primeiro lugar. Portanto, enquanto profissional da área de Serviço Social, a conclusão do mestrado, através do trabalho projeto, acabou por se tornar um paralelismo: exerci as minhas funções, enquanto investigadora e Assistente Social, tendo sempre como base os princípios éticos que, outrora aprendi, designados no Código de Ética.

1. Constrangimentos

Ao longo do processo de desenvolvimento deste estudo, vários constrangimentos foram surgindo. Como tal, iremos passar a explicar cada um.

O primeiro diz respeito ao fator que atrasou mais este estudo: a situação de pandemia devido à Covid-19. Portugal foi contaminado por esta doença em março de 2020 prolongando-se até à atualidade, prejudicando a restante recolha de dados deste estudo. A entrevista à Professora também foi concretizada em março, ficando assim a faltar a realização das entrevistas aos encarregados de educação. Como não existia forma de saber se o estado do país melhorava, resolvemos enviar as entrevistas aos pais para responderem *online*.

Para além disto, o confinamento nos meses seguintes também impossibilitou a consulta de livros na Biblioteca da Escola Superior de Educação de Castelo Branco e as reuniões presenciais com as orientadoras, ainda assim conseguimos solucionar este problema com a utilização de ferramentas digitais.

O segundo constrangimento está relacionado com o anterior, uma vez que foi precisa bastante burocracia, a pedido do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, para enviar as entrevistas aos encarregados de educação por *e-mail*. Devido à

proteção de dados, não pudemos contactar os familiares das crianças, logo foram necessárias duas autorizações para, através de intermediários, conseguirmos recolher dados.

Na sequência do que foi mencionado, apenas quatro dos seis encarregados de educação responderam. Sabemos que, no geral, o retorno foi positivo. Contudo, se todos tivessem respondido teríamos mais informação. Numa das sessões de *focus group*, também uma criança faltou e, nessa atividade, estávamos preocupados se teria havido escassez de informação. Para além disto, só percebemos na última sessão que, uma das crianças da turma do 5º ano, estava mais apreensiva com a presença da Professora. Deste modo, as sessões anteriores podem ter algumas falhas de dados por parte desta criança.

Por fim, queremos salientar que o tempo delimitado para realização de cada sessão, 45 minutos, revelou-se insuficiente para abordar as atividades com a profundidade necessária.

Referências Bibliográficas

Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação em educação*. Universidade Aberta. Disponível em:

[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma Qualitativo%20%281%20%20aa%20edi%20c3%a7%20c3%a3o atualizada%29.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma%20Qualitativo%20%281%20%20aa%20edi%20c3%a7%20c3%a3o%20atualizada%29.pdf)

Bardin, L. (2019). *Análise de conteúdo* (4ªEd). Lisboa: Edições 70.

Coutinho, C. M. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas* (2ª Ed). Coimbra: Almedina.

Dalfovo, M. S., Lana, R. A. & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2 (4), 1-13. Brasil: Blumenau.

De Carvalho, M. E. P. (2004). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. *Revista Brasileira de Educação* (25), 94-104. Universidade Federal da Paraíba: Centro de Educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a08.pdf>

Direção-Geral da Educação (s.d). *Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo*.

Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/guias_guias_educacao.pdf

Galego, C. & Gomes, A. A (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5 (5), 173-184. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1012>

Gauthier, B. (2003). *A investigação social: da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência.

Gonçalves, M. & Sani, I. (2013). Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente, e-cadernos CES [Online], 20 | 2013, posto online no dia 01 dezembro 2013, consultado a 16 março 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1728>

Günther, H. (mai-ago de 2006). *Psicologia: teoria e pesquisa. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* 22 (2), 201-210. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>

Junior, V. S. d. A. & V, L. C. F. (2017). Infância, trabalho e saúde: reflexões sobre o discurso oficial de proibição do trabalho infantil. *Revista Saúde em Debate*. 41, 25-38. Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41nspe2/0103-1104-sdeb-41-spe2-0025.pdf>

Mateus, M. N. E. (2016). Perceções da relação escola e família. *Revista interdisciplinaria sobre imaginarios sociales*, 7, 1-19. Instituto Politécnico de Bragança: Escola Superior de Educação. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/13362/1/Artigo%20%20Revista%20Imagonautas%20%287%29%20-%202016.pdf>

Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da investigação-ação*. Porto: Porto Editora.

Monteiro, A. R. (2002). *A revolução dos direitos da criança*. Porto: Campo das Letras.

Monteiro, A. R. (2010). *Direitos da criança: era uma vez...* Coimbra: Almedina.

Monteiro, L. C. G. (2006). *Educação e direitos da criança: perspetiva histórica e desafios pedagógicos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia). Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6207/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado%20-%20L%c3%adgia%20Monteiro.pdf>

Queloz, N. (1990). Protecção, intervenções e direitos das crianças e dos jovens. *Revista Infância e Juventude*, 90(2), 39-59.

Rosa, V. F. P. C & Arnoldi, A. G. C. (2008). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sarmiento, M. J. & Pinto, M. (coords) (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In Sarmiento, M. J. & Pinto, M. (coords) (1997). *As crianças: contextos e identidades*, 1-9. Braga: Universidade do Minho. Disponível em:

<https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmiento-manuel-10.pdf>

Sarmiento, M.; Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183- 206. Disponível em:

<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>

Silva, I. S., Veloso, A. L. & Keating, J. B. (2014). Focus group: considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175-190. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32357/1/Silva%2c%20Veloso%20%26%20Keating%20%282014%29%20Focus%20group%20RLE.pdf>

Szymanski, H. (1997). *Encontros e desencontros na relação família escola*. *Idéias* (25), 213-225. Disponível em:

http://www.necfebf.uerj.br/boletins/boletim012011index_arquivos/HeloisaSzymanski.pdf

Tuzzo, S. A. & Braga, C. F. (2016). O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4 (5), 140-158. São Paulo.

UNICEF (2019). *A Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*.

Disponível em: https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf

Webgrafia

Direção-Geral da Educação (s.d). *Educação para a Cidadania*. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>

Joaninho, M (2016). *O Direito à Participação – uma nova visão da criança*. Disponível em: www.eas.pt/o-direito-a-participacao-uma-nova-visao-da-crianca/

UNICEF (2019). *A Maior Lição do Mundo*. Disponível em: <https://maiorlicao.unicef.pt/>

Apêndices

Apêndice I

Atividades Práticas das Sessões de *Focus Group*

- Atividade A

Nome da Atividade	“O que são os Direitos da Criança?”
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> -Perceber se conhecem os “Direitos das crianças”; -Explicar o conceito de “direitos”; -Dar a conhecer os “Direitos da Criança”; -Realçar a importância de a criança exprimir a sua opinião.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> -Vídeo: “O que são os Direitos da Criança com a Rita e o João?” (com acesso à <i>internet</i> no <i>site</i> Unicef Portugal- <i>youtube</i>); - Figura em papel de uma criança; - Caneta; -Gravador de voz.
Duração	45 minutos
Etapas	<p>1^a-A atividade inicia-se com a visualização de um vídeo;</p> <p>2^a- De seguida, questionam-se as crianças sobre o vídeo;</p> <p>3^a-A seguir, entrega-se uma figura de uma criança às crianças;</p> <p>4^a-Depois, dentro da imagem desenhada as crianças escrevem ou fazem pequenos desenhos que identificam como necessidades das crianças (mencionadas no vídeo);</p> <p>5^a-Por fim, é importante debater e alertar para a satisfação das necessidades das crianças.</p>

- Atividade B

Nome da Atividade	“Direitos, Desejos e Deveres”
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> -Refletir com as crianças sobre a diferença entre direitos e desejos; -Criar um ambiente de debate; -Consciencializar a criança da importância do ponto de vista do seu colega; -Realçar a importância de a criança exprimir a sua opinião; -Perceber se as crianças, depois da atividade, conseguem identificar direitos e desejos.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> -Gravador de voz; - Cartões UNICEF de direitos e desejos; - Cartões de Direitos; - Computador Portátil.
Duração	45 minutos
Etapas	<p>1^a- A atividade começa com um diálogo sobre a atividade anterior;</p> <p>2^a- Seguidamente apresenta-se, em formato digital, um cartaz dividido em três partes: os direitos, os desejos e os deveres;</p> <p>3^a- Apresentam-se os cartões de direitos e desejos que estão no Guião para Educadores e Professores da UNICEF e os cartões dos deveres realizados pela discente;</p> <p>4^a- Pedir às crianças para colocarem, em consenso, os cartões no local que lhes parece adequado;</p> <p>4^a- De seguida, devem justificar a sua escolha;</p> <p>5^a- No fim da atividade, questionar e refletir sobre a diferença entre direitos, desejos e deveres.</p>

- Atividade C

Nome da Atividade	“A Escola dos meus Sonhos”
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> -Perceber as práticas que a escola desenvolve; -Compreender a importância do papel da escola nas crianças; -Desenvolver um pensamento crítico.
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> -Acesso a imagens na <i>internet</i>; -Papel, caneta...; - Acesso à ferramenta digital “<i>Wordart</i>”; -Computador portátil; -Gravador de Voz.
Duração	45 minutos
Etapas	<p>1^a- Inicia-se a atividade relembrando o que foi realizado na atividade anterior;</p> <p>2^a-Mostrar imagens de escolas de diferentes países do mundo em formato <i>PowerPoint</i>;</p> <p>3^a- A partir das imagens explorar o direito à educação e as práticas que a escola desenvolve;</p> <p>4^a- Questionar e debater com as crianças como seria a escola dos seus sonhos, recorrendo à ferramenta digital “<i>Wordart</i>”. As respostas às perguntas são colocadas numa nuvem de palavras que irão ser utilizadas na etapa seguinte;</p> <p>5^a- Por fim, as crianças devem escrever um texto (livre) onde descrevem a escola dos seus sonhos.</p>

Apêndice II

Pedido de Autorização

No âmbito do 2º ano do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco, eu, Margarida Carlos, aluna do presente mestrado, sob orientação da Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho, venho por este meio solicitar ao Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva a V.Exma autorização para desenvolver o Projeto Final de mestrado na Escola Básica Afonso de Paiva.

O Projeto Final tem como título: “Os Direitos da Criança: Concepções e Práticas” e tem como objetivo principal analisar, através da voz de crianças do 2º ciclo do Ensino Básico, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção desses direitos.

Antes de explicar no que consiste o Projeto Final de Mestrado, informo-o que consultei anteriormente a Professora Bibliotecária, Mestre Carla Manuela Nunes do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, sendo esta a Consultora do Projeto no Agrupamento que Vossa Excelência dirige e, caso seja autorizado, a Mediadora das sessões com os alunos.

O Trabalho Final necessita da cooperação do Exmo. Senhor Diretor e de quatro Professores: dois Diretores Turma e/ou dois Professores de Cidadania e Desenvolvimento de duas turmas do 2º ciclo do Ensino Básico; dos Encarregados de Educação e, respetivamente, de oito Alunos, a selecionar aleatoriamente e sob orientação da Professora Bibliotecária.

O que se pretende é assistir, em registo de observação, a duas a três aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, e, se possível, realizar com os alunos seis sessões de *focus group* em contexto de aula de Cidadania (45 minutos), no espaço da Biblioteca Escolar, com a cooperação da Professora Bibliotecária. Cada sessão irá ser gravada em áudio, sendo garantida e mantida a confidencialidade e o anonimato dos dados dos participantes, após autorização/ consentimento por escrito dos respetivos encarregados de educação.

Concluindo, refiro que os dados recolhidos são exclusivamente para fins académicos.

Face ao exposto e após apreciação, solicito a Vossa Excelência autorização para a concretização do Trabalho Projeto na Escola Básica Afonso de Paiva.

Atenciosamente,

Margarida Carlos,

Aluna do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Assinatura

Data

___/___/___

Autorização: SIM **NÃO**

Notas: _____

O Diretor

Data

___/___/___

Apêndice III



Pedido de Autorização

No âmbito do 2º ano do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco, eu, Margarida Carlos, aluna do presente mestrado, sob orientação da Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho, venho por este meio solicitar a sua autorização para o meu educando participar em três atividades do Projeto Final de mestrado “Os Direitos das Crianças: Concepções e Práticas” na Escola Básica Afonso de Paiva.

O Projeto Final tem como título: “Os Direitos das Crianças: Concepções e Práticas” e tem como objetivo principal analisar, através da voz de crianças do 2º ciclo do Ensino Básico, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à família na promoção desses direitos.

O que se pretende é realizar três sessões de *focus group* com os alunos, no contexto da disciplina de Cidadania e desenvolvimento (45 minutos), no espaço da Biblioteca Escolar e sob orientação da Professora bibliotecária, Mestre Carla Manuela Nunes. Gostaria ainda de pedir autorização para a gravação em registo áudio (apenas será gravada a voz), comprometo-me a garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes, assumindo que os dados recolhidos são exclusivamente para fins académicos.

Após a leitura das informações expressas neste documento, solicito a sua autorização para que o meu educando participe nas atividades do Projeto “Os Direitos das Crianças: Concepções e Práticas”, agradeço-lhe que assine o presente documento.

Atenciosamente,

Margarida Carlos,

Aluna do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Assinatura

Data

___/___/___

Autorização do Encarregado de Educação: SIM NÃO

Nome do Encarregado de Educação:

Nome do Educando:

O Encarregado de Educação

Data

___/___/___

Apêndice IV

Aula de Observação do 5º 3

Dia 3 fevereiro de 2020

A observação da aula do dia 3 de fevereiro (14h45-15h30) à turma do 5º 3 trata-se de uma observação ocasional, o que significa, que nesta tipologia de observação as inferências devem ser escritas separadamente das observações para garantir que os factos observados não são influenciados pelas inferências do observador.

A aula de dia 3 de fevereiro foi lecionada, exceccionalmente, pela Doutora Paula Montez, da EAPN - *European Anti Poverty Network*-, isto é, a Rede Europeia Anti Pobreza com a presença da professora Elisabete Casimiro, a diretora de turma e professora da Unidade Curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Nesta aula, os alunos começaram a debater um tema novo: a Interculturalidade. A Doutora Paula Montez falou de um projeto que tem em mãos que se denomina: “Crescer na Cidadania”. A ação deste passava pelas diferenças culturais. A aula consistia na leitura de um livro, em que cada aluno lia um pouco, e no fim a Dr.ª explicava cada frase do livro. No fim, formaram-se grupos, de forma aleatória, e os alunos teriam de escrever, em conjunto, uma frase positiva sobre o racismo.

Foram seleccionados 3 alunos: dois do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades entre os 10 e os 11 anos de idade.

De forma a manter o anonimato, associa-se uma letra ao seu nome. Portanto, a criança do sexo feminino denomina-se “M”; um dos de sexo masculino é o “A”; e por fim, a outra criança do sexo masculino designa-se “J”.

De seguida, estão as observações da aula e ao lado as respetivas inferências (nota: a letra “D” corresponde à Dr.ª Paula Montez):

Observações	Inferências
M está sentada ao lado de J	
A está noutra mesa	
D chama a atenção dos alunos	
M observa D	Mostra interesse
J observa D	Revela-se interessado
A observa D	Mostra o seu interesse

D questiona os alunos sobre o significado de “Interculturalidade”; A e J colocam o braço no ar para responder.	Os dois alunos revelam interesse em demonstrar os seus conhecimentos.
J responde à pergunta de D sobre a “Interculturalidade”	Bastante participativo
Durante a aula todos os alunos leem um excerto do livro “Racismo e Intolerância” de Louise Spilsbury.	
J escreve no seu caderno	Tira apontamentos sobre o que ouve
D explica o racismo utilizando um exemplo relacionado com a etnia cigana	
A coloca o dedo no ar	
D permite que A dê a sua opinião	
A afirma: “Há pessoas que não são de etnia cigana e também são más.”	
D fala sobre o facto que há certas pessoas que julgam os outros	
Os três alunos observam atentamente o exemplo que a D identifica	
D transmite exemplos aos alunos sobre as várias religiões e as formas de vestir de algumas religiões	
A coloca o dedo no ar	
D não permite dar a sua opinião	
J lê parte do livro	
M lê excerto da história	
M e J conversam	
A observa D enquanto explica o significado de “preconceito”	
M escreve no caderno	
D esclarece algumas crenças sobre a etnia cigana	
J coloca o braço no ar para falar. Logo imediatamente baixa.	Educado, respeita e realiza as regras da sala de aula. Reticente com o que vai dizer
D aborda os Direitos Humanos	
A lê excerto do livro	
D relaciona os Direitos Humanos com aos Direitos das Crianças	
A continua a ler	
A depois de ler sussurra para o colega do lado	
Enquanto uma colega fala sobre “uma amiga que tem cor castanha”, A ri e	

diz para o colega do lado, enquanto move a cabeça para a esquerda e para a direita, “cor castanha, pfff”	
M brinca com um lápis	desatenta
D forma grupos	
M e J olham um para o outro e juntam-se no mesmo grupo	
A pergunta à professora “Posso sentar-me com eles? (aponta para as colegas de trás)	
A juntasse com os colegas que estão sentados atrás dele	
D entrega um cartão a cada grupo para escreverem, de forma consensual, uma frase positiva sobre o racismo e os refugiados	
Alunos olham para a D	atentos
M é a primeira a escrever num papel as ideias do grupo	Assume controlo
No grupo de M e J debatem, com os outros dois colegas, o significado de “raça”	
M afirma que a D já tinha explicado o conceito de “raça”	
J diz: “A “raça” como a D disse é igual “raça humana”	
M escreve as ideias dos outros colegas	
No grupo de A, há um colega que não percebe o que é para fazer e A explica a tarefa que têm para fazer	
A turma começa a falar sobre assuntos aleatórios	
M e A riem-se um para o outro	
A afirma que não quer ser o porta-voz do grupo	
A escreve opiniões dos colegas numa folha	
Um dos colegas de J pergunta “O que são refugiados” e este explica	
M pergunta no grupo quem quer ser o porta-voz do grupo.	
J voluntaria-se para ser o porta-voz	

M chama a professora e diz “A aula já acabou há 10 minutos”	
J diz “Podemos sair?”	
A entrega o cartão escrito a D	
A aula acabou 10 minutos depois da hora prevista. Depois, a professora pediu aos alunos selecionados que se dirigissem à observadora para esta entregar as autorizações aos seus encarregados de educação e explicar em que consistia as atividades do projeto.	

Apêndice V

Aula de Observação do 6º 3

Dia 4 fevereiro de 2020

A observação da aula do dia 4 de fevereiro (14h45-15h30) à turma do 5º 3 trata-se de uma observação ocasional, o que significa, que nesta tipologia de observação as inferências devem ser escritas separadamente das observações para garantir que os factos observados não são influenciados pelas inferências do observador.

A aula de dia 4 de fevereiro foi lecionada pela Professora Ana Raquel Vaz, a diretora de turma e professora de Cidadania e Desenvolvimento.

Na presente aula, os alunos fizeram uma revisão de um tema, lecionado anteriormente: Os Direitos Humanos. A aula começou com a realização de um brainstorming, de seguida visualizou-se um vídeo, alusivo ao tema mencionado. Depois, realizaram um brainstorming no quadro da sala de aula. Para finalizar, assistiram novamente a um vídeo e fez-se algumas perguntas às crianças.

Foram seleccionados 3 alunos: dois do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 11 e os 12 anos de idade.

Para manter o seu anonimato, associa-se uma letra ao seu nome. Logo, a criança do sexo feminino designa-se “S”; um dos de sexo masculino é o “T” e a outra criança do sexo masculino é o “L”.

De seguida, estão as observações da aula e ao lado as respetivas inferências (nota: a letra “P” corresponde às observações da Professora Ana Raquel Vaz, a letra “A” corresponde à fala de um colega e as letras “OP” pertencem à Observadora):

Observações	Inferências
P pede aos alunos que se sentem;	
P pede a S que vá ao quadro escrever as palavras que os seus colegas dizem para completar o <i>brainstorm</i> sobre os “Direitos Humanos”	
T é o primeiro a pôr o dedo no ar e diz “respeito”	
L põe dedo no ar	
Tiago coloca o dedo no ar e diz “liberdade”	

L coloca o dedo no ar e diz para P: “Eu sei! Deixe-me dizer!”.	
S escreve as palavras	
P permite que L responda	
T mantêm o dedo no ar	
L diz “ser feliz”	
P diz para L “(...) essa também é muito importante...”	
S escreveu uma palavra incorretamente	Alguma dificuldade na escrita
P corrige S	
L questiona a P: “Posso dizer outra?”.	
P responde: “Sim”.	
L indica: “Amor”.	
T copia para o caderno as palavras que estão no quadro	
L regista as palavras do <i>brainstorming</i>	
P: “Pronto, acho que já chega de palavras. S podes sentar-te.”	
S senta-se	
OP: “Agora, gostava que vocês me explicassem o que entendem por direitos?”	
L coloca o dedo no ar	
OP: “Podes dizer L”	
L afirma: “Eu acho que são coisas que podemos ter. Votar, por exemplo...”	Acaba a frase pensativo
P relembra os alunos: “Lembram-se daquilo que já falamos em História? No século XIX havia muito trabalho infantil.”	
T coloca o dedo no ar	
P: “Diz T”	
T: “O trabalho infantil era nas fábricas, não era?”	
P: “Exatamente!”	

Visualização de um vídeo	
L fala com o colega da frente	
T observa o vídeo	atento
L coloca-se de pé	Para ver melhor o vídeo
S observa o vídeo	
Fim da visualização do vídeo	
P: “Vamos falar sobre o vídeo. Quem é que quer começar? Mas ponham os dedos no ar”	
L coloca o dedo no ar	
P: “Diz L”	
L: “O Marco (criança do vídeo) podia receber mais dinheiro... ou não devia estar a trabalhar!”	
T mete o dedo no ar	
P: “Uma criança devia estar a trabalhar?”	
T: “Ó professora, eles sofriam racismo!”	
A: “O que significa racismo?”	
T: “É tipo assim: uma pessoa de pele escura se eu chegar lá e eu for lá chamar de preto e assim é racismo...”	
P: “O racismo não tem só a ver com a cor da pessoa!”	
L coloca o dedo no ar e diz:” Pessoas que sofrem de bullying também é racismo”	
P: “Agora eu pergunto: já alguém sofreu de preconceito?”	
S: “Eu nunca... nem na escola”	
Visualização de um vídeo	
L coloca-se de pé	

Os alunos observam o vídeo	Atentos
P: “Como veem também há preconceito entre os adultos! Às vezes o pai ganha mais e trabalha menos e a mãe ganha menos e trabalha mais que o pai.”	
T: “Ó professora, a minha mãe trabalha mais que o meu pai e ganha menos.”	
L olha para professora	
T fala com o colega da frente	
OP: “Vocês acham justo as duas crianças- do vídeo- terem trabalhado o mesmo e a menina receber menos gomas que o menino?”	
S acena a cabeça para a esquerda e para a direita	Indica que não
L coloca o braço no ar	
OP: “Podes dizer L”	
L: “Eu não acho justo porque se os meninos trabalharam os dois e trabalharam o mesmo, deviam receber igual...”	
P: “Exatamente!”	
S olha para a professora	

Apêndice VI

Transcrição da 1ª Sessão de *Focus Group* com os alunos da turma 5º4

O tema da primeira sessão é sobre os Direitos da Criança, sendo que o título da atividade é: “Atividade A: O que são os Direitos da Criança?”. Na presente sessão, as três crianças do 5º ano marcaram presença. A sessão foi executada no dia 17 de março de 2020. Iniciou-se pelas 14 horas e 45 minutos e terminou às 15h30.

Observadora (O)

Professora (P)

Aluno A (AA)

Aluna M (AM)

Aluno J (AJ)

coloca-se o vídeo

Observadora: Prestem atenção, por favor, para depois falarmos sobre o vídeo.

fim da observação vídeo

O: Já tinham visto este vídeo?

AT: Não, nunca...

O: E gostaram?

AA: Sim, gostámos! (encolhe os ombros)

O: Muito bem. **Pronto, agora, tendo em conta o que a Rita (personagem do vídeo) disse quem é que me sabe dizer o que são os direitos da criança?**

AA coloca o dedo no ar

AJ coloca o dedo no ar

O: Diz AA.

AA: Ah... Toda a gente deve ser tratada igual, apesar de ser diferente. Temos direito a ter comida limpa...

O: E tu, AJ podes dizer.

AJ: Bem, estes direitos, os direitos da criança, quer dizer que cada criança pode ser livre e fazer o que quiser, independentemente, de ser de outra raça ou de outra etnia. Por exemplo, todas as crianças devem ter comida boa e saudável, água limpa e direito de ir aos médicos e aos hospitais...

AA: E à Escola também...

O: Sim, muito bem. Ir à escola também é importante. E tu AM, o que tens a dizer?

AM: Pronto... hum... (pensativa) Toda a gente, pronto todas as crianças têm o direito à educação, a comida, à saúde, e que devemos aceitar os gostos de cada um e que não deve haver injustiças.

O: Então, vocês já enumeraram alguns direitos, daqueles que a Rita disse no vídeo, como a água limpa que ela falou que em muitos países isso não acontecia...

AA: A comida saudável...

O: Sim, a comida saudável também. **Vocês já conheciam esses direitos ou só tinham ouvido falar aqui no vídeo?**

AA: Já conhecíamos...

AJ: Sim, já conhecíamos.

P: E onde é que ouviram falar sobre eles?

AA: “*Eu foi*” nas notícias...

O: Nas notícias?

AA: Sim...

P: Não na Escola, por exemplo. Só nas notícias?

AJ: Também na Escola...

AM: Nas aulas de cidadania, por exemplo.

AJ: Sim, e até falámos nos direitos humanos.

O: Exatamente. Até falam noutros temas que acabam por abordar na mesma os direitos da criança na disciplina de cidadania. Como naquela aula que eu fui assistir vocês falaram do tema Interculturalidade, não foi?

AA: Sim...temos de acolher toda a gente apesar das raças, das religiões

O: E destes direitos que já ouviram nas notícias, na Escola também... Agora eu pergunto: **vocês acham que esses direitos são todos importantes ou há algum que consideram mais importante? O que é que vocês acham?**

AA: Para mim são todos importantes.

AM: São todos importantes...

AJ: Sim, são todos.

O: Porquê?

P: Peço desculpa interromper. Mas vocês acham que ter o direito a ter uma casa é mais importante que o direito a ter saúde, por exemplo?

AJ: Hum... (pensativo)

AA: Não!

AM: Não, não...

P: Não? Portanto para vocês o nível de importância é igual, é isso?

O: Mas porquê? Porque é que vocês acham isso?

AA: Porque nós devemos ter todos direito a comida saudável, a ir a médico, etc.

O: Portanto, vocês acham que todos esses direitos são importantes ao mesmo nível? Para todas as crianças?

AJ: Não há um mais elevado. São todos importantes.

AA: Sim, para todas as crianças porque devemos todos ser tratados de forma igual.

O: De forma igual... (pausa) independentemente, como vocês disseram antes, da raça...

AJ: Da etnia...

AM: Da crença...

O: Exato! Vocês cá na Escola até têm colegas que vieram de outro país. E vocês acolhem bem essas crianças?

AM: Por acaso a nossa turma não tem ninguém que veio de outro país...

AA: Só temos de etnia cigana...

O: Certo! **Então, a Rita falou no vídeo que havia alguém que cuidava, que protegiam os direitos da criança. Quem eram essas pessoas?**

AA: O governo e... (pausa)

O: E mais? Ela disse no vídeo.

AM: Não me lembro...

O: Pensem lá um bocadinho. A Rita disse que era o Governo e os pais.

AM: Ah sim!

AJ: Pois foi!

O: Vocês concordam ou acham que há mais alguém que protege os vossos direitos?

AA: Nós também podemos proteger esses direitos, não é?

O: Hum, hum.... Como?

AA: Apesar de sermos mais novos também podemos ajudar os nossos colegas.

O: Sim, muito bem!

AM: Também pode ser a família?

O: Claro que sim!

AM: Os avós, os tios...

O: E por exemplo, aqui na Escola? Não acham que o fazem também?

AM: Também podem ser os professores....

AJ: Sim. Praticamente todas as pessoas que gostam de nós e não querem fazer mal a esses direitos. Que não querem... (pausa) como é que eu digo?!

O: Que não querem quebrar...

AJ: Sim, que não querem quebrar esses direitos...

O: Muito bem. **E vocês concordam que essas pessoas é que o devem fazer ou...**

AJ: Concordamos!

AM: Eu concordo...

O: E porquê? **Porque é que acham que devem ser essas pessoas?**

AJ: Porque (pensativo)

AA: Porque eles são pessoas mais importantes...

AM: Porque são mais velhos, são adultos...

AA: Porque o governo é que, normalmente, governa... eles é que mandam

O: E os pais e a família?

AJ: Porque são pessoas próximas de nós...

O: E os professores?

AJ: No geral, eu acho que nós podemos confiar nessas pessoas e (pausa) e basicamente deixar que eles protejam esses direitos e não violar nenhum deles, por exemplo...

O: **Depois, a Rita explicava ao João que os Governos fizeram algo para salvaguardar esses direitos. O que foi?**

AJ: Fizeram uma espécie de promessa...

O: Muito bem...

AJ: Para prometer entre aspas que todas as crianças do mundo tinham que ter esses direitos obrigatoriamente

O: E como é que isso se chamava? Vocês lembram-se?

AA: Não (risos)

AM: Tinha um nome muito esquisito...

O: Então eu ajudo. Chamava-se Con...Ven...

AA: Convencional?

O: Não! Era a Convenção dos Direitos da Criança!

AJ: Ah pois era!

O: Portanto, este documento servia para salvaguardar ou proteger os direitos da criança. Basicamente, é um acordo, por escrito, que reúne esses direitos. Perceberam?

AJ: Sim...

AA: Sim.

O: **Se vocês tivessem de explicar o que era a Convenção a outro colega, o que diziam?**

AA: Então eu dizia que era um documento escrito para proteger os direitos da criança...

P: E tu, AJ?

AJ: Ah! É um documento que protege os direitos da criança e diz que todas as crianças do mundo devem ter esses direitos obrigatoriamente, mesmo que sejam de outra raça ou de outra etnia.

AM: Eu acho que é uma espécie de documento que... (pausa) como é que eu hei de explicar?!

O: Explica como tu sabes, com as tuas palavras.

AM: Diz que cada criança tem direitos aos seus direitos (pausa).

O: Hum, hum...

AM: Porque não é por ser de etnia diferente ou de cultura diferente que não possa ter os mesmos direitos que os outros.

O: Sim.

P: Muito bem.

O: Agora vou entregar-vos estas figuras e vocês têm que escrever...

AJ: Os direitos!

O: Não. Vocês sabem o que é uma chuva de ideias?

AA: Sim! Várias palavras sobre um tema...

O: Exato! **Então agora eu quero que vocês escrevam palavras associadas às necessidades das crianças, ou melhor, têm que escrever quais as necessidades principais das crianças. Sabem o que são necessidades?**

AA: Mas é relacionado com os direitos?

P: Olhem as necessidades é o que as crianças mais precisam! Escrevam o que vocês mais precisam.

AM: Está bem...

AA: Comida (sussurra)

AM: Podemos escrever na figura toda?

O: Sim, podem escrever na figura toda...

AA: Então, por exemplo, cada criança tem direito a ir ao médico. Ponho médico só?

O: Podes pôr, por exemplo, cuidados de saúde...

P: Isso é uma necessidade. Conseguem perceber a diferença? Estamos a falar de necessidades, coisas que são precisas.

O: Coisas indispensáveis à vida das crianças.

AM: São quantas palavras?

O: As que vossas quiserem... o que acharem necessário.

crianças escrevem

AJ: Já fiz!

O: Só isto AJ? Pensa lá em mais coisas. Pensa naquilo que a Rita falou.

AM: Posso pôr gostos? (sussurra)

O: AM, queres dizer liberdade de expressão?

AM: Sim, dizer a nossa opinião...

O: Já está?

AA: Só mais um bocadinho que eu estou a pensar em mais.

AM: Eu também queria escrever mais.

1 minuto depois

O: Vá, vamos começar que estamos a ficar sem tempo. Começa tu AJ.

AJ: Direito a água limpa, a comida saudável, direito a ir ao médico, de ir à Escola, de uma casa para viver e direito a família e etc...

O: Porque é que achas que esses são essenciais?

AJ: Porque são os que eu achei mais importantes para viver (pausa)... para as crianças viverem bem...

O: Vocês concordam com o que o AJ disse?

AA: Sim, eu concordo

O: Tudo o que o AJ disse é importante?

AM: Sim...

AA: Para mim sim...

O: Muito bem. Agora, diz-me o que escreveste AA.

AA: Direito à comida, a um médico, a manuais escolares, justiça, cultura, Escola, etnias, casa, amor, respeito, roupa e água limpa.

O: Porque é que meteste etnias e manuais?

AA: Porque apesar das etnias diferentes devemos ter direito às mesmas coisas...

O: Certo! E os manuais?

AA: Os manuais é porque toda a gente deve ter sempre manuais na Escola.

O: Então, com o que acabaste dizer já estás a pensar que todas as crianças devem ir à Escola?

AA: Sim.

AJ: Eu também acho.

O: Então para ti, ir à Escola é tão importante como ter os manuais, é isso?

AJ: Sim... Porque quando estamos na Escola também precisamos do material escolar. É uma coisa que é precisa.

O: Muito bem. E tu AM, conta-me o que escreveste.

AM: Toda a gente tem o direito a ter água limpa, saúde, comida, justiça, respeito, opinião, casa/habitação, culturas diferentes, gostos diferentes. Todas as crianças têm o direito a ter educação e uma família

O: Escreveste uma família. Porquê?

AM: Hum... (pensativa). Porque nós sem família eramos mais tristes, acho eu...

O: Vocês concordam com o que a AM disse? Ou querem acrescentar alguma coisa?

AA: Não (não quer acrescentar).

O: Eu quero fazer-te uma pergunta AM: porque é que meteste opinião?

AM: Porque eu acho que todas as crianças têm direito a liberdade de expressão, ou seja, toda a gente tem o direito a...

AJ: (interrompe AM) Direito a dizer o que pensa.

O: Certo.

P: Desculpe interromper. Mas AM, achas que isso é um direito ou uma necessidade? Uma criança tem necessidade de ter opinião tal como um adulto? É isso que queres dizer?

AM: Sim... (sussurra e abana a cabeça).

P: Para vocês perceberem, que é o que a Margarida está a tentar explicar, era que vocês escrevessem nas silhuetas necessidades, ou seja, coisas que são precisas, ou seja, necessárias a uma criança e não, pelo menos para já os seus direitos. Quer dizer, por inerência, uma necessidade de ir ao médico é porque tem o direito a saúde...

O: Ou seja, as necessidades acabam por se transformar em direitos...

P: Nós queremos saber se vocês entendem o que são necessidades, está bem?

O: Entretanto, eu também gostava de acrescentar algumas palavras às vossas. Por exemplo, eu coloquei: água potável, vocês também colocaram; a Rita, no vídeo, também falou de uma vida segura, que também é muito importante. Como vocês sabem, em muitas em guerra as crianças, que não têm culpa do que está a acontecer, acabam por sofrer com a guerra e vivem uma vida instável.

AA: Às vezes, as crianças também têm de sair dos países delas

AJ: Como os refugiados...

O: Exatamente! Outra coisa muito importante que eu pus: brincar! Vocês esqueceram-se desta.

AM: Quando a O me deu o boneco eu pensei em pôr, mas depois lembrei-me de outras coisas e esqueci-me.

O: Brincar é muito importante. Vocês concordam?

AA: Sim... (encolhe os ombros)

AJ: Sim.

O: Porquê?

AJ: Porque... (pausa) porque eu acho que as crianças podem jogar e brincar ao que quiserem, independentemente...

AM: (interrompe AJ) dos seus gostos...

AJ: Também...

AA: Por exemplo, eu também acho que não devemos excluir pessoas dos grupos, mesmo que não gostem das brincadeiras dos outros, pelo menos temos de respeitar o que os outros gostam...

O: Muito bem.

AA: Por exemplo umas pessoas gostam de uma roupa, outras não gostam, mas... na mesma devemos respeitar.

O: Exato. Lá por não gostarmos não significa...

AA: (interrompe O) que temos de gozar...

O: Eu também coloquei família.

AA: Eu não...

O: Não meteste porquê? Esqueceste-te?

AA: Sim

O: Mas concordas comigo?

AA: Sim. Eu não pus família, mas pus amor, acho que está ligado...

O: Claro! Coloquei vida saudável e ainda pus ter um nome. Eu acho que é muito importante. E vocês?

AJ: Eu concordo.

O: Ter um nome é um direito tão simples, mas é muito importante. Todas as crianças quando nascem devem ter um nome. Se não tivessem um nome como é que se chamavam, não é?!

AM: Pois, não nos chamavam nada (risos).

O: Agora gostava de vos perguntar e, consoante o que dissemos antes, que os governos, a família, os professores eram as pessoas que cuidavam dos direitos. **E agora queria saber se vocês acham que os vossos direitos estão a ser respeitados ou acham que em algum momento não foram respeitados?**

AA: Eu acho que, às vezes, alguns pais abandonam os seus filhos e não estão a fazer, entre aspas, o direito a ter uma família.

O: Achas então que quando os pais abandonam os filhos não estão a respeitar o direito a ter uma família e amor, é isso?

AA: Sim... (pausa) era o que eu queria dizer.

O: E tu, AM o que achas?

AM: Hum (pensativa).

O: Pensa lá se, por exemplo, cá na Escola ou em casa ou noutra sítio já viste alguém a desrespeitar o direito de outra pessoa ou se tu já sentiste isso na pele...

AM: A mim nunca, sempre me respeitaram... mas (pausa) já vi pessoas a separar pessoas de um grupo porque não gostam dos mesmos gostos.

AA: Às vezes, cá na Escola acontece isso...

O: Na Escola vocês já ouviram falar de bullying, certo?

AA: Sim.

AJ: E de *cyberbullying*...

O: Pronto, então isso é uma forma de desrespeitar o direito de um colega. E tu, AJ?

AJ: Eu também acho que já vi alguém cá na Escola a excluir alguém do grupo...

O: E já sentiste isso na pele?

AJ: Hum... (pausa) sim.

O: Então, porquê?

AJ: Por eu gostar de música pimba a minha turma gozava comigo.

AA e AM começam a dar gargalhadas

O: Olhem qual é o mal?

AA: Não tem mal, eu só gosto de ouvir outras coisas.

AJ: Eu disse que gostava do Quim Barreiros e eles gozaram comigo

AM: Pois, porque ele (AJ) estava numa aula a cantar e riram-se dele

O: E como é que te sentiste AJ?

AJ: Oh, senti-me discriminado... deixaram-me posto de parte só porque eu gostava do Quim Barreiros.

AA: Só porque ele gostava de outro tipo de música... mas depois essas pessoas que gozaram com ele também gostam.

O: Então e o que podemos fazer para ajudar...

AM: Devemos ajudar.

AA: Ou dizer a um adulto...

O: E tu, AJ?

AJ: Eu concordo. Devemos dizer aos nossos pais ou a outro adulto, como os professores para avisar do que é que as outras pessoas estão a fazer.

O: Muito bem. P quer acrescentar alguma coisa?

P: Eu só gostava de saber se eles realmente perceberam que as necessidades das crianças acabam por ser os direitos que as crianças têm, não é?

AA: Está tudo relacionado...

P: Escolham agora uma palavra daquelas que vocês escreveram. A que vocês acham que é a mais importante.

AJ: Eu já escolhi!

AM: Eu também já sei qual é!

P: Então, começa tu AM.

AM: Água limpa porque, a comida também é muito importante, mas nós conseguimos aguentar mais tempo sem comer. Enquanto que, se nós não bebermos água, podemos sempre ficar doentes ou morrer...

P: E a água limpa é precisa para tudo: para cozinhar, necessidades de higiene...

AA: Também tenho a que a AM disse, mas eu escolhi outra. Eu escolhi ter roupa...

P: Para ti é importante ter roupa, é isso?

O: Porquê?

AA: Sim, porque se apanharmos frio podemos ter doenças graves ou se apanharmos muito sol podemos queimar a pele. E porque também não podemos andar sem roupa...

O: E tu, AJ?

AJ: Eu escolhi o direito a ter uma família. Porque eu acho que devemos ter sempre um pai e uma mãe. Eu acho que as crianças não deviam ficar e centros de... (pausa).

P: De acolhimento?

AJ: Sim.

P: Mas podem ser dois pais ou duas mães não pode?

AJ: Sim, pode!

P: Precisam é de ter uma família, não é?

AJ: Sim, é muito importante para mim.

O: Muito bem! Visto que já passou da hora vou só resumir algo que eu quero que fique na vossa memória: um direito é um privilégio que nós podemos e devemos ter. É algo muito importante e indispensável! Os direitos humanos, vocês já ouviram falar, certo?

AJ: Sim.

AA: Sim, na aula de Cidadania.

O: Isso mesmo. Pronto, os direitos humanos são um bocadinho diferentes dos direitos da criança, porque os direitos da criança são mais específicos, tendo em conta que as crianças têm necessidades diferentes dos adultos...

P: Peço desculpa interromper O. E porquê meninos?

AA: Porque quando somos crianças devemos ter mais direitos.

P: Porque vocês são mais frágeis, são mais dependentes dos adultos...

O: Continuando o que eu estava a dizer, a Convenção, como falámos anteriormente, é um conjunto desses direitos por escrito. Quando um país adota a Convenção transforma esses direitos em leis que não devem ser violadas ou quebrados. Entenderam?

AJ: Sim.

AA: Sim.

crianças arrumam o material escolar

AJ: Para a próxima sessão é o mesmo tema?

O: É o mesmo tema, mas vamos fazer atividades diferentes. Gostaram?

AA: Sim...

P: Vocês não acham que estes temas são importantes?

AJ: Sim, eu gosto de falar sobre estas coisas... assim sabemos quais os direitos que as crianças têm.

Fim do áudio da sessão

Transcrição da 2ª Sessão de *Focus Group* dos alunos da turma do 6º ano

A segunda sessão denominada “Atividade B: Direitos, Desejos e Deveres” começou às 14 horas e 45 minutos e terminou às 15 horas e 30 minutos, no dia 18 de fevereiro de 2020.

Nesta sessão o aluno L, por motivos pessoais, não esteve presente. A professora também não pôde comparecer. Deste modo, os integrantes desta sessão foram: a observadora (O), a aluna S (AS) e o aluno T (AT).

A transcrição da sessão é a seguinte:

Início da Gravação Áudio

O: Estão bem dispostos?

AT: Sim.

AS: Sim.

O: Vamos começar?

AT: Sim.

O: Então vamos lá começar. **Lembram-se do que falámos na última sessão?**

AT: Sim. Estivemos a ver um vídeo sobre um rapaz e uma rapariga, ou seja, eles eram irmãos e estavam a falar dos direitos humanos...

O: (interrompe AT) direito quê?

AT: Ai! Os direitos da criança! Enganei-me!

O: Ah! Pronto! Muito bem!

AT: E nós dissemos aqui alguns, estivemos a falar sobre eles...

O: Certo. Concordas AS? Queres acrescentar alguma coisa?

AS: Concordo. É isso que o AT disse...

O: **E estivemos também a falar sobre a importância dos direitos da criança na vida das crianças. Querem explicar-me a importância?**

AT: São importantes porque assim as crianças vivem bem.

AS: Serve para terem uma vida boa...

O: Certo. Então, hoje, queria começar por ler este livro da autora Luísa Ducla Soares. Já conhecem o livro?

AS: Não...

O: Cada um de vocês lê um bocadinho do livro que vou projetar. Ah! É verdade! Lembram-se a semana passada termos falado da Convenção?

AT: Sim.

AS: Sim.

O: Então e era o quê (a Convenção dos Direitos da Criança)?

AT: Era basicamente um documento com os direitos da criança escritos.

O: Muito bem! Concordas AS?

AS: Sim!

O: Como eu disse na sessão anterior, a Convenção tem 54 artigos, mas para ser mais fácil a sua compreensão há autores que colocam apenas os principais. Esta autora colocou 13 direitos.

coloca-se um livro em formato digital

O: Quem é que quer começar a ler?

AT: Eu!

O: Então, lê o primeiro.

AT: (lê) “Todas as crianças têm os mesmos direitos”.

O: O que é que esta frase significa?

AT: Significa que todas as crianças têm os mesmos direitos, ou seja, têm direito a ir à escola, têm direito a ter higiene, têm direito a comer...

O: Certo! Todos de forma igual?

AT: Sim, claro!

O: Concordas AS?

AS: Sim!

O: Lê agora tu o próximo AS.

AS: “Sempre que possível as crianças devem viver com a sua família”.

O: Quem é que me explica esta frase?

AS: Se as crianças estiverem com a sua família estão protegidos, estão felizes...

O: Isso mesmo. As famílias são os primeiros responsáveis pelas crianças e se a família não conseguir cuidar da criança, o que é que acontece?

AT: Eu acho que assim a criança vive mal...

O: A família tem e deve pedir ajuda ao Governo que é quem vai auxiliar as famílias.

AT, lê o próximo

AT: “Todas as crianças têm direito a uma identidade, a um nome e a uma nacionalidade”.

O: Muito bem. Concordam?

AT: Eu acho que todas as crianças têm direito a ter um nome...

O: (interrompe AT) Porquê?

AT: Porque...(pausa) para identificar a pessoa!

O: Exatamente! Imaginemos alguém que não tem nome, não se chama “nada”?

AT: Pois... e também deve ter o nome no cartão de cidadão.

O: Exatamente! Os pais quando a criança nasce têm que, obrigatoriamente, registar a criança para ser identificada, como disse o AT, para saberem da sua existência e para que esta tenha direitos.

AT: E todas as crianças têm direito a ter uma nacionalidade porque (pausa)...

O: Porque pertencem a um país, não é?

AT: Sim. Se nasceram naquele país têm de ter a sua nacionalidade.

O: Sim. Vamos ler o próximo AS.

AS: “Todas as crianças têm o direito a crescer com saúde”.

O: Também falámos neste na aula anterior, certo? Sem saúde o que é que acontece?

AT: Podemos morrer ou ficar doentes!

O: Sim, as crianças têm o direito de ter cuidados de saúde. As crianças devem crescer de forma saudável. Lê o próximo AT.

AT: “Todas as crianças têm direito à educação”.

O: Já falámos nisso, não já?

AT: Sim. Todas as crianças têm o direito e obrigação de ir à escola.

O: Mas há muitas crianças que não podem ir...

AT: Pois, porque os pais querem que elas trabalhem...

AS: Sim, porque são pobres ou não têm condições para viver.

O: Vamos ler o próximo.

AS: “As crianças têm o direito de brincar”.

O: As crianças não podem só estudar, também têm...

AT: (interrompe O) porque as crianças têm que conviver com os outros, para conhecer mais pessoas...

AS: E se fosse só para estudar, nós não tínhamos infância...

O: Ou seja, vocês têm que fazer aquilo que gostam...

AS: Mas também não pode ser só brincar, também temos que estudar...

O: Sim, já vamos falar melhor sobre isso. AT lê o seguinte.

AT: “As crianças deficientes têm os mesmos direitos que as outras”.

O: Quem é que me quer explicar?

AT: Às vezes, as crianças (pausa) normais, pronto, gozam com as crianças deficientes e isso é racismo...

O: (interrompe AT) Discriminação!

AT: Pronto, discriminação! E então, todos têm os mesmos direitos, independentemente, de serem deficientes, ou de raças diferentes. Pronto, nós temos os mesmos direitos e devemos ajudar essas crianças e ...

O: Dar apoio é isso?

AT: Sim! E conviver com elas... como se fossem pessoas normais...

O: Como se fossem? São pessoas normais só com uma condição física ou mental diferente. Vocês conhecem algum colega com alguma deficiência?

AS: De cadeira de rodas não...

AT: Nós só temos um menino cá na escola com uma deficiência mental.

O: Vocês consideram que são meninos normais só que com uma condição física ou mental um bocadinho diferente da vossa, certo?

AS: Sim!

AT: Eu também acho!

O: Vamos ler o próximo!

AS: “As crianças têm o direito à vida privada”.

O: E este?! Vocês já conheciam este direito?

AS: Não...

AT: Hum... (pensativo) eu não.

O: O que é que vocês acham que isto significa?

AS: Quer dizer que... (suspira) se eu estiver a escrever alguma coisa, num caderno ou num diário ou assim as pessoas não precisam de me obrigar a mostrar.

O: É isso mesmo! Muito bem AS! É um excelente exemplo! Vocês têm direito à vossa privacidade, mas de vez em quando os pais devem vigiar para que nada de mal vos aconteça! Agora és tu a ler AT.

AT: “As crianças têm o direito a dar a sua opinião sobre os assuntos que lhes dizem respeito”.

O: Também já falámos disso.

AT: Liberdade de expressão!

O: É isso mesmo! Mas não se esqueçam que a liberdade de expressão tem um limite: devemos respeitar sempre os outros. Podemos dizer o que pensamos, mas com respeito. Vocês acham que é importante a liberdade de expressão ou acham que é algo só para os adultos?

AT: Não! É para todos! E também se queremos respeito temos de respeitar os outros.

O: Muito bem AT! Isso é muito importante! E agora é a tua vez AS de ler.

AS: “As crianças devem ser protegidas de todas as formas de violência”.

O: Quem me explica?

AT: Eu! Por exemplo, na Síria as crianças também assistem à guerra.

O: O que achas AS?

AS: Hum.... (pensativa) eu acho que as crianças não podem viver com violência porque assim não são felizes.

O: É isso mesmo AS. A violência nunca deve ser um método a que devemos recorrer, muito menos em crianças porque são seres mais indefesos e frágeis. Próximo a ler.

AT: “As crianças não podem ser exploradas”.

O: Está também relacionado com a questão do trabalho infantil. AT, o que achas?

AT: As crianças não podem andar a trabalhar... têm de ir à escola para aprender a ler e a escrever.

O: Mas atenção! O explorar não é ajudar o pai e a mãe a pôr a mesa.

AT: Sim, isso é um trabalho bom. Nós devemos ajudar os pais.

O: Estamos quase a terminar o livro. Quem lê o próximo?

AS: Eu!

O: Força!

AS: “As crianças têm o direito à sua justiça adequada à sua idade”.

O: O que é que vocês acham que isto quer dizer?

AS: Hum... não sei.

O: Eu vou explicar: então é assim, imaginemos uma criança que rouba alguma coisa, quando é julgada em tribunal, visto que é uma criança, pelo menos até aos 16 anos, não pode ser julgada como se fosse um adulto. Deve ser julgada como criança que é. Cometeu um crime, não é correto, vocês sabem disso, mas tem que...

AT (interrompe O): Mas não pode ir presa!

O: Não é presa, mas tem outros agravantes, outras condicionantes, ok?

AT: Pode ser tirada aos pais e ir para um instituto...

O: Instituição!

AT: Isso!

O: Mas nem sempre isso acontece! Poder ler a última AT.

AT: “As crianças não podem ser soldados”.

O: Já falamos sobre isto.

AT: Porque as crianças não podem ir à guerra!

AS: Pois não... não é saudável!

fim da leitura do livro em formato digital

O: Não é ambiente para uma criança! Agora, quero saber: já falámos de direitos e eu já percebi que vocês sabem o que são direitos, **mas eu quero saber se vocês sabem o que são deveres.**

AT: Os deveres são coisas que nós devemos cumprir.

O: Certo! E tu AS, o que achas?

AS: Os deveres é... (pausa) hum... os deveres são coisas que nós temos obrigação de cumprir, de fazer, pronto...

O: É isso mesmo! Então, o dever, segundo o que vocês dizem, é uma obrigação e algo que devemos cumprir, é isso?

AT: Sim! Tipo fazer os trabalhos de casa.

O: Muito bem! O AT já me deu um exemplo e tu AS, queres dar um exemplo?

AS: Por exemplo, fazer a cama!

O: Boa! **Então, e o que é que vocês acham que são os desejos?**

AT: São coisas que nós queremos muito que aconteçam...

O: Queres dizer mais alguma coisa AT?

AT: Não, eu já acabei.

O: Pronto. E tu AS, o que achas que são desejos?

AS: Desejos é eu querer aquela coisa e estar sempre a pensar...

O: Portanto, um desejo pode ser considerado uma vontade. Vontade de ter certas coisas ou ser determinada coisa que ambicionamos muito. É isso?

AT: Sim!

O: Então, agora vou vos dar uns cartões...

AT: Ah já sei!

O: Estes cartões são deveres, direitos e desejos. Vocês, em conjunto, têm de decidir onde colocar cada cartão: nos desejos, nos deveres ou nos direitos. No fim, porque

já estamos apertados com o tempo, colocam na tabela as frases desses cartões, no local que acham correto. Pode ser?

AT: Está bem.

AS: Então agora podemos só fazer os conjuntos aqui na mesa e depois no fim cada um pode escrever os direitos todos ou os deveres todos?

O: Sim, pode ser! Até é mais prático. Vá, agora quero que vocês decidam onde colocar os cartões.

crianças organizam os cartões e falam entre si

AS: Então fazemos assim: pomos deste lado os direitos, aqui ao meio metemos os desejos e ao lado metemos os deveres.

AT: Sim, pode ser.

cada aluno coloca cada cartão nos três conjuntos

O: Vocês têm de falar.

AT: AS, este é água potável.

AS: Então pomos aqui (colocam nos direitos).

O: Este conjunto é o qual?

AT: É dos direitos!

O: Vou dar-vos uma dica: as crianças têm sempre mais direitos do que deveres. Sempre!

AS: Ok.

AT: (Lê o cartão direcionado para O) “Manter limpo e preservar os espaços”, coloco a onde?

O: Não é comigo que tens de falar. Tens de falar com a AS.

AT: É um dever AS, não é?

AS: Para mim sim! E este aqui?

AT: “Ar puro”? Eu acho que é um direito.

AS: Então pomos aqui nos direitos.

AT: Já está?

AS: Por mim sim.

crianças terminam a organização dos cartões

O: **Então, agora quero que vocês me expliquem porque escolheram determinado cartão para determinado conjunto. Quem quer começar?**

AT: Eu!

O: Então fala-me dos cartões que estão nos direitos. O primeiro é “Brincar”.

AT: O cartão “Brincar” porque é um direito das crianças. Porque as crianças devem conviver com as outras e fazer amigos.

O: Certo! AS diz o próximo.

AS: “Alimentação Saudável e Nutritiva”. Nós colocámos este nos direitos porque nós precisamos de comer bem. Precisamos de comida... (pausa) pronto eu vou dizer comida saudável para crescermos fortes.

O: Ok. Agora o próximo cartão dos direitos.

AT: “Educação”. Toda a gente deve ter direito a ir à escola. Toda a gente deve ter o direito a ser educado e toda a gente deve aprender a ler e a escrever.

O: Muito bem! AS lê o próximo.

AS: “Oportunidade para partilhar as suas opiniões”. Isto significa dar a nossa opinião, não é?

O: É a liberdade de expressão! Vocês já falaram nisto, não já?

AS: Sim!

O: A liberdade de expressão é um direito fundamental porque assim podemos partilhar as nossas ideias. Só a palavra liberdade já é um direito.

AT: Eu concordo...

O: AT, é a tua vez.

AT: “Quarto individual”. Toda a gente tem direito a ter um espaço só para ela...

O: Porquê?

AT: Hum... (pausa) porque assim... (pensativo) pronto para não dormirmos todos na mesma cama e assim...

O: O que é que falámos mesmo há uns minutos?

Silêncio

O: Eu falei que cada criança precisava do quê?

AT: Hum... (pensativo)

AS: Privacidade!

AT: Ah! Privacidade!

O: Exatamente! Portanto, eu achei que vocês se iam baralhar um bocadinho quando vissem este direito, mas não, colocaram muito bem do lado dos direitos! Muito bem AS e muito bem AT! Quem me explica o próximo?

AS: “Água Potável”. Precisamos de água potável para tomar banho, para lavar os dentes...

O: Então, a água potável é precisa para tudo, não é?

AS: Sim!

O: Serve para cozinhar também, lavar legumes...

AT: (interrompe) Para beber! Se tiver suja podemos ficar doentes ou morrer.

O: Exatamente! A água potável é indispensável a uma vida saudável. AT é a tua vez.

AT: "Proteção contra o abuso e negligência".

O: Consegues explicar?

AT: Sim... toda a gente deve ter proteção, principalmente da família.

O: Muito bem. Vocês precisam de cuidados da família e não de negligência. Vocês sabem o que é negligência?

AT: Não...

AS: Eu também não...

O: Então, de uma forma que vocês percebam e sem palavras complicadas, negligência é uma forma de mau trato, ou seja, de violência: Acontece basicamente quando os pais ou a família não cuida da criança. Não cuida da criança como esta merece. Não lhe dá os cuidados necessários... (pausa) basicamente é a falta de cuidados.

AT: Pois, eu uma vez vi uma notícia que uns pais tinham abandonado o filho na rua...

O: O abandono também é uma forma de negligência! É algo muito grave! Vamos continuar. AS lê.

AS: "Cuidados de Saúde". É um direito... é estarmos doentes e termos o direito de ir ao médico para nos dar remédios ou tratar de alguma ferida. Pronto... (pausa) é sermos cuidados.

O: É isso mesmo! Ter acesso a cuidados de saúde é muito importante para mantermos uma vida saudável. Sem doenças, sem...

AT: (interrompe O) sem andarmos constipados....

O: Sim. Vamos continuar. AT é a tua vez.

AT: "Casa digna". Toda a gente tem direito a ter... (pausa) a não viver na rua. Pronto, toda a gente tem direito a ter uma habitação.

O: Principalmente as crianças, certo?

AT: Sim! Ninguém merece crescer na rua!

O: Isso mesmo. Por isto, é que algumas crianças que não vivem numa casa em condições, ou seja, limpa, com espaços limpos e adequados para as crianças viverem, acabam por ir viver para instituições de acolhimento e...

AT: (interrompe O) Pois, para não viver na rua, não é?

O: Claro que não! AS podes ler.

AS: “Oportunidade para exercer a própria cultura, língua e religião”.

O: Acham que este direito está associado à liberdade de expressão?

AT: Sim! Porque se tivermos liberdade de expressão podemos exercer a nossa cultura, a nossa religião...

O: É isso mesmo! Concordas AS?

AS: Sim!

O: Já sabem: da mesma forma que gostamos de ter a oportunidade para exercer a nossa cultura também temos de respeitar os outros quando exercem a cultura ou a língua deles. Certo?

AT: Sim, temos que respeitamos os outros.

O: Vamos prosseguir.

AT: “Comportamento justo e não discriminativo”. Significa... ter o direito a não ser discriminado...

O: Certo!

AT: (pausa) ...à não discriminação porque toda a gente merece um bom tratamento... (pausa) que aceitem da forma como são, independentemente, de ser de outra raça, ou de outra nacionalidade e assim... e toda a gente merece ter os mesmos direitos.

O: Isso mesmo! Deixa-me só dizer-te: (pausa) nós pertencemos todos à mesma raça, ok? Somos todos da raça humana. Podemos dizer é, por exemplo, todos merecem os mesmos direitos, independentemente, do género, da cor da pele, da língua, da religião, etc. Perceberam?

AS: Sim!

AT: Sim, sim!

O: Quem lê o próximo?

AS: “Ar puro”. Porque para respirar temos de ter ar... (pausa)

O: Olha como está na imagem. Explica lá segundo a imagem.

AS: Então, não é igual nós termos ar (pausa) pronto, o ar limpo....

O: (interrompe AS) Não é igual ao ar poluído, é isso que queres dizer?

AS: Sim!

O: Eu percebi. É isso mesmo AS. Para termos uns pulmões saudáveis temos o direito de respirar ar puro e não o poluído das fábricas, por exemplo, como está representado na imagem. Vamos agora para o próximo conjunto que são os....

AS: São os desejos!

O: Quem é que começa?

AS: “Televisão”. É um desejo porque para sobreviver, para sermos saudáveis e para sermos felizes não precisamos de televisão.

O: Gostei da tua justificação. AT, concordas?

AT: Sim, eu penso igual.

O: Qual é o próximo desejo AT?

AT: “Bicicleta”. Há crianças que não têm bicicleta e desejam ter uma...

O: Como tu?

AT: Não, eu tenho uma!

O: Ah! Tu tens uma...

AT: E... pronto, acho que é só isto.

O: Mas vocês não acham que ter uma bicicleta também é saudável?

AS: Sim, mas...

AT: É saudável é para fazer exercício físico e faz bem ao coração!

O: A AS ia dizer um, “mas” ...

AS: É verdade o que o AT disse, mas não é um direito....

AT: Pois não...

AS: Porque nós para sermos saudáveis ou para fazermos exercício físico, não precisamos de uma bicicleta ou de uns patins. Podemos muito bem andar ou dar uma corrida.

O: Muito bem! É isso mesmo. Já vamos falar melhor sobre isto. Próximo desejo.

AS: “Roupa da moda” é um desejo porque não importa ser da moda. O que importa é andarmos vestidos!

O: Concordo! Andar vestido pode ser um direito, mas ter roupa da moda já é uma futilidade, certo?

AT: Sim!

O: O próximo desejo.

AT: “Respeitar os outros e as suas diferenças” (sussurra a palavra “diferenças”).

AS: Esse não é aí!

AT: Pois não...

O: Vocês não falaram deste e acabaram por colocar o cartão no local errado. Também estava a estranhar vocês terem colocado este nos desejos.

AT: Este cartão é nos deveres!

AS: Sim! É um dever respeitar! Somos todos diferentes, mas todos iguais e merecemos ser tratados de forma igual.

O: Sim... (pausa) ou pelo menos serem tratados de forma adequada às vossas diferenças, não é?! Passa para o próximo!

AT: “Viagens de férias”. É um desejo porque às vezes estamos sem fazer nada e desejamos ir tanto para um sítio. Por exemplo, no Verão ir para a praia.

AS: Para termos férias não é preciso viajarmos para outro sítio.

O: Não é uma necessidade básica, é isso?

AS: Pois não...

O: Próximo desejo.

AS: “Refeições de *fastfood*”. Porque para sobrevivermos não precisamos de comer estas comidas. Basta comermos de forma saudável.

AT: Mas também é bom... ninguém consegue resistir! (risos)

O: Mas não é saudável nem é um bem essencial, pois não?

AT: Não...

O: Agora para terminar os desejos a AS lê dois e tu AT lê os últimos dois.

AT: “Telemóvel” e “Computador portátil”. Fazem parte dos desejos porque... (respira fundo) bem, o telemóvel não faz falta nenhuma, mas às vezes é preciso quando temos alguma emergência, por exemplo, para ligar aos pais. E o computador não é preciso porque os nossos antepassados também não usavam....

O: Então e para fazer trabalhos da escola no computador, como é que fazes?

AT: Então... podemos sempre fazer aqui nos da biblioteca!

O: É uma ótima opção! Queres dizer alguma coisa AS?

AS: Sim. Concordo com o AT disse e também quero dizer que antes as pessoas usavam mais aquelas cabines telefónicas, ou seja, se antes as pessoas conseguiam ligar a alguém nessas cabines agora também se podia fazer isso...

O: Então, o que tu queres dizer é que antes não havia tantas tecnologias e as pessoas conseguiam ligar na mesma. É isso?

AS: Sim, porque há pessoas que não têm e não morrem por isso!

O: Muito bem! AS lê os últimos.

AS: “Dinheiro para gastar como quiser”. Os nossos pais dão-nos dinheiro para o que mais precisamos. Isso devia chegar.

AT: Pois, porque às vezes há meninos que gastam em coisas como gomas e assim...

O: Em bens desnecessários, é isso?

AT: Sim!

O: Agora vamos passar para o conjunto dos deveres. Quem é que me quer explicar?

AS: "Respeitar os professores, os auxiliares e os colegas". (pausa) É um dever!

AT: Todos devemos respeitar os professores... e todos na escola.

AS: Se queremos respeito também temos de saber dar respeito.

O: É isso mesmo AS. Lê o próximo AS.

AS: "Frequentar a escola e cumprir as tarefas escolares." O AT estava a dizer que era um direito, e eu também concordo, mas também acho que é um dever porque eu posso ter o direito de ir à escola e não ir. Por isso, já que temos esse direito temos de ir.

AT: Exato!

O: Muito bem pensado. Então o que vocês querem dizer é que ter acesso à educação é um direito, mas já que o têm, têm o dever de o cumprir e fazer, por exemplo, os trabalhos de casa. É isso?

AS: Sim! O próximo é "Manter limpo e preservar os espaços".

AT: Devemos deixar limpos os espaços para não poluir o meio ambiente.

O: Muito bem! Até porque se encontrámos um espaço limpo é nossa obrigação deixá-lo limpo também!

AS: Sim...

AT: Posso ler os últimos?

O: Sim!

AT: "Respeitar os outros e as suas diferenças". É um dever porque, por exemplo, como falámos há bocado: devemos tratar uma criança deficiente como se fosse, e é igual a nós. Temos de respeitar também as pessoas que vêm de fora, pronto de diferentes países porque são pessoas iguais a nós.

O: Concordas AS?

AS: Sim!

O: Lê AT.

AT: "Respeitar os pais/encarregados de educação", ou seja, é um dever nosso cumprir as regras dos pais e respeitá-los... (pausa) porque se respeitarmos os pais, eles também nos respeitam.

O: E porque são pessoas...

AS: (interrompe O) e não andam sempre zangados e assim...

O: Portanto, os pais são as pessoas que mais gostam de vocês e devem-lhes respeito, é isso?

AT: Exatamente! O último é “Proteger o meio ambiente”. Então não devemos deitar lixo para chão... temos de ajudar o planeta! Porque se o planeta ficar muito poluído, como já está um bocadinho agora...

O: (interrompe AT) Porque se o ambiente tiver poluído não conseguimos ter o quê?

AS: Ar puro!

O: ... que é um direito!

AT: Pois, por causa das chaminés das fábricas!

AS: E por exemplo, se não nos fizer mal a nós, faz mal aos animais e depois nós comemos os animais e depois acabamos por ficar doentes...

O: É isso mesmo AS. Então agora vamos avançar porque estamos a ficar sem tempo. Só vos quero dizer que vocês tiveram espetaculares neste exercício. Muito bem! Estou impressionada, devo confessar. Agora vamos falar um bocadinho. **Primeiro quero saber se acharam fácil chegarem a um consenso.** Sabem o que é chegar a um consenso?

AT: Sim...

AS: É a uma conclusão...

O: Sim, é mais chegar a um acordo.

AT: Eu achei...(pausa) fácil. Sim, foi fácil!

AS: Eu também achei.

O: Vocês também têm opiniões bastante semelhantes...

AT: Sim, exatamente!

AS: E também porque nós como somos crianças devemos saber estas coisas... pronto ou ter uma ideia....

AT: Mas também se nós não soubermos (pausa) pronto não sabemos (risos).

AS: Se nós não soubermos também não há mal, mas eu acho que devíamos ter uma ideia porque assim...

AT: (interrompe AS) estamos informados!

O: Muito bem! É isso mesmo. **Queria agora que vocês me explicassem, pelas vossas palavras, a diferença entre direitos e desejos.**

AT: Posso dizer?

O: Sim.

AT: Então, direitos são tipo liberdades que nós temos e os desejos são coisas que nós desejamos e que queremos muito. É uma vontade!

AS: Direitos é o que nós temos de ter e os desejos é uma coisa que nós queremos, mas não precisamos assim tanto!

O: Muito bem. **E agora queria que vocês me dissessem um ou dois exemplos de comportamentos do vosso dia a dia que demonstrem uma ação dos deveres e dos direitos.** Vá, quero dois exemplos para os direitos e outros dois para os deveres.

AT: Então, fazer os meus trabalhos de casa é um dever. E outro... (pensativo) pode ser respeitar os outros! Direitos é quando todos os dias tomo o pequeno-almoço, almoço, lancho, janto...

O: Alimentação...

AT: Quando bebo água potável também...

O: Muito bem! Agora é a tua vez AS. Quero saber dois deveres no teu dia a dia.

AS: Então dois deveres...hum... (pensativa)

O: Pensa em casa ou na escola... quais são os deveres que temos nestes locais?

AS: Já sei! Por exemplo, às vezes quando a minha mãe de manhã deixa roupa para arrumar, eu à tarde quando chego da escola, dobro e arrumo! E também arrumo a louça!

AT: E fazes a cama, como tu disseste há pouco!

AS: Sim, e também faço a cama de manhã! Agora direitos... (pensativa) quando vou à escola todos os dias e quando os meus amigos me respeitam!

O: Muito bem! **Vocês já tinham ouvido falar da diferença entre direitos, deveres e desejos?** Ou foi a primeira vez?

AT: Direitos nós já sabíamos porque já fizemos, no 1º período, trabalhos sobre direitos humanos. Agora desejos e deveres...

O: Não se lembram de ter ouvido, é isso?

AT: Já tínhamos ouvido falar, mas ainda não tínhamos trabalhado cá na escola.

O: Certo. E em casa já tinham ouvido falar?

AT: Sim! Os meus pais já tinham falado comigo...

AS: Quer dizer... (pausa) não é uma conversa que falam sempre, sempre...

AT: Pois, mas falam. Nós já ouvimos dizer lá em casa...

O: **Como é que tu ouviste dizer?**

AT: Tipo, por exemplo, ter o dever de trabalhar...

O: Trabalhar?

AT: Trabalhar tipo como ter o dever de fazer a cama... A minha mãe está-me sempre a pedir para eu fazer a cama e eu nunca gosto! (risos)

O: O que vocês querem dizer é que eles não falam concretamente, é isso? Falam assim muito "por alto", é isso?

AS: Sim!

AT: Sim, exatamente!

O: Então vocês já abordado este tema antes e foi em que disciplinas?

AT: Foi em cidadania!

AS: Não é algo que tivéssemos falado muito como aqui... (pausa) mas falámos de direitos humanos e fizemos alguns trabalhos!

AT: Mas também falámos um bocadinho sobre direitos da criança...

AS: Pois foi! Até fizemos uma chuva de ideias...

O: E o que é que fizeram concretamente nas aulas de cidadania sobre os direitos da criança?

AT: Estivemos a visualizar vídeos, preenchemos até uma folha que tínhamos que escrever os direitos humanos e alguns direitos da criança...

O: Queres acrescentar AS?

AS: Foi basicamente o que o AT disse...

O: Então, para clarificar as vossas ideias e para na próxima sessão se lembrarem do que falámos aqui, vou entregar um cartão para cada um. Neste cartão temos...

AT: Três círculos e temos de escrever....

O: AT posso explicar? Talvez seja mais fácil... (risos)

AT: Sim, sim! (risos)

O: Vamos fazer os três em conjunto, visto que o AL não está cá, temos que escrever o que são direitos, o que são deveres e desejos. Depois, cada um de vocês, coloca um exemplo, à vossa escolha, no vosso cartão.

AS: Então, mas temos de pôr o exemplo e o significado?

O: Sim, exatamente! Fazemos em conjunto!

AT: E se não der para pôr mais exemplo?

O: É apenas um exemplo!

AT: Ah, então assim está bem!

O: Então, vamos começar com o círculo dos direitos. O que é que tínhamos dito sobre os direitos? Temos de escrever algo consistente.

AS: Tem de ser uma frase pequena, não é?

O: Sim, se conseguirmos.

AS: Então, para mim um direito é uma coisa que nós temos... é uma coisa boa.

O: É um privilégio?

AS: Sim, é um privilégio!

O: Concordas AT?

AT: Sim, concordo!

AS: É um benefício, não é?

O: Sim! Olha gosto dessa palavra! Colocamos benefício?

AT: Por mim sim!

O: Então vamos escrever!

AT: Então como é que escrevemos?

O: Escrevem: “Um direito é um benefício”.

AT: Alguém me pode emprestar uma caneta? Acho que a minha não tem tinta.

O: Eu empresto! Toma! (dá uma caneta a AT)

AT: Obrigado!

AS: Benefício é assim que se escreve?

O: Sim, está correto! (pausa) Não se esqueçam de escrever um exemplo para o vosso cartão.

AS: Posso pôr brincar?

O: Sim! E tu AT, escreve um exemplo.

AT: Vou pôr... (pausa) ESCOLA (aumenta a voz)!!

O: Não é só “escola”. Colocas “acesso à educação”. AT, a AS deu o significado de direitos, agora tu dás dos desejos.

AT: Um desejo é... (pausa- pensativo) UMA VONTADE!

O: Concordas AS ou queres acrescentar?

AS: Não. Acho que “uma vontade” está bem.

O: Então escrevam: “um desejo é uma vontade”. O que nós queremos dizer é que um desejo não tem tanta importância como um direito, é isso?

AS: Sim!

O: É algo mais... (pausa) superficial! Agora um exemplo. AS, diz-me o que vais escrever.

AS: “Ir à praia”.

AT: Eu escrevi “Ter telemóvel”.

O: Então, podem escrever!

AS: Quer dizer... ir para a praia é um desejo para as pessoas que estão no interior porque para as pessoas que estão no litoral é mais fácil.

O: Deixa escrito na mesma porque a seguir eu quero explicar uma coisa.

AT: Vê-se bem a minha letra?

O: Sim, não te preocupes que está muito bem. Faltam cinco minutos temos de escrever os deveres e ainda falar um bocadinho.

AT: Então deveres é uma coisa...(pensativo)

O: A AS há pouco disse uma palavrinha que era um sinónimo perfeito para deveres!

AT: É o que devemos fazer?

O: Sim, está certo! Mas a AS disse uma palavra-chave há pouco. Não se lembram?

AT: Eu já não me lembro....

AS: Eu também não! (risos)

O: Eu vou dizer a primeira letra: "O".

AS: Ah! Obrigação!!

O: Exatamente!

AS: Então como é que escrevemos?

O: Escrevem: "Um dever é uma obrigação". A seguir quero ouvir os exemplos.

AT: No exemplo posso escrever "fazer os trabalhos de casa"?

O: Claro!

AS: Eu pus "respeitar".

AT: Ah, eu também ponho "respeitar" que é mais rápido.

O: Nem pensar! Escreves o que disseste!

AS: Temos de escrever o nosso nome atrás do cartão?

O: Sim, por favor. Primeiro nome, o ano e a turma.

alunos escrevem

O: Já posso explicar uma coisa?

AT: Sim!

O: Então, vocês ficaram um bocadinho baralhados quando se falou em direitos e desejos, não foi?

AS: Sim...

O: Eu quero dizer-vos o seguinte: em algumas situações o desejo pode ser visto como uma necessidade. Na última sessão, se vocês se lembram, nós dissemos que uma necessidade podia ser transformada em direito...

AT: Pois podia...

O: ...por exemplo: “ter um computador”. Ter um computador, o último que saiu e que todos os amigos têm, é um desejo. Concordam?

AS: Sim!

AT: Sim!

O: Mas ter um computador para aceder às notícias para me manter informada, já é o quê?

AT: Já é uma coisa boa!

O: Então é o quê?

AS: É um direito!

O: Muito bem! Percebem? Às vezes, a diferença está no “para que é que queremos” as coisas. Ter uma bicicleta, por exemplo, e por isso é que vos perguntei há pouco. Ter a última bicicleta que saiu, a da moda, pode ser considerado um desejo, mas ter uma bicicleta para praticar exercício físico, para fazer bem à saúde...

AT: (interrompe O) Sim porque faz bem ao coração! Isso já pode ser visto como um direito!

O: Exatamente! Portanto, mais uma vez, percebemos que os direitos respondem às necessidades básicas de uma criança. Enquanto que os desejos são coisas que não são assim tão precisas. Entenderam?

AS: Sim!

AT: Sim!

O: Gostaram desta atividade?

AS: Sim!

AT: Eu gostei muito!

O: Pronto, como já passou da hora, quem quiser pode preencher a tabela (dos direitos, desejos e deveres). Quem quiser ir embora pode ir.

AT: Não, nós queremos! Não temos mais aulas a seguir! Eu quero escrever os desejos!

AS: Eu posso escrever os deveres!

barulho das cadeiras a arrojarem

enquanto as crianças escrevem no computador o gravador continua ligado

O: Acharam importante esta atividade?

AT: Sim!

AS: Sim!

O: Gostaram mais desta ou da outra?

AS: Eu gostei mais desta!

AT: Eu também... quer dizer, eu gostei igualmente!

AS: Eu gostei mais desta porque era assim mais um trabalho em grupo e tínhamos mais coisas para fazer...

O: Está certo! Prometo que a próxima também será divertida!

Fim da Gravação Áudio

Transcrição da 3ª Sessão de *Focus Group* com as crianças de 5º ano

A presente sessão começou a ser gravada às 14h45, no dia 9 de março de 2020. As crianças do 5º4 chegaram antes da hora marcada. Deste modo, a Observadora (O) começou por conversar um pouco para criar um ambiente mais relaxado. Em conversa, a Observadora (O) reparou que a aluna M (AM) estava bastante à vontade, tal facto que ainda não se tinha constatado até então. A Observadora (O) questionou a razão pela qual a aluna M (AM) se sentia tão à vontade e quando se iniciava a sessão esta ficava oprimida. A aluna M (AM) respondeu que, no seu entender, considerava que a Professora (P) estava presente nas sessões porque estava a avaliar. Posto isto, a Observadora (O) esclareceu o assunto de imediato. Portanto, a aluna M (AM), nesta sessão, como será evidente, revelou-se mais presente e participativa.

A Transcrição da 3ª Sessão de *Focus Group* com os alunos da turma 5º4 é a seguinte:

O: Podemos começar?

P: Vamos lá então, temos muito para fazer e pouco tempo.

O: Vou primeiro entregar-vos os cartões que vocês fizeram na semana passada para se recordarem do que foi feito na última sessão.

O entrega cartões preenchido na sessão anterior

O: Quem é que me quer explicar o que é que fizemos e o que foi falado na semana anterior?

AM: Hum... falámos... (pausa)

AA: (interrompe AM) Falámos dos direitos... (pausa)

O: Calma! Vocês vão todos falar, não podem é falar uns por cima dos outros. AM começa tu.

AM: Falámos dos direitos, desejos e deveres das crianças.

O: Muito bem! AA, agora sem olhar para o cartão, ainda te lembras o que são direitos, deveres e desejos?

AA: Os desejos são coisas que nós queremos muito ter ou... (pausa) ou conseguir. Os deveres é o que nós temos de fazer obrigatoriamente.

O: Certo!

AA: E os direitos é o que nós podemos fazer.

O: Boa! AJ, a AM disse no geral o que estivemos a fazer, **mas tu lembras-te da sequência?** O que é que começámos por fazer?

P: A ordem das tarefas.

AJ: Ah! Então, primeiro começámos... (pausa) posso começar a falar das outras sessões?

O: Não. É só da última sessão.

AJ: Ah, ok! Então, estivemos a falar sobre o que eram os direitos da criança.

O: Certo!

AJ: Ou melhor, relembámos o que tínhamos falado na sessão passada. Depois estivemos a fazer um jogo com os cartões dos direitos, desejos e deveres. Depois, até estava uma tabela projetada, mas como não tivemos tempo só colocámos no fim da aula.

O: Boa!

AJ: Depois do jogo, preenchemos uns cartões. Tínhamos de escrever para nós um exemplo de direitos, desejos e deveres, e o que significavam. E depois... (pausa) acabámos!

O: Muito bem! Já recapitulámos o que foi realizado na sessão anterior e agora vamos começar a atividade de hoje. **A atividade de hoje chama-se “A escola dos meus sonhos”. Agora, vou projetar um conjunto de imagens de diferentes escolas em todo o mundo. Prestem atenção porque eu a seguir vou fazer questões.**

alunos prestam atenção às imagens projetadas

O: Então a primeira escola é uma escola em Bali, na Indonésia. Distingue-se por ser uma escola ecológica porque utilizam as canas e madeira para fazer cadeiras, mesas e até mesmo o telhado. Até utilizam palha para colocar em cima do telhado. Conseguem ver a palha?

AA: Altamente! (entusiasmado)

AM: Sim, conseguimos ver!

O: Pronto, a próxima imagem é uma escola privada no Brasil. Onde os alunos, em vez de livros e cadernos utilizam computadores. Portanto, os livros e os cadernos são substituídos por computadores. Têm alguma dúvida?

AA: Não.

AJ: Não...

O: Ok. A imagem seguinte é uma escola no Afeganistão. E calculo que seja uma escola apenas de meninas. Acredito que, para vocês é estranho, mas esta imagem é de uma escola.

AA: Pois, é muito estranho.

O: A próxima é uma sala de aula normal. Acho que vocês estão familiarizados com este tipo de espaços ou não?

AJ: Sim, estamos.

AM: É parecida com as nossas.

O: Portanto, a próxima imagem é uma biblioteca de uma escola, em São Paulo, no Brasil. Esta biblioteca tem esta parte de lazer com pufes e sofás. Onde as crianças podem relaxar e serem criativos. Acho que é um espaço onde podem ser criativos sem barreiras.

P: Exatamente!

O: A última imagem que vos apresento é uma escola em Nova Deli, na Índia. E situa-se debaixo de uma ponte. Há alguma dúvida?

AM: Não...

AA: Não...

O: Não?! **Então agora gostava de saber qual destas escolas gostaram mais. Qual foi?**

AM: Das seis?

O: Sim, de todas! AA, podes dizer.

AA: A primeira (escola ecológica). A ecológica. E gosto... (pausa)

O: Gostas da primeira, porquê?

AA: Porque é uma escola que tem ar livre à volta e luminosidade. E... (pausa-pensativo) gosto do espaço, é diferente!

O: Ok. Mas ainda ias dizer outra que também gostavas. Era a qual?

AA: Também gosto da biblioteca da escola de São Paulo porque é um espaço onde se pode estar, é divertido e também parece bem organizado.

O: Muito bem. AM, é a tua vez.

AM: São duas!

O: Então, podes começar.

AM: A primeira!

O: A ecológica?

AM: Sim, porque é artística e eu gosto de construir com canas e assim (tom de voz muito baixo).

P: Não percebi.

AM: Porque eu também gosto de construir com madeiras e isso.

P: Gostas do material?

AM: Sim!

P: Por ser ecológico?

AM: Sim! E porque eu também acho divertido construir...

P: Mas ali não era para construíres. Era uma escola para tu frequentares.

O: Mas tu gostas da construção diferente, é isso?

AM: Sim! Gosto da construção, acho que está bonito. E depois gosto da sala de aula básica porque é normal... (pausa)

O: Porque é a que estão mais habituados, é isso?

AM: Sim!

O: AJ, podes dizer as tuas.

AJ: Hum... (pausa) eu gosto da escola ecológica porque não é como... (pausa)

P: Porque é diferente?

AJ: Sim, porque é diferente! E também é ao ar livre e é mais ecológica. E depois, a outra escola é aquela biblioteca da escola porque tem espaço onde nós podemos estar sentados e deitados.

P: Um espaço livre?

AJ: Sim, é isso.

AA: Então significa que também gostas da nossa biblioteca, também tem pufes.

AJ: Sim, e gosto!

P: Nós, cá na biblioteca, também vamos criar um espaço daqueles. Prometi-lhes no início do ano, só que ainda não tivemos tempo para pôr o projeto em prática.

O: Eu acho que é uma ideia fantástica!

P: Também acho. Acho que acaba por ser uma espécie de laboratório de ideias.

O: Um espaço que permite fluir ideias.

P: Exato!

O: Pronto, então vamos avançar. **Vocês já conheciam ou já sabiam da existência destas escolas mais pobres? Digamos assim...**

AJ: Sim, nós já sabíamos.

AA: Sim.

AM: Eu não!

P: Vocês têm consciência ou sabem que existem este tipo de escolas no mundo?

AA: Eu sabia.

AJ: Eu também sabia!

O: **Então e como é que souberam da existência destas escolas?**

AA: Nas notícias... (pausa)

AM: Eu soube agora!

O: AA continua.

AA: Eu sabia através das notícias. Pronto, há pessoas pobres e vão a estas escolas.

O: E tu AJ?

AJ: Então, eu sei a partir da minha família, dos meus pais, dos meus avós, dos meus tios...

O: Muito bem! E tu AM? Tu não sabias?

AM: Eu sei que há assim pessoas pobres e isso, mas... não sabia que existia uma escola debaixo de uma ponte...

O: Nunca tinhas visto, é isso?

AM: Não...

O: **Então e qual é a vossa opinião sobre estas escolas?**

AA: Ninguém merece estar assim nestas escolas. As crianças merecem estar em escolas com condições para se estar, para se aprender... (pausa) porque nós passamos a maior parte do dia na escola.

O: Muito bem. AM, qual é a tua opinião?

AM: Todos temos os mesmos direitos, e por isso devemos ter uma escola decente.

O: Certo. AJ, queres dizer alguma coisa?

AJ: Sim! Eu acho que todas as crianças que andam na escola deviam andar em escolas com condições com salas de aulas normais, como nós temos, porque eu acho que as crianças não devem aprender em escolas com estas condições. Por exemplo, naquela escola na Índia, a que é debaixo de uma ponte...

O: Sim...

AJ: Pronto, eu acho que é uma situação... (pausa) terrível! As condições são terríveis!

O: E perigosas, não é?

AJ: Sim, porque depois pode cair a ponte.

O: Exatamente!

AJ: Já aconteceu em muitas escolas normais que já caíram e que... (pausa)

P: Quanto mais num sítio destes, não é?

AJ: Sim... (pensativo)

O: O perigo é algo muito evidente nestas situações.

AJ: Muito mais!

O: Muito bem. **Vocês acham que nestas escolas com condições mínimas, o direito à educação está a ser cumprido?**

AA: Não!

AM: Não! (pausa) Quer dizer, o direito à educação sim porque eles estão a ir às escolas... (pausa)

O: Mas?

AM: Mas as condições são mínimas. Mas o direito à educação sim porque eles estão a aprender na mesma não são é as melhores condições.

O: AA queres explicar porque é que disseste não?

AA: Eu ia a dizer que eles estão a aprender, mas mesmo assim eu acho que “aquilo” não são condições para crianças... (pausa) nem para adultos!

O: AJ concordas? Queres acrescentar alguma coisa?

AJ: Concordo, mas acho que quero acrescentar alguma coisinha (risos).

O: Então pensa que nós esperamos um bocadinho (risos).

AJ: Por acaso, as minhas palavras são as mesmas dos meus colegas, só que de outra forma. As crianças, nestas escolas pobres, estão a aprender a ler, a escrever... (pausa) pronto, estão a aprender a fazer coisas normais das escolas, mas não têm

muitas condições. É um direito ter educação porque para aprender melhor precisamos assim de uma mesa...(pausa)

P: Exato! Vamos lá ver uma coisa: todas as atividades que se faz numa escola, vocês acham que estes meninos têm as mesmas atividades, ou semelhantes ou parecidas, às vossas? Acham que é possível naquelas condições?

AA: Não!

AJ: Não!

AM: Não!

P: É isso que vocês pensam?

AJ: Se calhar até fazem outras atividades. Se calhar até fazem alguma ginástica e nós não sabemos...

P: Pois, exato!

AJ: Nas escolas pobres também se pode fazer esse tipo de atividades... não têm é provavelmente um pavilhão de ginástica como nós.

AA: Pois, não têm materiais próprios.

O: Já pensaram que eles nem uma casa de banho têm na escola?

AJ: Pois...

O: Para nós é algo básico para mantermos uma boa higiene.

AA: Se calhar nem casas têm...

P: Ora aí está... São países em guerra, como é o caso do Afeganistão.

O: E o que é que acham que estas crianças que frequentam estas escolas pensam da sua escola?

AM: Para eles... (pausa) eles devem achar que é boa!

AA: Não! Eu acho que eles devem achar que má.

O: Porquê AA?

AA: Porque... (pausa-pensativo) eu também não gostaria de estar assim numa escola. Mesmo que nos vamos habituando... (pausa) mas eu acho que nunca se torna tão agradável como se tivéssemos aqui.

O: Hum... (pensativa)

AA: Eles gostariam muito mais de estar aqui do que estar ali no chão...

O: Muito bem AA! AM, queres explicar?

AM: Eu acho que... (pausa) por um lado gostam porque... (pausa) pronto, para elas é melhor do que nada. Mas por outro lado não devem gostar porque olham para outras crianças que têm escolas boas e eles não têm...

O: E achas que estas crianças têm contacto com outros meninos que andem em escolas melhores?

AM: Hum... não sei (pensativa).

AA: Só se emigrarem.

P: Só se emigrarem, muito bem!

O: E tu, AJ queres dizer a tua opinião?

AJ: Eu tenho duas condições: uma boa e outra má.

O: Então?

AJ: Primeiro vou falar do bom. Estas crianças gostam de estar nestas escolas porquê?! Porque podem estar num país em guerra ou num país pobre, e assim ao menos têm uma escola onde podem estar.

O: Muito bem.

P: Muito bem AJ. Podem estar com os seus amigos também.

AJ: Sim. Depois, é mau porque... (pausa) algumas crianças, não sei, nunca ouvi falar, mas podem achar que a sua escola não tem assim muitas condições. Talvez até imaginam que há escolas melhores.

P: Podem até nem saber, mas podem imaginar que há melhores, é isso?

AJ: Exato!

O: Mas muitas vezes, crianças que frequentam escolas com estas condições medíocres, nunca tiveram contacto com escolas... (pausa) como a vossa, por exemplo; para elas, está tudo muito bom. Agora, a escola também funciona, como explicou o AJ, como um “escape”, digamos assim, daquele clima de guerra em que se encontram. Têm alguma dúvida?

AA: Não...

O: Então, agora gostava de vos perguntar: **qual a importância da escola para vocês?**

AA: Hum... muito!

O: Muito? Muito como?

AA: Porque se nós não andarmos na escola nós não vamos fazer nada da nossa vida...

(pausa) porque não sabemos ler, não sabemos escrever... pronto, não sabemos nada.

O: Certo. AM, qual é a importância da escola para ti?

AM: A importância da escola para mim... (pausa) é que nela aprendemos a ler e a escrever, etc. E é onde fazemos amizades e até pode haver pessoas de culturas diferentes e aprender mais sobre essas culturas.

O: Muito bem! AJ, podes falar.

AJ: Eu também ia dizer coisas iguais às da AM, mas também quero acrescentar algumas coisas.

O: Então força!

AJ: Pronto, também é aquilo que AM disse podemos conhecer novas pessoas e também porque é um espaço onde aprendemos muita matéria, em que aprendemos a ler, a fazer contas, a fazer experiências e... (pausa) a maioria das vezes, como alguns professores dizem: é como se fosse uma “casa secundária” para nós.

O: Porque passam muito tempo aqui, é isso?

AJ: Sim, às vezes até há meninos que passam mais tempo aqui do que em casa.

O: Agora gostava de saber: **qual é o espaço da escola que vocês gostam mais?** AA começa tu.

AA: Posso dizer dois?

AM: Eu também tenho dois!

O: Podes!

AA: É o pavilhão... (pausa)

O: O pavilhão porquê?

AA: Porque eu gosto muito de educação física...

O: Hum hum...

AA: E gosto da biblioteca porque é um espaço que eu gosto... (pausa) porque tem a parte dos computadores, podemos cá fazer os trabalhos de casa, ler livros sobre coisas que nós não sabemos, e assim podemos descobrir nos livros. Podemos ver filmes também.

O: Muito bem! E tu, AM?

AM: Também o pavilhão e a biblioteca!

O: Pelas mesmas razões? Queres explicar pelas tuas palavras?

AM: O pavilhão porque eu adoro educação física e desporto, etc. E a biblioteca porque é um lugar onde podemos descobrir novas coisas, através dos livros, nos computadores também. Podemos fazer diversos jogos, ver filmes, e fazer os trabalhos de casa ou estudar.

O: Muito bem! E tu, AJ?

AJ: Só tenho uma igual a eles.

O: Então vamos isso!

AJ: Eu gosto destes dois pavilhões (aponta com o dedo) que é o de matemática e o de ciências, porque gosto mesmo muito de ciências da natureza, de matemática... (pausa) pronto, é uma coisa que eu gosto! E depois, também gosto muito da biblioteca porque posso jogar nos computadores, fazer trabalhos de *powerpoint*, ou no *word*, ou no *excel*.

O: Vocês aqui também têm outra ajuda!

AJ: Sim, com a professora bibliotecária! (risos) Também podemos ver *DVD's*, fazer os trabalhos de casa... (pausa) ler livros muito, mas mesmo muito importantes para saber duas coisas: saber mais coisas que nós não sabemos e também para estudar para os testes. E depois o outro pavilhão que eu gosto muito é o do bar... (risos) porque eu adoro ir ao bar comer e lanchar!

O: Muito bem AJ! **Então se eu vos perguntasse o que é que gostariam de mudar na vossa escola, um espaço físico, qual seria?**

AM: Ah!

P: Pensem em algo que gostariam de mudar ou de acrescentar à escola.

O: AA, começa tu.

AA: Queria mudar, porque aquilo está... (pausa) bem não é mudar... porque é assim as casas de banho aqui na escola estão sempre todas sujas, cheias de pacotes de bolachas, e as sanitas também estão sempre sujas...

P: Sim, sujam-se muito. É um espaço que precisa de mais limpeza.

O: Mais manutenção!

P: Sim, exatamente!

O: AM, e tu?

AM: Hum... estou a pensar (pensativa).

O: Pensem em algo que possam transformar ou substituir.

AJ: Podemos dizer duas?

O: Sim, claro.

AM: Eu já sei!

O: Diz AM.

AM: Então, para mim também era mais limpeza nas casas de banho. As casas de banho por uma questão de higiene. Tal como as salas de aula, às vezes, as mesas estão sujas. E...(pausa) agora preciso de pensar em mais.

O: Ok. AA queres acrescentar alguma coisa?

AA: Gostava que acrescentassem lá em baixo, na parte de baixo dos campos...

O: Sim.

AA: Gostava que metessem lá uma pista de atletismo ou assim, ou uma caixa de areia...

AM: Eu também gostava! Adoro saltar na caixa de areia!

AJ: Eu também gosto!

O: E tu, AJ?

AJ: Eu tenho dois espaços para arranjar e um para acrescentar e mudar o espaço.

O: Então, podes começar.

AJ: Gostava... (pausa) no pátio, colocar uma pista de atletismo que dá a volta toda à escola para podermos treinar e correr lá.

P: Como se fosse um passadiço?

AJ: Sim, exatamente!

AA: Eu também pensei nisso, mas quando falei na caixa de areia também me lembrei que gostava de uma pista... (pausa-pensativo) assim para muitas coisas...

O: Uma pista multiusos?

AA: Sim, que também dá para fazer várias coisas! Também gostava de uma piscina!

O: Ou seja, umas mudanças também associadas ao desporto, é isso?

AA: Sim!

O: AJ, tu ainda não acabaste. Termina lá.

AJ: Agora só quero mudar. Na casa de banho, gostava de limpar porque elas estão sempre muito sujas...

P: Precisam de mais manutenção. O problema também é a falta de funcionários.

AJ: E depois também gostava de acrescentar uma coisa no bar (risos)!

O: E era o quê?

AJ: No Verão, queria acrescentar um bar de granizados!

risos

AA: Mas já há lá gelados!

AJ: Há lá gelados, não são é de granizados!

O: Alguém quer dizer mais alguma coisa?

AM: Não...

AA: Não!

O: Então, e nas disciplinas ou nas aulas o que é que gostavam de mudar?

P: Colocar disciplinas ou pôr outras disciplinas, ou mudar algo nas disciplinas.

AM: Eu queria tirar uma disciplina.

O: Qual era?

AM: História!

O: E colocavas outra?

AM: Hum... (pensativa) deixe-me pensar mais um bocadinho.

O: Tudo bem. Enquanto pensas o AA diz.

AA: Eu gostava de tirar a disciplina de português.

O: Mas tu não achas que é importante a disciplina de português?

AA: Eu acho, mas... (pausa)

O: Mas tu não gostas muito é isso?

AA: Não há outra que eu goste menos... (pausa) essa aí não é má, mas eu não acho outro que que seja má... (pensativo)

O: Gostas de todas então?

AA: Sim! A de português é a que eu gosto menos, mas eu gosto na mesma!

P: E se pudesses acrescentar uma disciplina nova, o que acrescentarias?

AA: Uma disciplina nova?

O: Sim!

AA: Gostava de acrescentar uma disciplina individual só de geometria!

O: Muito bem!

AM: Eu quero uma, só que já existe... (pausa) só que em vez de começar no 7º ano, começava logo no 5º ano.

O: Qual é?

AM: Gostava de acrescentar físico-química!

O: Gostas muito, é isso?

AM: Sim, eu adoro!

O: E tu, AJ?

AJ: Eu tenho duas! Concordo com AM, no 5º ano pôr físico-química. E depois, é assim... (pausa) eu gosto de ciências naturais, mas físico-química é onde temos mais experiências, e eu gosto muito de fazer experiências. E depois gostava... (pausa)

O: O que gostavas de mudar?

AJ: Não era mudar a disciplina, mas sim mudar na disciplina.

O: Então?

AJ: Gostava que houvesse na disciplina de físico-química ter aqueles materiais que os professores usam...(pensativo)

O: Os materiais de laboratório? Os materiais que estão nas bancadas?

AJ: Sim, isso mesmo!

P: ter uma bancada equipada para as experiências, não é?

AJ: Sim, eu gostava! Porque em ciências naturais nós temos que sempre ir buscar esses materiais à arrecadação, e assim perde-se muito tempo da aula.

O: Muito bem. Vamos avançar. Quero que olhem para o que está projetado. **Neste site online vamos fazer uma nuvem de ideias. Primeiro quero que pensem na escola dos vossos sonhos. Depois, quero que me digam as palavras que estão relacionadas com a escola dos vossos sonhos**, e a P irá escrever no computador para formar a nuvem.

AM: São quantas palavras?

O: As que quiserem!

P: As palavras podem ser repetidas.

AA levanta-se da cadeira e dirige-se a P

O: Onde é que vais AA?

AA: Vou dizer em segredo à P.

O: Mas eu precisava de ouvir a vossa explicação também.

P: É porque está aqui muitas pessoas. Eles depois justificam quando estiverem no lugar.

O: Ok, mas então comecem já a pensar no que querem dizer.

AM: Mas como é que eu digo? Não estou a perceber... Como assim Escola dos Sonhos?

O: Por exemplo, para mim a escola dos meus sonhos tem biblioteca.

AM: Então colocava “biblioteca”, é isso?

O: Exatamente!

AA senta-se

O: Alguém concordo com o AA?

P: AJ, podes ser o próximo.

AJ: Eu por acaso concordo com uma, mas posso ir também dizer a P?

O: Sim, vai lá, mas depois quero explicações.

AJ dirige-se para P

O: AA e AM, imaginem um espaço de lazer, o que é que vocês gostavam de ter lá?

AM: Mas é que eu tenho algumas.

O: Mas podes dizer!

P: AJ podes te ir sentar.

AJ senta-se

P: Meninos, olhem para o que está projetado, e digam qual das palavras querem repetir.

AM: Eu quero a pista multiusos de atletismo!

P: AM, também queres vir aqui?

AM dirige-se a P

silêncio

O: AA e AJ, a seguir quero que me expliquem.

P: Podes sentar-se AM.

AM senta-se

P: Meninos, prestem atenção. Eu escrevi agora ali a palavra “*makerspace*”, vocês recordam-se o que é? Isto é um espaço para colocar aqui na biblioteca.

AA: Ah! Aquele que a professora disse há pouco?

P: Sim, exatamente! Ainda não fiz, mas vou fazer. Portanto, é um espaço de lazer, um espaço de criação, onde podem estar à vontade com diferentes estações: uma estação de informática, uma estação de livros, etc. Em inglês chama-se: *makerspace*.

Foi uma ideia da AM.

O: Muito bem!

P: Querem dizer mais alguma coisa?

O: Pensem em algo que vocês gostam de fazer nos vossos tempos livres.

AJ: Eu não quero dizer mais nada!

P: Não há mais nada?

AM: Magia!

O: Alguém a fazer magia?

AM: Não, uma disciplina de magia!

AJ: Então assim também quero uma disciplina de jogos.

P: Jogos de computador?

AJ: Sim!

O: Alguém concorda?

AA: Acho que haveria muita gente nesta escola que iria concordar.

O: E tu concordas com a disciplina de jogos?

AA: Eu não! Talvez quando for mais velho...

P: Então não há mais nada?

AM: Hum... (pensativa) não!

AA: Eu também não quero acrescentar.

AJ: Nem eu!

P: Então vamos só escolher aqui um desejo para a nuvem.

AM: Pode ser esse segundo?

P: Alguém concorda?

AA: Sim, pode ser.

AJ: É giro!

P: Então fica este.

O: Muito bem. Vamos continuar. **Só falta dois minutos para terminar e eu quero que formem um texto livre, nesta folha, com as palavras que acabaram de dizer sobre a escola dos vossos sonhos.**

AM: Para agora?

O: Claro! Vá, vocês conseguem fazer isso num instante.

AJ: Não era para explicar as nossas palavras?

O: Sim. Vão explicar agora.

AM: Então eu posso escrever.

P: Como falta pouco tempo eu dou uma ajuda. Comecem assim: A escola dos meus sonhos tinha de ser na praia ou na floresta, como vocês disseram.

O: Porque é que escolheram na floresta ou na praia?

AJ: Posso explicar as duas?

O: Sim!

AJ: Porque... (pausa)

AA: Porque são espaços livres e abertos.

O: Então é isso que escrevem.

P: Mais coisas... podem escrever “também tinha de ter” ...

AA: Uma piscina para a natação...

P: Para a prática de natação.

AA: Sim, porque eu adoro natação!

P: E acrescentas a pista de multiusos, porque vocês todos mencionaram isso.

O: Para que servia a pista?

AA: Para praticarmos desporto.

O: Muito bem. Então é isso que se escreve. Quem escreveu computadores nas salas?

AJ: Fui eu!

O: Queres explicar-me?

AJ: Para pesquisar... (pausa) pesquisar trabalhos.

O: Para fazer pesquisas, é isso?

AJ: Sim!

O: Então escrevem que era importante os computadores para ajudar na pesquisa para trabalhos.

P: AM, escreve com calma que ainda não tocou para a saída.

O: Agora podem finalizar com as duas disciplinas que queriam acrescentar.

AM: Pode ser assim?

O: Sim, pode! Porque gostas de magia?

AM: Porque é divertido!

O: Então colocam isso!

alunos terminam o texto

AM: Já está!

O: Muito bem. **Para terminar, quero que cada um de vocês vá preencher um pequenino questionário ali nos computadores na biblioteca.** Ah, é verdade! Antes disso, tenho aqui um Certificado para cada um. Vocês foram exemplares. Obrigada por terem participado! Gostaram?

AA: Sim!

AJ: Eu adorei!

O: Porquê?

AA: Porque éramos menos e conseguimos falar de coisas importantes, e assim deu para entender melhor a matéria.

O: Boa! Não se esqueçam de preencher os questionários! Obrigada!

AM: Adeus!

AA: *Xau*, O! Gostámos muito!

AJ: Adeus O!

O: Portem-se bem e até a uma próxima!

fim do áudio da sessão

Apêndice VII

Guião das Perguntas das Atividades das Sessões de *Focus Group*

Atividade A: “O que são os Direitos da Criança?”

Etapas

1ª-A atividade inicia-se com a visualização do vídeo: “O que são os Direitos da Criança com a Rita e o João- UNICEF”

(fonte: https://www.youtube.com/watch?v=2txldr_OVcg&t=84s);

2ª- De seguida, questionam-se as crianças sobre o vídeo:

- Querem identificar ou falar sobre alguns dos direitos que conhecem? Onde aprenderam?
- Tendo por base o que foi dito pela Rita (personagem do vídeo), quem é que me quer dizer o que são os direitos das crianças?
- A Rita afirma que todas as crianças no mundo têm direitos. Depois enumerou alguns deles. Alguém me quer dizer quais os direitos que a Rita mencionou no vídeo? Daqueles que foram mencionados pela Rita, algum ou alguns já eram conhecidos? Quais?
- Em que contexto foram postos em prática?
- Na vossa opinião, todos são importantes ou há alguns mais importantes que outros e porquê?
- Quem tem o dever de proteger as crianças no mundo? Porquê?
- A Rita disse que os Governos do mundo fizeram algo para salvaguardar os direitos das crianças. O que é que os governos fizeram?
- A Rita, no vídeo, fala da Convenção dos Direitos das Crianças. Perceberam o que era a Convenção?

3ª- Entrega-se às crianças uma figura de um menino ou de uma menina. Depois, as crianças escrevem ou fazem pequenos desenhos que identificam como necessidades das crianças (mencionadas no vídeo);

4ª-Por fim, é importante debater/analisar com as crianças as necessidades identificadas e outras que, eventualmente, não tenham sido identificadas, mas igualmente importantes.

5ª- Para concluir: conduzir a conclusão da atividade para a importância dos direitos a fim de assegurar as necessidades das crianças e promover o seu desenvolvimento integral. Explicar que a Convenção dos Direitos das Crianças não é mais do que a tradução do direito à satisfação das necessidades fundamentais das crianças e do respeito pelo seu desenvolvimento, transformadas em lei por cada país.

Atividade B: “Direitos, Desejos e Deveres”

Etapas

1ª- Inicia-se a atividade com um diálogo sobre a atividade anterior e questionam-se as crianças:

- Lembram-se o que fizemos na atividade passada? Se sim, podem dizer-me o que fizemos e do que falámos?
- Sendo assim, sabem explicar-me o que são os direitos das crianças? Se sim, então o que são os direitos das crianças e qual a importância que têm na vida/ desenvolvimento das crianças?

(Ler livro: “Os Direitos das Crianças” de Luísa Ducla Soares”, em formato *PowerPoint*);

- Vocês sabem o que são deveres? Conseguem dar-me um exemplo? (ajudo-os com exemplos);

2ª- Seguidamente apresenta-se, em formato digital, um cartaz dividido em três partes e solicita-se o seguinte: de um lado podem escrever os direitos e do outro podem colocar os desejos. A terceira parte é dirigida aos deveres;

3ª- Apresentam-se os cartões de direitos e desejos que estão no “Guia para Educadores e Professores” da UNICEF (*United Nations International Children's Emergency Fund= Fundo das Nações Unidas para a Infância*) e os cartões dos deveres (realizados pela aluna);

4ª- Pedir às crianças para colocarem, em consenso, os cartões no local que lhes parece adequado;

5ª- De seguida, devem justificar a sua escolha:

Porque escolheram -determinado cartão- para colocar no lado dos desejos? E porque escolheram- determinado cartão- para colocar na posição dos direitos ou nos deveres?

6^a- No final da atividade interrogar:

- Questionar as crianças sobre a forma como chegaram ao consenso: foi fácil ou difícil ter em conta as opiniões de todos os colegas. Porquê?
- Conseguem explicar-me por palavras vossas a diferença entre direitos e desejos?
- Já sabiam a diferença entre direitos e deveres? São capazes de me dar exemplos concretos de comportamentos do vosso dia a dia (quer da escola quer da vossa casa) dos vossos direitos e dos vossos deveres? Como e com quem foram aprendendo que as crianças e os adultos têm direitos e deveres?
- Os vossos pais falam sobre estes temas convosco? Quando e como?
- E na escola e/ou em algumas disciplinas já abordaram este tema? Ainda se lembram do que aprenderam?
- No fim, as crianças escrevem nos cartões (fornecidos pela aluna) a diferença entre direitos, desejos e deveres- conseguem dar-me exemplos? (clarificar os conceitos e introduzir novos conhecimentos sobre a problemática em questão).

Atividade C: “A escola dos meus sonhos”

Etapas

1^a- Inicia-se a atividade relembrando o que foi realizado na atividade anterior:

- Vamos falar um bocadinho sobre o que se passou na última atividade. Alguém me quer dizer o que fizemos? E o que falámos? (ajudar na construção da sequência das etapas da última atividade);
- Explicar o que vamos fazer nesta atividade;

2^a- Mostrar imagens de escolas de diferentes países do mundo em formato *PowerPoint*;

3^a- Questionar:

Qual destas escolas das imagens preferiam ter? E porquê?

4^a- A partir das imagens explorar o direito à educação e as práticas que a escola desenvolve:

- Vocês sabiam que existem escolas como esta- identificar escola «modesta» - no mundo? E que existem crianças a frequentá-las? Se sim, como sabem?
- O que acham da existência destas escolas mais «pobres»?
- O que acham que as crianças que frequentam estas escolas acham da sua escola? (explicar que em muito países as crianças frequentam “escolas” bastante pobres e, como nunca tiveram contacto com escolas com instalações melhores, para estas a escola delas é “ótima”);
- O que gostariam de mudar na vossa escola?
- Nas disciplinas ou nas aulas o que gostariam de mudar?

5^a- Debater com as crianças como seria a escola dos seus sonhos (as respostas às perguntas seguintes vão estar escritas numa nuvem de palavras, utilizando a ferramenta digital: *WordArt*- fonte: www.wordart.com):

- Qual é a importância da escola para vocês?
- Qual o espaço da escola de que gostam mais?
- Na vossa opinião, descrevam, por palavras, como seria a escola dos vossos sonhos.;

6^a- Por fim, as crianças devem escrever um texto (livre), em conjunto, numa folha, utilizando a nuvem de palavras construída anteriormente, onde descrevem a escola dos seus sonhos.

- Nesta **última atividade** ajudo as crianças a fazerem uma retrospectiva e questiono, através de um questionário em linha com recurso à ferramenta *Google Forms*, as crianças sobre as sessões desenvolvidas:

- Qual das atividades gostaram mais e porquê?
- O que aprenderam ao longo destas atividades?
- Gostavam que os vossos colegas também pudessem ter participado nestas sessões ou gostaram de ter só dois colegas convosco?
- Gostavam de ter mais atividades como estas na escola? Porquê?

Apêndice VIII



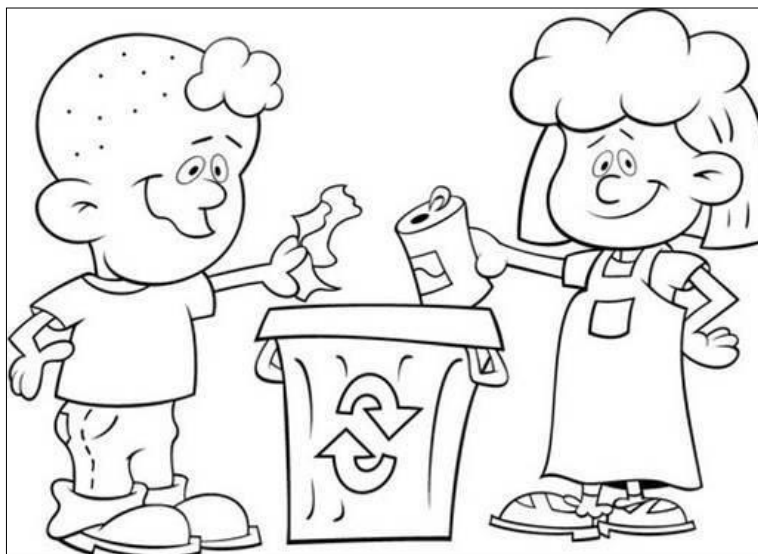
Apêndice IX



**Respeitar os professores, os
auxiliares e os colegas**



**Respeitar os pais/
encarregados de
educação**



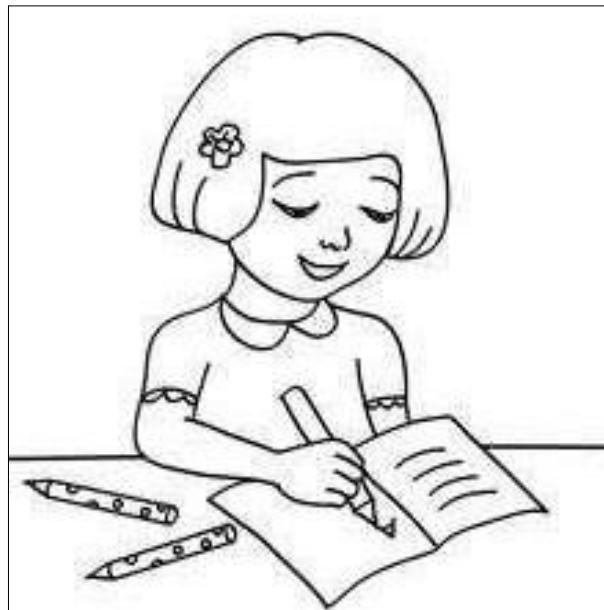
Proteger o meio ambiente



Respeitar os outros e as suas diferenças



Manter limpo e preservar os espaços



Frequentar a escola e cumprir com as tarefas escolares

Apêndice X

DIREITOS	DESEJOS	DEVERES
Cuidados de saúde	Televisão	Proteger o meio ambiente
Brincar	Telemóvel	Respeitar os outros e as suas diferenças
Ar puro	Computador portátil	Manter limpo e preservar os espaços
Água potável	Dinheiro para gastar como quiser	Respeitar os pais/ encarregados de educação
Casa digna	Roupa da moda	Frequentar a escola e cumprir com as tarefas escolares
Educação	Bicicleta	Respeitar os professores, os auxiliares e os colegas
Proteção contra abuso e negligência	Refeições de "fast-food"	
Alimentação saudável e nutritiva	Viagens de férias	
Quarto individual		
Tratamento justo e não discriminativo		
Oportunidade para partilhar as suas opiniões		
Oportunidade para exercer a própria cultura, língua e religião		

Apêndice XI



DIREITOS DAS CRIANÇAS
Atividade: "Direitos, Desejos e Deveres"

Direitos
Um direito é um benefício.
Ex: educação.

Desejos
Um desejo é uma vontade.
Ex: ter brinquedos.

Deveres
É uma obrigação.
Ex: fazer as TPC's.

Apêndice XII

"Direitos das Crianças: Conceções e Práticas"

Atividade C: A Escola dos meus Sonhos

ESCOLAS NO MUNDO Qual das escolas gostas mais?



Escola em Bali, Indonésia. Escola Ecológica. <https://www.instagram.com/indonesiaecolegical/>



Escola Privada em Brasil. <https://www.instagram.com/privadaembrasil/>

ESCOLAS NO MUNDO Qual das escolas gostas mais?



Escola em Argélia. <https://www.instagram.com/argeliaschool/>



Sala de Aula. <https://www.instagram.com/saladeaula/>

ESCOLAS NO MUNDO Qual das escolas gostas mais?



Escola em Portugal. <https://www.instagram.com/escolaportugal/>



Escola em Nova Délhi, Índia. <https://www.instagram.com/novadelhiindia/>

Apêndice XIII



Apêndice XIV

Data: 9/3/2025.

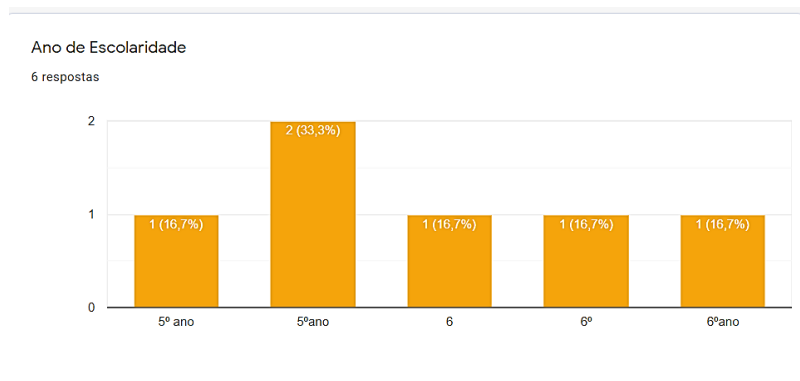
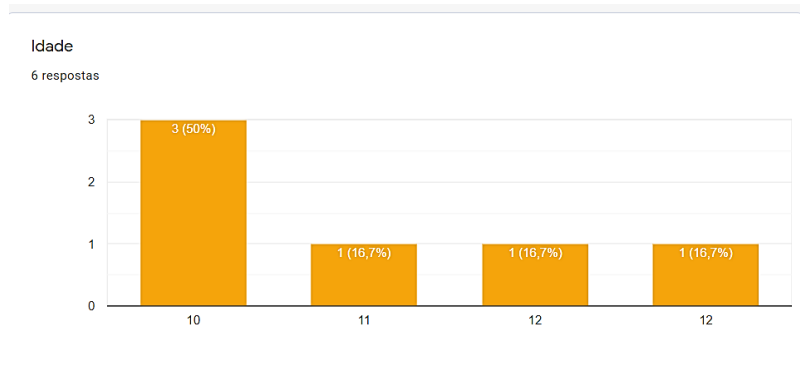
ATIVIDADE C

“A Escola dos Meus Sonhos”

A escola dos meus sonhos tinha que ser:
Na floresta ou na praia porque são espa-
ços livres e abertos. Também tinha que
ter uma piscina para a prática de natação, assim
como uma pista multiusos para praticar e treinar
de perto. Tinha também computadores nas salas
para ajudar na pesquisa de trabalhos e duas
novas disciplinas: Disciplina de Magia porque é
divertido; e uma disciplina de Gaming para jogar
jogos de computador. Por fim, a escola tinha
que ter um Makerspace porque é um sítio
onde podemos criar e investigar.

Apêndice XV

Resultados dos Questionários realizados às Crianças na 3ª Sessão de Focus Group



1. Qual das atividades gostaste mais e porquê?

6 respostas

os cartoes

da que nos timhamos de organizar por desejos direitos e deveres

escola de sonho porque falamos no que nos gostavamos de ter numa escola

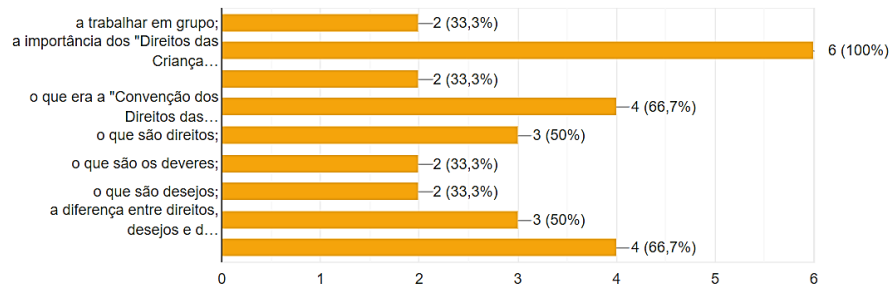
A minha escola de sonhos

Na atividade da nossa escola preferida

A atividade que gostei mais foi a dos direitos, desejos e deveres porque nela aprendi a distinguir a diferença entre direitos, desejos e deveres.

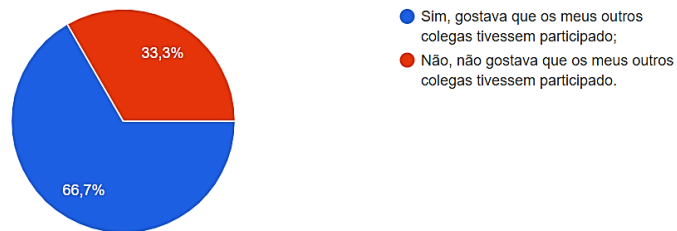
2. O que aprendeste ao longo das atividades? Aprendi:

6 respostas



3. Gostavas que os teus outros colegas também pudessem ter participado nestas sessões ou gostaste de ter trabalhado só com dois colegas?

6 respostas



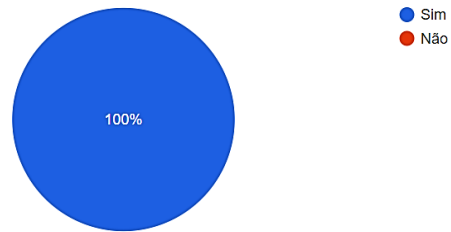
3.1. Porquê?

6 respostas

- Gostava que eles também tivessem ouvido e feito as atividades.
- Porque acho uma atividade importante para todos
- nao, porque assim ja era muitas pessoas
- acho importante
- Não porque seria muita gente mas podi vir três alunos da turma de cada vez
- para eles aprenderem mais

4. Gostavas de ter mais atividades destas na tua escola?

6 respostas



4.1. Porquê?

5 respostas

Porque neste tipo de atividades aprendemos mais.

Porque é uma atividade importante

porque e divertida

Porque são divertidas

É uma atividade interessante e divertida e que nos pode ajudar daqui em diante.

porque aprendi mais matéria sobre os direitos

Apêndice XVI

“Os Direitos das Crianças: Concepções e Práticas”

Entrevista à Professora

O presente guião integra questões para a realização de uma entrevista semiestruturada a uma docente do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. A intenção desta entrevista é tentar perceber se a professora e a escola que integra têm práticas educativas relacionadas com os Direitos das Crianças.

Pretende-se que a entrevista seja gravada em áudio, pelo que desenvolveremos as diligências necessárias para solicitar a autorização da docente.

Garantir-se-á o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Perguntas:

- 1- Qual o curso em que se licenciou? Tem alguma formação acrescida?
- 2- Tem quantos anos de serviço?
- 3- Há quanto tempo é professora neste Agrupamento?
- 4- Como sabemos, apesar da Declaração dos Direitos da Criança ter sido proclamada a 20 de novembro de 1959 e a Convenção dos Direitos das Crianças ter sido adotada em 1989, ainda existem hoje muitas crianças que não sabem da existência dos seus direitos. Tem tido experiência deste facto ao longo da sua vida profissional? Como?
- 5- Na sua opinião, o que é que a escola faz ou pode fazer para ensinar os direitos às crianças/alunos? A escola tem realizado atividades neste âmbito?
- 6- Acredita que as crianças, de 5º e 6º ano, conhecem os seus direitos e reconhecem o fim dos mesmos? Se sim, como acha que estes tiveram conhecimento?
- 7- Tem contacto com os encarregados de educação/pais? Se sim, como considera a sua relação com os mesmos?
- 8- Se me permite pedir-lhe que faça um balanço, segundo a sua experiência, de como os encarregados de educação/pais são agora e como eram no início da sua carreira, o que me tem a dizer?

- 9- Neste agrupamento, os pais são participativos?
- 10- Na sua opinião, qual o papel da família na promoção e respeito dos direitos das crianças?
- 11- Ao longo dos seus anos de experiência já assistiu a alguma situação em que os direitos das crianças não foram respeitados? E neste agrupamento? Importa-se de relatar.

Apêndice XVII

Pedido de Autorização

No âmbito do 2º ano do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, encontro-me a realizar o Trabalho de projeto Final de Mestrado intitulado “Os Direitos da Criança: Concepções e Práticas” sob orientação da Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho.

De acordo com os objetivos da investigação pretendo conhecer as concepções de alunos, pais e professores sobre o papel da escola no reconhecimento e promoção dos direitos e deveres das crianças.

Neste sentido, venho solicitar a sua colaboração para a realização de uma entrevista sobre o tema em análise, assim como a sua autorização para a gravação da mesma em áudio.

Os dados obtidos destinam-se exclusivamente ao projeto em causa, assegurando-se o seu anonimato e confidencialidade.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Margarida de Jesus Carlos,

Aluna do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Assinatura

Data

___/___/___

Declaro que aceito a realização da entrevista e a gravação em áudio.

Assinatura

Data

___/___/___

Apêndice XVIII

“Os Direitos da Criança: Concepções e Práticas”

Entrevista aos Encarregados de Educação

O presente guião integra um conjunto de questões relacionadas com o tema do Trabalho de Projeto, “Os Direitos da Criança: Concepções e Práticas” para as quais solicitamos a sua colaboração. A recolha de dados para o presente projeto utilizou a metodologia de *focus group*, tendo sido implementadas várias atividades sobre a temática em estudo com a participação direta dos vossos filhos/educandos.

De acordo com os métodos de recolha de dados e os procedimentos definidos para o presente estudo, a entrevista com os pais/encarregados de educação era para ocorrer presencialmente. No entanto, as circunstâncias do isolamento social a que estamos confinados, inviabiliza a realização da entrevista como estava programado e, conseqüentemente a conclusão da investigação assim como a sua entrega dentro do prazo definido. No sentido de obviar esta situação venho solicitar que responda por escrito às questões que compõem o guião.

Comprometemo-nos a garantir o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

Por favor, responda a todas as perguntas.

Informações Pessoais:

- 1- Idade-
- 2- Sexo-
- 3- Nível de escolaridade-
- 4- Profissão-

1- Atendendo ao papel fundamental que incumbe à família na defesa dos direitos e na proteção das suas crianças, quais devem ser as suas principais preocupações neste âmbito?

Resposta:

2- Considera que a Escola tem um papel fundamental na promoção do conhecimento sobre os Direitos da Criança? Porquê e de que forma o pode fazer?

Resposta:

3- Já alguma vez foi chamado a participar em projetos e/ ou atividades relacionadas com a promoção dos Direitos da Criança por parte da Escola Afonso de Paiva? Em caso afirmativo, quais e que importância lhe atribui na educação das crianças?

Resposta:

4- Considera importante que os “Direitos da Criança” sejam objeto de estudo na Escola através de áreas curriculares e ou não curriculares? Porquê?

Resposta:

5- Tem por hábito falar com o seu (sua) educando (educanda) sobre os Direitos da Criança? Em caso afirmativo, quais os direitos a que dá mais relevância e porquê?

Resposta:

6- Conversa com o seu educando sobre a diferença entre direitos e deveres?

Resposta:

7- Na sua opinião, os pais que têm um melhor conhecimento sobre os Direitos da Criança têm **mais** probabilidade de zelar pelo harmonioso desenvolvimento da personalidade das crianças e de promover o seu crescimento num ambiente de proteção, tranquilidade e de bem-estar? Porquê?

Resposta:

8- Na sua opinião, os pais que têm um melhor conhecimento sobre os Direitos da Criança têm **menos** probabilidade de exercer maus tratos e negligência em relação às crianças? Porquê?

Resposta:

9- Considera que a relação que estabelece com a Escola é importante para acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do seu (sua) educando (educanda) e os seus direitos? Porquê?

Resposta:

10- Se me permite, gostava que fizesse um balanço relativamente ao tempo que passa com o seu (sua) educando (educanda) por dia.

Resposta:

11- As decisões que toma em relação ao seu filho(a) têm em consideração os seus interesses? Pode dar alguns exemplos?

Resposta:

Obrigada pela sua
colaboração!

Apêndice XIX

Cronograma das Atividades do Estudo

Atividades do Estudo	Meses							
	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio
Atividade 1								
Atividade 2								
Atividade 3								
Atividade 4								
Atividade 5								
Atividade 6								
Atividade 7								
Atividade 8								
Atividade 9								
Atividade 10								

Tabela 1- Cronograma das Atividades do Projeto

Legenda das Atividades:

Atividade 1- Revisão de Literatura; Atividade 2- Realização das Autorizações e Consentimentos formais para o diretor da instituição e para as famílias; Atividade 3- Concretização de Notas de Campo; Atividade 4- *Focus Group* com as Crianças; Atividade 5- Entrevista às Famílias; Atividade 6- Entrevista à docente; Atividade 7- Tratamento dos dados recolhidos; Atividade 8- Redação da Dissertação; Atividade 9- Finalização da Dissertação; Atividade 10- Entrega da Dissertação.

Apêndice XX

Pedido de Autorização

No âmbito do 2º ano do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, encontro-me a realizar o Trabalho de projeto Final de Mestrado intitulado “Os Direitos da Criança: Concepções e Práticas” sob orientação da Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho.

O objetivo principal é analisar, através da voz de crianças do 2º ciclo do Ensino Básico, o conhecimento que estas têm sobre os seus direitos e qual o papel que atribuem à Escola e à Família na promoção desses direitos. Tendo em conta o papel incontornável da Família, sobretudo dos pais, na promoção dos direitos das crianças e conseqüentemente no seu desenvolvimento equilibrado e saudável, venho solicitar a Vª Exª colaboração para a realização de uma entrevista, a escrito, sobre o tema em análise.

Os dados obtidos destinam-se exclusivamente ao projeto em causa, assegurando-se o seu anonimato e confidencialidade.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Margarida de Jesus Carlos,

Aluna do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Assinatura

Data

___/___/___

Declaro que aceito a realização da entrevista.

Assinatura

Data

___/___/___

Apêndice XXI

OFÍCIO

No âmbito do 2º ano do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco, eu, Margarida Carlos, aluna do presente mestrado, sob orientação da Professora Doutora Maria Manuela Cravo Branco Prata Abrantes e da Mestre Clotilde Alves Nunes Agostinho, venho por este meio solicitar ao Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva a V.Exma autorização para, através dos diretores de turma, do 5º4 e do 6º3, respetivamente, enviar um conjunto de entrevistas inicialmente previstas no âmbito do referido mestrado, por *e-mail* aos encarregados de educação, face às contingências atuais.

Como é do seu conhecimento, no 2º período do presente ano letivo, desenvolvi três Sessões de *Focus Group* com seis crianças do 2º ciclo do ensino básico, com mediação da Professora Bibliotecária, Mestre Carla Manuela Nunes do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. O passo seguinte a este era, entrevistar os encarregados de educação dos alunos participantes no estudo. Contudo, devido ao contexto atual de isolamento social não tenho como o fazer, e a alternativa encontrada é enviar, por *e-mail*, as entrevistas aos encarregados de educação.

Por forma a evitar o incumprimento do RGPD teria que pedir às diretoras de turma, das crianças participantes, que enviassem a entrevista para que os encarregados pudessem dar o seu contributo, evitando assim ter acesso à informação sobre os familiares das crianças.

Face ao exposto e após apreciação, solicito a Vossa Excelência autorização para que, através das diretoras de turma do 5º4 e do 6º3, as entrevistas do presente estudo sejam enviadas aos encarregados das crianças.

Atenciosamente,
Margarida Carlos,
Aluna do Mestrado de Intervenção Social Escolar da Escola Superior de Educação
de Castelo Branco.

Assinatura

Data

___/___/___

Autorizo: SIM **NÃO**

Notas: _____

O Diretor

Data

___/___/___

